



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

UALACE ROBERTO DE JESUS OLIVEIRA

**CLASSES SOCIAIS E CLASSES SOCIOECONÔMICAS: UMA BREVE ANÁLISE
SOBRE OS ASPECTOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ESTRATOS DE RENDA NA
RM DE SALVADOR ENTRE OS ANOS 2003 -
2010**

**SALVADOR
2016**

UALACE ROBERTO DE JESUS OLIVEIRA

**CLASSES SOCIAIS E CLASSES SOCIOECONÔMICAS: UMA BREVE ANÁLISE
SOBRE OS ASPECTOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ESTRATOS DE RENDA NA
RM DE SALVADOR ENTRE OS ANOS 2003 - 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia do Trabalho e da Empresa.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé

**SALVADOR
2016**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Oliveira, Ualace Roberto de Jesus

O48 Classes sociais e classes socioeconômica: uma breve análise sobre os aspectos sócio-ocupacionais dos estratos de renda na GRM de Salvador entre os anos 2003 a 2010./ Ualace Roberto de Jesus Oliveira. – Salvador, 2016.

99f. Il.; quad.; fig.; tab.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Ricardo Dantas Caffé.

1. Renda. 2. Classes sociais. I. Caffé, Antônio Ricardo Dantas. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 339.2.98142



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

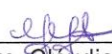
TERMO DE APROVAÇÃO

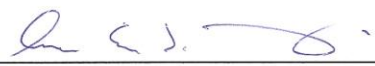
UALACE ROBERTO DE JESUS OLIVEIRA

“CLASSES SOCIAIS E CLASSES SOCIOECONÔMICAS: UM ESTUDO SOBRE OS ESTRATOS SOCIAIS NA RMS ENTRE OS ANOS DE 2003-2010.”

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Antônio Ricardo Dantas Caffé
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)


Profa. Dra. Cláudia Sá Malbouisson Andrade
(PPGE/ECO/UFBA)


Prof. Dr. Carlos Eduardo Iwai Drumond
(UESC)

Aprovada em 20 de maio de 2016.

AGRADECIMENTOS

A vida de um homem é feita de muitos desafios. Eles se tornam ainda mais difíceis quando as forças para continuar o labor se esvaem. Ainda bem que tenho o Senhor, que além de me conceder forças, tem-me feito crer todos os dias de minha vida que sonhos podem se concretizar. Por isso, "*Deus é meu refugio e fortaleza, socorro bem presente na hora da angustia*" (Salmo: 46)

Aproveito a oportunidade mais que especial para agradecer a duas pessoas fenomenais, pois sem elas seria impossível chegar ao fim dessa árdua jornada. A vocês meus pais, Luiz e Tânia, vos agradeço não somente pelas preocupações que tiveram comigo em todo esse tempo, mas, sobretudo, pelas vossas orações, pois elas serviram de combustível para ir à avante na busca de mais um sonho.

Aos meus queridos irmãos, Ueslei e Uinie, obrigado pela força e incentivos dados a mim nessa árida estrada. Quando as dificuldades se acirravam vossas palavras de ânimo me impulsionaram a ir mais longe. Que Deus abençoe vocês de modo muito especial!

À minha noiva Tainara, obrigado por está do meu lado nos momentos mais difíceis nessa lida. Hoje consigo entender o que significa a profecia que diz: "os muitos bens são heranças dos pais, mas a mulher prudente é presente do Senhor".

Ao grupo de Ação Social Família Cáritas, obrigado por contribuir no processo de me tornar um homem mais engajado no serviço cristão com atuações caritativas. Com você, passei a ver o sofrimento diário dos nossos "irmãos de classe" e me solidarizar como ele, pois nós e nossos "irmãos" lutamos diuturnamente para sobreviver nessa "selva de pedra" extremamente desigual chamada Salvador.

Aos mestres que tive nesse processo meus sinceros agradecimentos, especialmente ao meu orientador Professor Ricardo Caffé e a professora Claudia, pela amizade construída nesse processo. Agradeço também ao Professor Paulo Balanco pelo seu bom senso e cordialidade, valores que tem sido muito raro de encontrar em "nobres cavalheiros" nos tempos hodiernos.

Agradeço ainda as amizades feitas no PPGE nesse interregno, principalmente a Gustavo, Divaldo, Edilson, Verônica, Rafael e Mauricio. "*Se o sofrimento e as injustiças provocam dor e amargura, podem também nos trazer úteis e até proveitosas lições. Ambos nos ensinam a valorizar a grandeza dos justos e a justiça dos íntegros. As agruras terminam retemperadas pela lealdade dos amigos e pela solidez das verdadeiras amizades*" (Fernando C. de Mello).

RESUMO

Nas duas últimas décadas ocorreu em escala global um importante processo de mobilidade social no seio da base da pirâmide, sendo tal fato proveniente do ciclo econômico virtuoso vivenciado pelo capitalismo na sua mais nova fase. Esse processo passou a ser considerado por muitos autores como a emergência de uma "nova classe média mundial". Alguns fatores contribuíram decisivamente para tal fato, como é o caso da expansão do comércio mundial e a popularização de bens de consumo considerados "supérfluos" às classes mais pobres daí decorrida. Mas, nesse contexto, muitos autores no Brasil passaram a discordar da hipótese de que há uma "nova classe média" no país, embora reconheçam os importantes avanços sociais ocorridos. Vale ressaltar que nesse contexto a Região Metropolitana de Salvador - esta região que historicamente apresenta graves problemas socioeconômicos - logrou melhoria significativa em muitos aspectos sócio-ocupacionais. Porém, observa-se que a mobilidade social ocorrida entre as classes sociais na referida região foi pouco expressiva entre 2003 e 2010. Diante do exposto, O objetivo geral deste trabalho é observar por meio de uma abordagem descritiva a emergência de uma "Nova Classe batalhadora" na RMS. Para tanto, será feita uma análise a partir de banco de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, para os anos de 2003 e 2010. A metodologia a ser utilizada consiste num estudo descritivo. Os resultados nos mostram que embora muitos aspectos relacionados aos rendimentos do trabalho das famílias da base da pirâmide na RMS melhoraram o processo ocorrido na referida região não pode ser considerando como um movimento pleno de mudanças na estrutura social.

Palavras-chave: Nova classe média. Região Metropolitana de Salvador. Sócio-ocupacional.

ABSTRACT:

In the last two decades an important process of social mobility took place on the global scale at the base of the pyramid, being this fact coming from the virtuous economic cycle experienced by capitalism in its newest phase. This process has come to be considered by many authors as the emergence of a "new world middle class". Some factors contributed decisively to this fact, as is the case of the expansion of world trade and the popularization of consumer goods considered "superfluous" to the poorer classes that followed. But in this context, many authors in Brazil have come to disagree with the hypothesis that there is a "new middle class" in the country, although they recognize the important social advances that have occurred. It is worth mentioning that in this context, the Metropolitan Region of Salvador - this region that historically presents serious socioeconomic problems - has achieved significant improvement in many socio-occupational aspects. However, it is observed that social mobility between social classes in the region was not very significant between 2003 and 2010. In the light of the above, the general objective of this work is to observe through a descriptive approach the emergence of a "In RMS. To do so, an analysis will be made from the database of the Survey of Employment and Unemployment, for the years 2003 and 2010. The methodology to be used is a descriptive study. The results show that although many aspects related to the income of the work of the families of the base of the pyramid in RMS improved the process occurred in that region can not be considered as a full movement of changes in the social structure.

Keywords: New middle-class. Metropolitan Region of Salvador. Labor market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Classificação das classes econômicas ABEP	44
Figura 2	Mapa da RMS	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Mapa da RMS	45
Gráfico 2	Gráfico de pessoas com carteira assinada	56
Gráfico 3	Gráfico dos ocupados na indústria de transformação	71
Gráfico 4	Gráfico dos ocupados construção civil	72
Gráfico 5	Gráfico dos ocupados no setor de serviços	72
Gráfico 6	Gráfico dos ocupados no comércio	73
Gráfico 7	Gráfico da contribuição previdenciária	76
Gráfico 8	Gráfico da contribuição previdenciária	77
Gráfico 9	Gráfico dos estratos de renda na RMS	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População da RMS	52
Tabela 2	Tamanho da população das cidades	53
Tabela 3	PIB per capita das RMs do país	53
Tabela 4	Municípios da RMS	55
Tabela 5	Situação ocupacional na RMS	70
Tabela 6	Posição na ocupação	75
Tabela 7	Escolaridade dos trabalhadores domésticos	74
Tabela 8	Contribuição previdenciária	75
Tabela 9	Tipo de atividade	77
Tabela 10	Evolução dos aposentados na RMS	78
Tabela 11	Ganha 1/2 e 1 salário mínimo	80
Tabela 12	Faixa de renda	85
Tabela 13	Composição racial da classe A	86
Tabela 14	Composição racial da classe B	86
Tabela 15	Composição racial da classe C	86
Tabela 16	Composição racial da classe D	87
Tabela 17	Composição racial da classe E	87
Tabela 18	Ocupados no setor de serviços por classes	88

Tabela 19	Ocupados no comércio por classes	88
Tabela 20	Ocupados na Ind. de trans. por classes	88
Tabela 21	Ocupados no Setor da c. civil por classes	89
Tabela 22	Classes socioeconômicas 1º grau completo	89
Tabela 23	Classes socioeconômicas 2º grau completo	90
Tabela 24	Classes socioeconômicas 3º grau completo	90
Tabela 25	Lares chefiados por homens	90
Tabela 26	Lares chefiados por mulheres	91
Tabela 27	Escolaridade do chefe de família 1º grau completo	91
Tabela 28	Escolaridade do chefe de família 2º grau completo	92
Tabela 29	Escolaridade do chefe de família 3º grau completo	92

LISTA DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos
FGV	Fundação Getulio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
NCM	Nova Classe Média
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PED	Pesquisa do Emprego e Desemprego
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAE	Secretária de Assuntos Estratégicos
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CLASSES COMO CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA OU CLASSES SOCIAIS?	19
2.1	CLASSES SOCIAIS: A VISÃO CLÁSSICA E CONCEPÇÕES DE ALGUNS AUTORES	19
2.2	CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO INDUSTRIAL DO SÉCULO XIX E XX: PROCESSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO	24
2.3	ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO INDUSTRIAL BRASILEIRO ATÉ OS ANOS 1990	27
2.4	O BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	29
2.5	NOVOS TEMPOS E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CLASSE MÉDIA GLOBAL	31
2.6	NOVAS METODOLOGIAS NO ESTUDO DA "NOVA CLASSE MÉDIA MUNDIAL"	37
2.7	A NOVA CLASSE MÉDIA E A SUA CONTROVÉRSIA	39
2.7.1	Conclusão do capítulo	49
3	O "ELO PERDIDO" NA "RMS DE TODOS O POBRES"	51
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	52
3.2	PROCESSO DE CRESCIMENTO DA RMS	58
3.3	CRESCIMENTO POPULACIONAL DINÂMICO DA RMS	61
3.4	CLASSES SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO DE CLASSES NA BAHIA	62
3.5	DE 1970 AO FIM DO SÉCULO XX	66
3.6	CONCLUSÃO DO CAPITULO	69
4	ASPECTOS GERAIS DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL NA RMS	70
4.1	SITUAÇÃO OCUPACIONAL NA RMS	70
4.1.2	Setor de atividade	71
4.1.3	Posição na ocupação	73
4.1.4	Tipo de empregado	74

4.1.5	Contribuição previdenciária	76
4.1.6	Tipo de inatividade	76
4.1.7	Pobreza na RM de Salvador	78
4.2	CONCLUSÃO DO CAPITULO	78
5	METODOLOGIA E DADOS	79
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	79
5.2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	79
5.3	BASE DE DADOS	80
6	CLASSES SOCIAIS NA RMS E SEUS ASPECTOS GERAIS	84
6.1	MOBILIDADE NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DA RMS	84
6.1.1	Composição racial das classes socioeconômicas na RMS	85
6.1.2	Setor de atividade por classes no mercado de trabalho da RMS	87
6.1.3	Níveis de escolaridade nas classes socioeconômicas	89
6.1.4	Chefes de família	90
6.1.5	Escolaridade do chefe de família	91
6.2	CONCLUSÃO DO CAPITULO	92
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

Do segundo pós-guerra até 1975, o crescimento econômico com distribuição mais equânime de renda foi um importante fato ocorrido no sistema capitalista do século XX. Pode-se afirmar que tal fato resultou da prosperidade econômica vivenciada pelo referido modo de produção no chamado “anos dourados”, ocorrendo fundamentalmente sob a égide do fordismo. Vale ressaltar que neste processo o Estado teve papel fundamental, pois como nos lembra Beluzzo (1995), o Estado não apenas ratificou e garantiu os acordos de produtividade, mas também manteve, quando não planificou, a dinâmica revestida por ele: por um lado estimulou o consumo dos assalariados através do aumento das transferências sociais e, por outro, sustentava os investimentos produtivos controlando as taxas de juros e promovendo investimentos públicos. De acordo com Piketty (2013, p. 280) "a questão da recuperação da hierarquia dos salários em particular, tanto para o setor público quanto para o setor privado, foi um dos mais importantes acontecimentos políticos, econômicos e sociais do pós-guerra". Como estrutura macroeconômica o fordismo implicava que os ganhos de produtividade tivessem sua contrapartida no crescimento dos investimentos financiados pelos lucros e, por outro lado, no poder de compra dos assalariados (LIPIETZ, 1993). E como sistema de regras, o fordismo implicou numa contextualização, a longo prazo, da relação salarial com limites rígidos às demissões e uma programação do crescimento do salário indexado aos preços e à produção geral. Promoveu também uma vasta socialização das rendas através do Estado-providencia e garantiu aos trabalhadores assalariados uma renda permanente e estável de (LIPIETZ, 1993).

Na Europa Ocidental, o crescimento econômico no chamado Trinta Gloriosos – dos anos de 1945 a 1975, articulado ao desenvolvimento das estruturas estatais de proteção social, criou uma nova classe média diferente, na medida em que “a busca do pleno emprego num Estado de Bem-Estar social gerou um cidadão de classe média com renda disponível pouco superior à da base do mercado de trabalho (QUADROS *et al.*, 2013, p.38). Porém, a reestruturação produtiva ocorrida no capitalismo nos anos 1970 abalou os fundamentos que sustentava sua prosperidade. Com a crise do paradigma keynesiano o papel mais ativo do Estado na economia foi modificado cedendo, assim, terreno as políticas de cunho ortodoxo, estas que se contrapunha as políticas macroeconômicas expansionistas que estavam em vigor até então. Com as mudanças provocadas pelas políticas ortodoxas, o Estado passou a ser forte apenas

para quebrar o poder dos sindicatos, controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos públicos na economia; para buscar também a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos (CHAUÍ, 2013).

No Brasil os efeitos de tais políticas foram sentidos com mais intensidade na década 90, haja vista a adesão do país ao receituário sugerido pelo FMI através do consenso de Washington. Esse fato corroborou para o processo de empobrecimento das classes sociais, sobretudo da classe média, num processo conhecido como "desaburguesamento" dessa classe. Nesse contexto, a RMS foi também afetada pelos efeitos adversos provocados pela crise. Na referida região, ocorreu uma interrupção da tendência à estruturação do mercado de trabalho, com redução expressiva de postos de trabalho, especialmente no ramo da indústria. Além disso, passou a ocorrer um processo de crescimento lento dos vínculos formais de ocupação aliado a expansão do assalariamento sem registro em carteira, sem falar ainda do aumento do trabalho "por conta própria" e em condições precárias.

Com um novo ciclo de expansão da riqueza vivenciado pelo capitalismo na sua mais recente fase passou a vigorar nas últimas décadas, principalmente nos países que tem apresentado certas vantagens comparativas nesta conjuntura da divisão internacional do trabalho, um importante processo de mobilidade vertical ascendente de milhares de indivíduos da base da pirâmide social. No período de 1995 a 2010, por exemplo, observou-se grande expansão econômica dos BRICS, estes que mais que duplicaram sua cota na produção mundial (KAMAKURA; MAZZON, 2013). Segundo Lamounier e Souza (2010) esse é um dos fenômenos sociais e econômicos mais importantes da história recente e dentre os fatores que o deflagrou está a extraordinária prosperidade da economia mundial nos 20 anos que antecederam a crise de 2008-2009.

Vale ressaltar que nesse processo algumas nações apresentaram questões objetivas singulares para propiciar o seu crescimento econômico. Assim, não foram apenas aspectos conjunturais de dado momento da história que tiveram importância, mas também mudanças de cunho institucional que alguns países vivenciaram nesses últimos anos. No caso do Brasil, além da "sorte", nome dado a conjuntura externa favorável que contribuiu para melhorar os termos de troca dos produtos brasileiros no comércio internacional, está também a "virtú" que consistiu na adoção de políticas macroeconômicas consideradas importantes por alguns economistas,

como o tripé macroeconômico: meta de inflação, câmbio flutuante, superávit primário. Tais questões, inclusive, ajudaram a criar um ambiente macroeconômico de "previsibilidade", corroborando, assim, para gerar expectativas positivas no empresariado e favorecer, destarte, a ampliação de investimentos produtivos. Por conta de tal fato, muitos aspectos relacionados ao mercado de trabalho melhoraram significativamente, a economia cresceu a patamares mais elevados e com maior regularidade nos últimos anos. Por isso, o mercado de trabalho se expandiu, especialmente em um quadro em que o processo mais agudo de reestruturação produtiva dos anos 1990 parecia estar concluído (DIEESE, 2012). Nesse processo, o crescimento econômico verificado nos anos 2000 esteve diretamente relacionado com a expansão do mercado consumidor interno, impulsionado, nos últimos anos, pelas políticas sociais implementadas, tais como: valorização do salário mínimo, ampliação dos programas de transferência de renda para os mais pobres e expansão vigorosa do crédito para consumo. Outra dimensão importante desse padrão baseado no mercado interno é o impacto positivo e relativamente equilibrado na ampliação de todos os segmentos da economia (indústria, comércio, serviços, agricultura, construção civil). Assim, impulsionada pelo aumento do emprego e da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, milhões de brasileiros tiveram, nos últimos anos, seu poder de compra elevado, fato que os permitiu adquirir bens de consumo duráveis, como o automóvel e a casa própria, estes que são considerados como símbolos mais vistosos de ingressos na classe média (LAMOUNIER, 2009).

Nesse processo, vale ressaltar que as mudanças pelas quais o Brasil passou não podem ser compreendidas por um prisma estritamente individual, como nos estudos tradicionais de mobilidade social. Trata-se, na verdade, de uma conjunção de processos individuais e estruturais. A mobilidade individual ocorre em uma estrutura que se encontra em mutação, com estratos inteiros ascendendo a patamares mais altos, devendo, portanto, ser entendida como uma transformação de monta no próprio sistema de estratificação social do país (LAMOUNIER, 2009). Esse conjunto de transformações alterou profundamente as percepções e estratégias de ascensão social, cujo horizonte deixa de ser apenas pessoal e se torna coletivo. Assim, milhões de brasileiros experimentaram um importante processo de mobilidade social em um contexto de mudança no plano das identidades coletivas (LAMOUNIER, 2009). Por essa razão, o grande debate no Brasil hoje passou a ser sobre a ascensão de um novo grupo social que tem sido chamado de "nova classe média". Nesse processo, o economista Marcelo Neri tornou-se referência nacional e internacional sobre o tema e seus estudos corroboraram para que outros estudos surgissem no país. Desse modo,

foram feitos estudos afirmativos como aqueles realizados por Bolívar Lamounier e Amauri de Souza, Kamakura e Mazon, e etc., e outros numa perspectiva mais crítica, como os estudos de Marcio Pochmann, André Singer e Jessé de Souza, estes que afirmam não existir uma “nova classe média”. Em relação a este último autor, nos valeremos de suas contribuições para análise empírica do presente trabalho.

Ainda que seja possível afirmar que há um relativo consenso na sociedade de que as políticas econômicas adotadas no Brasil recentemente contribuíram para retirar milhares de pessoas da pobreza extrema, não se pode dizer o mesmo sobre a emergência de uma "nova classe média. A motivação para tal discordância reside, afirmam os críticos, nas metodologias equivocadas que são utilizadas por institutos e por alguns estudiosos do tema que vêem na renda corrente e no consumo de bens e serviços os elementos definidores da condição social de famílias e de indivíduos, negligenciando, assim, elementos de cunho sócio-ocupacional nas análises.

Além disso, embora o termo classe média seja um termo de uso comum, sua definição continua a desafiar os cientistas sociais. Ademais, se o conceito de classe média continua envolto em controvérsias o de “nova classe média” é ainda mais controverso. Diante de tal fato, "uma das prioridades é colocar em discussão as definições existentes, suas bases teórico-conceituais e as formas como empiricamente têm sido operacionalizadas" (BRASIL, 2010, p.2).

No que diz respeito à divisão da sociedade em classe no Brasil de hoje os estratos econômicos apresentam forte semelhança com o que se conhece como classe média, classe média baixa, classe trabalhadora e classe baixa, o que facilita a comparação com outras medidas de estratificação social (LAOMOUNIER; SOUZA, 2010). Conforme a sociologia do trabalho situa-se na classe alta os indivíduos que dirigem diretamente a maquinaria capitalista de uma nação: empresários, banqueiros, acionistas, donos de grandes empresas etc., todos possuindo rendas bastante altas. Já a classe média é composta por profissionais com ensino superior e empregados na condição de analista; estão também nesse estrato os engenheiros, professores universitários, funcionários públicos concursados exercendo funções em empregos bem situados, os trabalhadores manuais de maior qualificação e os operários especializados na indústria. Na base da pirâmide baixa estão situados: empregadas domésticas, cozinheiros, garçons, os trabalhadores industriais sem qualificação, faxineiras, motoboys, dentre outros. Mas, o estudo sobre classes sociais no Brasil passou a ter uma nova conotação a partir das recentes contribuições do sociólogo Jessé de Souza ao tema, este que tem utilizado o conceito

de “capital cultural” herdado de outro sociólogo - Pierre de Bourdieu - para apontar as diferenças existentes entre as classes sociais, que na sua visão são: classe alta, média, batalhadora e a "ralé".

Deve-se ressaltar também que as transformações que a economia brasileira vivenciou nesse processo, principalmente a partir da década de 1990 e com continuidades nos anos 2000, impactaram a estrutura social das regiões metropolitanas do país. Os impactos dessas transformações se deram, principalmente, nas regiões metropolitanas que havia se industrializado na segunda metade do século XX (RIBEIRO *et al.*, 2013). Nesse processo, cada região metropolitana se insere em contextos regionais particulares, onde as características socioeconômicas das unidades federativas em que elas se localizam podem exercer diferenças significativas entre as regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de Salvador, em particular, as transformações pelas quais passou o Brasil na primeira década do século XXI trouxe um impacto importante na sua estrutura social. Os dados de pesquisas referentes à ocupação da força de trabalho da população economicamente ativa, por exemplo, mostram que ocorreu importante expansão do emprego formal na RM de Salvador nessa década, muito embora parte significativa das vagas geradas tenha ocorrido em atividades que requeria apenas baixa ou nenhuma qualificação técnica. Apesar desses avanços, a referida região ainda conserva alguns estigmas sociais de um recente passado, tais como, elevado nível de desemprego, concentração de renda e expressivo contingente populacional que ainda vive em condições subumanas.

Diante do que foi exposto, o problema da presente pesquisa consiste em responder: As mudanças ocorridas na RMS contribuíram para provocar um processo significativo de mobilidade social no seio da base da sua pirâmide social? Para tanto, parte-se da hipótese de que tal fato não se verifica. O objetivo geral deste trabalho é observar por meio de uma abordagem descritiva a emergência de uma "Nova Classe batalhadora" na RMS. Especificamente, objetiva-se analisar os recentes avanços sociais ocorridos no Brasil nas últimas décadas e verificar na abordagem conceitual as diferenças metodológicas existentes entre os partidários da concepção de que há uma nova classe média e daqueles que são contrários a tal concepção.

A realização deste trabalho teve início através de inquietações surgidas em discussões fomentadas na Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde inicialmente tinha-se como objetivo estudar a "nova classe média" empreendedora da RMS.

Mas, diante das dificuldades de se obter dados concernentes a tal tema, optou-se por estudar sobre a estratificação socioeconômica na região supracitada. Assim, esse trabalho se justifica com intuito de entender o fenômeno de mobilidade social no Brasil e, sobretudo, na Região Metropolitana de Salvador. No debate concernente as classes socioeconômicas na referida região a análise de elementos sócio-ocupacionais, tais como: nível de escolaridade dos chefes de família, renda total das famílias, dentre outros, é de suma importância para compreender o fenômeno da mobilidade social na referida região.

Com a finalidade de alcançar os objetivos do trabalho, realizou-se uma análise a partir do banco de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) disponibilizados pela SEI/DIEESE para os de 2003 e 2010. A metodologia utilizada consistiu num estudo descritivo. Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos e comunidades. Dessa forma, este tipo de estudo "visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que ele consiga formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores" (GIL, 1999, p. 43).

A presente dissertação apresenta a seguinte estrutura: além da introdução que contém o problema pesquisa, objetivo geral, justificativa, há cinco capítulos. No primeiro capítulo, serão abordadas as diferenças conceituais entre classes econômicas e classes sociais, a temática da nova classe média global, as metodologias utilizadas mundialmente para definição de classes médias, e o debate referente à "nova classe média" brasileira. No segundo capítulo, trataremos da caracterização da RMS além de ser feita uma abordagem histórica sobre o processo de formação das classes sociais em Salvador. No terceiro trataremos dos aspectos sócio-ocupacionais da RMS entre 2003 e 2010. O capítulo quatro é o capítulo onde a metodologia é apresentada e o capítulo cinco é exposto o resultado e discussão.

2 CLASSES COMO CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA OU CLASSES SOCIAIS?

Introdução ao capítulo

O presente capítulo tem como objetivo apresentar discussões relativas aos conceitos de classes sociais e classes socioeconômicas, além de discutir a emergência de uma "nova classe média global", evidenciando os movimentos econômicos que corroboraram para ocorrência de tal fato. Serão observadas também as divergências que tem havido entre muitos sociólogos e economistas sobre a tese da "nova classe média brasileira".

O capítulo está dividido em sete seções além da introdução. Na primeira seção é feita uma discussão relativa aos conceitos de classes sociais e seu processo de desenvolvimento ao longo da história, destacando a visão dos principais autores que abordam o tema concernente as classes sociais. Na segunda será feita uma discussão sobre as classes sociais no capitalismo industrial brasileiro. Na terceira será uma abordagem a cerca da estratificação social no capitalismo social brasileiro até 1930. Já na quarta trataremos sobre o Brasil nas últimas décadas. Na quinta seção será discutida a questão da ascensão de uma nova classe média global, com destaque para os BRICS. Na sexta seção é discutida as metodologias e os critérios que têm sido utilizadas para delimitar a classe média. Na última parte do capítulo será evidenciado o debate entre os principais autores sobre a temática da "nova classe média brasileira" e sua controvérsia.

2.1 CLASSES SOCIAIS: VISÃO CLÁSSICA E CONCEPÇÕES DE ALGUNS AUTORES

De acordo com Kamakura e Mazzon (2013), qualquer sociedade é estratificada com uma hierarquia social informal e tal fato se associa com o prestígio social, o acesso a bens e serviços, oportunidades educacionais e trajetórias de carreiras de seus indivíduos. Segundo os autores supracitados, os sociólogos desenvolveram o conceito e a operacionalização da sociedade em classe social com base na classificação de ocupações que definem os mercados de trabalhos e também sistemas de produção em uma sociedade. Para Oliveira (2003), a divisão da sociedade e sua estruturação em classes é um problema crucial para as ciências sociais. Mesmo no âmbito da antropologia quando se tem em questão os estudos das sociedades primitivas e sem classe e sem Estado é mister encontrar um código para designar e decodificar aqueles que detém o poder simbólico e aqueles que não o têm (OLIVEIRA, 2003). Originalmente, o termo "classe" referia-se à divisão do povo romano, tomando por

base a propriedade para fins militares e fiscais. No vocabulário moderno, “classe” está fortemente associada à reorganização total da sociedade que se sucedeu à Revolução Industrial (OLIVEIRA, 2003).

Karl Marx foi um dos autores mais proeminentes sobre o tema em questão. Na sua visão, as classes sociais são grandes grupos de pessoas que se distinguem principalmente pelo fato de possuírem ou não meios de produção, onde os possuidores desses meios exploram aqueles que não o possuem. Ademais, as classes sociais na visão de Marx estão em constante litígio, processo que referido autor chama de "luta de classes", sendo tal fato o motor de toda história da humanidade.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, o opressor e o oprimido permaneceram em constante oposição um ao outro, levada a efeito numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou, cada vez, ou pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito. Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais (...). A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam – a burguesia e o proletariado. (MARX. 2003, p.26 e 27).

Já na visão de Weber (2004) as classes representam os fundamentos possíveis de uma ação social. Fala-se de uma "classe", segundo o referido autor, quando uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho ("situação de classe"). Segundo ele, é o fato econômico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando à troca.

A lei da utilidade marginal exclui os não-possuidores da participação na concorrência quando se trata de bens de alto valor, em favor dos possuidores, e monopoliza para estes, de fato, a aquisição desses bens. Abarca, em circunstâncias de resto iguais, as oportunidades lucrativas na troca para todos aqueles que, abastecidos de bens, não dependem, sem mais, da troca e aumenta, pelo menos em geral, seu poder na luta de preços contra aqueles que, sem propriedade, não podem oferecer nada além de seus serviços em forma de trabalho ou de produtos do trabalho próprio e estão obrigados a vendê-los a qualquer preço, para garantir a mera existência. (WEBER, 2004, p.172).

Para Weber (2004), a "propriedade" e a "falta dela" são, portanto, as categorias fundamentais de todas as situações de classe, quer se efetivem na luta de preços, quer na luta de concorrência. Dentro destas últimas, as situações de classe diferenciam-se conforme a natureza da propriedade aproveitável para fins aquisitivos, por um lado, e dos serviços que podem ser oferecidos no mercado, por outro.

A propriedade de edifícios habitacionais, a de oficinas (...) que, com facilidade específica, podem ser convertidos a cada momento em dinheiro, sobre produtos de trabalho próprio ou alheio, diferente segundo o grau em que o produto está pronto para o consumo, sobre monopólios de qualquer espécie - todos estes fatores variados diferenciam as situações de classe dos possuidores, do mesmo modo que o "sentido" que dão e podem dar ao aproveitamento de sua propriedade, sobretudo a propriedade que vale dinheiro, isto é, conforme pertençam (...). E do mesmo modo diferenciam-se consideravelmente entre si os agentes, sem haveres da oferta de serviços, conforme as diferenças entre estes serviços e também conforme o modo de convertê-los em ganhos, seja numa relação contínua com o mesmo comprador, seja caso por caso. Mas sempre vale para o conceito de classe que a oportunidade no mercado é o condicionador comum do destino dos indivíduos. Nesse sentido, a "situação de classe" significa, em última instância, a "situação no mercado". (WEBER, 2004, p.173).

A temática das classes sociais é discutida também por outro autor importante, Wright Mills. Em "a Elite do Poder, Mills remete-se à análise da organização social da sociedade estadunidense no contexto do capitalismo industrial, onde a progressiva polarização do comando do acontecer social tem como contraponto a defesa programática das liberdades individuais. Nesse processo, a minoria poderosa, formado por membros da elite que direta ou indiretamente participam de forma mais ativa na governança da sociedade, é composta por homens que ocupam posições através das quais as suas decisões têm consequências importantes para toda sociedade. Assim:

O tomarem ou não essas decisões importa menos que o fato de ocuparem essas posições centrais: o absterem-se de atuar e de tomar decisões é em si mesmo um ato que muitas vezes tem consequências mais importantes que as decisões que adotam, porque possuem o comando das hierarquias e organizações mais importantes da sociedade moderna: governam as grandes empresas, governam o aparelho do Estado e exigem as suas prerrogativas, dirigem a organização militar, ocupam os postos de comando na estrutura social nos quais estão centrados agora os instrumentos efetivos do poder e a riqueza e a celebridade de que gozam. (FREITAS, 1990, p.522).

Para Mills, segundo Freitas (1990), o acento da definição aparece colocado nos lugares de comando que os componentes da elite ocupam. Nesse contexto, dentro da própria elite pode-se identificar três tipos de sub-élites (ou "altos círculos"), que são: os dirigentes das empresas, os líderes políticos e os chefes militares, que pela interação que desenvolvem e consequentes vínculos criados, se associam, detendo as alavancas do poder que controla a sociedade. Estas

três sub-elites criam uma comunidade de interesses na defesa da qual definem e praticam uma política de manutenção do *statu quo*.

Já Bourdieu (1979) utiliza o conceito de capital cultural e sua apropriação como elemento de diferenciação entre as classes sociais e manutenção de privilégios econômicos. A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o sucesso na escola. Segundo o referido autor, o capital cultural pode existir sob três formas: estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado.

No "estado incorporado", a maior parte das propriedades do capital cultural pode inferir-se do fato de que, em seu estado fundamental, está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação. A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor. Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do "sujeito" sobre si mesmo.

O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da "pessoa", um *habitus*. Aquele que o possui "pagou com sua própria pessoa" e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital "pessoal" não pode ser transmitido instantaneamente por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. (BOURDIEU, 1979, p.5).

Já o capital cultural no "estado objetivado" detém certo número de propriedades que se definem apenas em sua relação com o capital cultural em sua forma incorporada. O capital cultural objetivado em suportes materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos etc., é transmissível em sua materialidade.

Uma coleção de quadros, por exemplo, transmite-se tão bem (senão melhor, porque num grau de eufemização superior) quanto o capital econômico. Mas o que é transmissível é a propriedade jurídica e não (ou não necessariamente) o que constitui a condição da apropriação específica, isto é, a posse dos instrumentos que permitem desfrutar de um quadro ou utilizar uma máquina e que, limitando-se a ser capital incorporado, são submetidos às mesmas leis de transmissão. (BOURDIEU, 1979, p.5).

Assim, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural. Por conseqüência, o proprietário dos instrumentos de produção deve encontrar meios para se apropriar ou do capital incorporado que é a condição da apropriação específica, ou dos serviços dos detentores desse capital.

Para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica (definida pelo capital científico e tecnológico que se encontra incorporado nelas), é preciso dispor, pessoalmente ou por procuração, de capital incorporado. Tudo parece indicar que, na medida em que cresce o capital cultural incorporado nos instrumentos de produção (e, pela mesma razão, o tempo de incorporação necessário para adquirir os meios que permitam sua apropriação, ou seja, para obedecer à sua intenção objetiva, sua destinação, sua função), a força *coletiva* dos detentores do capital cultural tenderia a crescer, se os detentores da espécie dominante de capital não estivessem em condições de pôr em concorrência os detentores de capital cultural. (BOURDIEU, 1979, p.6).

O capital cultural no estado objetivado, segundo Bourdieu (1979) apresenta-se com todas as aparências de um universo autônomo e coerente que, apesar de ser o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais, e que permanece irreduzível, por isso mesmo, àquilo que cada agente ou mesmo o conjunto dos agentes pode se apropriar (ou seja, ao capital cultural incorporado).

É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico, etc.) e, para além desses, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado. (BOURDIEU, 1979, p.7).

Florestan Fernandes também fez importantes contribuições a temática das classes sociais. O referido autor conceitua classe social como um grupo que sofre variações conforme a intensidade dos contatos sociais, a formação de padrões de vida e aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral, atuação política e formas de consciência. Por esta razão, a comunidade de interesses e de situações de classe condiciona uma relativa diferenciação social dos indivíduos, de acordo com o modo pelo qual podem valorizar-se socialmente, criando destinos sociais relativamente comuns. Nesse processo, quando as classes surgem com essa conotação sociológica, elas são imperceptíveis como realidades históricas aos próprios agentes e caem na esfera do consenso geral. Sociologicamente, podem-se distinguir entre elas certas gradações, como uma classe alta rural e uma classe média urbana, por exemplo.

A classe Alta urbana é formada por industriais, banqueiros, grandes comerciantes, profissionais, banqueiros, grandes comerciantes, profissionais especializados em serviços administrativos ou de elevada qualificação técnica etc. A classe média urbana compõe-se de dois estratos, um deles com propensão à perda de status e à proletarianização. Um estrato tradicional, recrutado entre funcionários públicos, o grosso dos profissionais liberais, professores, jornalistas, assalariados de colarinho e gravata, operários altamente qualificados. Um estrato moderno, nascido principalmente do pessoal "tope" das grandes empresas (industriais, bancárias, comerciais ou de serviço), que dispõe de meios para valorizar suas ocupações por causa das posições estratégicas que ocupam na expansão do setor moderno. A classe

alta rural é, sob muitos aspectos, uma formação composta, abrangente de indivíduos e grupos com interesses e situações de interesses relativamente heterogêneas (em suma: o grande e médio proprietário, o pequeno industrial, o comerciante atacadista, o gerente de banco, o padre, o juiz de direito o delegado, os profissionais liberais etc). (FERNANDES, 2008, p.67).

Ainda conforme o referido autor, a palavra operariado, por outro lado, perde sentido societário identificador, especialmente quando se consideram os efeitos da qualificação profissional e do assalariamento concomitantemente de vários membros das famílias operárias sobre seus níveis de vida e seus destinos sociais¹.

2.2 CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO INDUSTRIAL DO SÉCULO XIX E XX: PROCESSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO

A conformação do capitalismo industrial terminou por constituir novos padrões de reprodução dos trabalhadores, especialmente daqueles situados no meio urbano. A generalização da produção organizada a partir da grande indústria assentou-se em uma nova estrutura social urbana configurada por distintas classes sociais (GUERRA *et al.*, 2007). Os trabalhadores urbanos apresentaram-se especialmente subordinados à esteira em que deslancha o ciclo de expansão econômica liderado pelo avanço do capitalismo industrial. Em função disso, a origem e o desenvolvimento dos trabalhadores urbanos guardou relação direta e consequente com as condições históricas em que se processou a transição para o capitalismo industrial nas mais distintas partes do mundo contemporâneo (GUERRA, *et al.*, 2007). Por decorrência, devem ser consideradas as especificidades presentes tanto no padrão de industrialização como na situação econômica, social e política prévia que marcaram a transição para o capitalismo industrial e seus efeitos na reprodução dos trabalhadores urbanos.

O primeiro aspecto que concede especificidade à formação e ao desenvolvimento desses trabalhadores diz respeito ao processo de industrialização em cada país. Do seu surgimento aos dias de hoje, o capitalismo manufatureiro foi demarcado por três distintos padrões de industrialização (GUERRA *et al.*, 2007). A partir da segunda metade do século XVIII, tendo a Inglaterra como referência, ganha dimensão o padrão de industrialização originária. O

¹ Sociologicamente, talvez essa possa distinguir uma classe baixa urbana (composta por assalariados das fábricas, por empregados de lojas e escritórios com baixo rendimento etc.) e uma classe dependente urbana (constituída pelo setor indigente e flutuante das grandes cidades, com frequência vivendo em estado de pauperismo e anomia)

aparelho industrial que se estabeleceu desde então prevaleceu integrado na constituição de dois departamentos produtores de meios de produção e meios de consumo. Assim:

Em pleno contexto da primeira revolução industrial e tecnológica, e expansão do segmento dos trabalhadores urbanos ingleses foi subordinada pela dinâmica das atividades vinculadas pelo ciclo têxtil e pela construção ferroviária. Frente ao sistema de produção fundado o uso de tecnologia que não exigia sofisticados conhecimentos científicos, mas fundamentalmente homens práticos no desempenho de atividades manufaturadas, proliferam pequenos empreendimentos que concorriam livremente. (GUERRA *et al.*, 2007, p.18).

Segundo Guerra (2007), ao longo do século XIX um conjunto de nações solidificou a estrutura produtiva manufaturada inserida em pleno desenvolvimento de uma segunda revolução industrial e tecnológica. Nesse processo, as escalas de produção já não podiam ser atendidas por pequenos empreendimentos, conforme a herança do padrão de industrialização originária verificada na Inglaterra.

Ao invés de homens práticos e de longa formação em torno de aprendizagem, ganha dimensão na grande indústria a absorção de grandes segmentos de empregados em um mesmo local de trabalho e submetidos ao mesmo processo de organização e gestão da mão de obra, o que levou a simplificação e repetição de tarefas. (GUERRA *et al.*, 2007, p.18).

Conforme o supracitado, a grande empresa capitalista tratou imediatamente de constituir uma administração científica do trabalho tendo como desafio gerir um montante muito grande de trabalhadores que antes era pequeno. Nesse processo, em vez de atividades de empreiteiros de mão de obra, as atividades de gerência e demais funções burocráticas passaram a ser feitas em tempo integral. Além disso, houve um incremento considerável na antiga relação de responsáveis para todas as atividades básicas no interior das empresas, configurando um novo e significativo segmento de pessoal não vinculado diretamente às atividades de produção (GUERRA, 2006). Nesse processo, as classes médias assalariadas passaram a se diferenciar dos postos de trabalho ligados diretamente à produção. Sem deter a propriedade e a posse de alguns dos meios de produção a classe média assalariada emergente encontrou a diferenciação em relação à classe trabalhadora, não apenas pela extremidade do rendimento, mas também pelo padrão de consumo elevado (GUERRA *et al.*, 2006).

A partir do século XX, Segundo Guerra (2007), ocorreu um processo de expansão do padrão de industrialização tardia. Diferentemente dos períodos anteriores, as nações que avançaram na constituição do capitalismo industrial se defrontaram com a monopolização de parte importante da produção manufaturada, concentrada em poucas empresas transnacionais. O padrão da industrialização tardia representou um rápido e concentrado bloco de investimentos

voltados ao desencadeamento muito próximo dos três grandes setores de atividades econômicas (bens de produção, bens de consumo dos capitalistas e dos trabalhadores).

Já o segundo aspecto relaciona-se com o momento histórico determinado pela passagem das formas pretéritas de ocupação para o novo trabalho nas cidades. Nesse processo as transformações do trabalho generalizadas pela emergência do capitalismo industrial destacaram especificidades importantes (GUERRA, *et al.*, 2007). Na Inglaterra, a longa passagem da sociedade servil para a condição de trabalhador urbano-industrial representou, muitas vezes, uma regressão na situação geral de vida e trabalho, haja vista a transição entre as atividades desenvolvidas no meio rural e o novo trabalho urbano ser acompanhado por sua subordinação direta ao ritmo da máquina e da sobrevivência sobre elevado grau de exploração (GUERRA *et al.*, 2007).

Já para o caso dos países sem passado feudal e forjadas pelo processo de colonização ocidental, como é o caso dos Estados Unidos, a passagem das atividades no campo para condição de trabalhador urbano transcorreu de forma distinta da verificada na Europa. Em geral, o trabalhador urbano não estava solidamente submetido à inércia da situação do operário da fábrica, mas na posição de um mecânico ou artífice que aspirava a sua própria oficina no âmbito do local do trabalho. Assim:

A condição de trabalho urbano era identificar como uma posição transitória, de passagem para uma situação de trabalho e de vida superior. A mobilidade geográfica e social serve de efeito anestésico para o inicial estranhamento e conflituosidade que seriam estabelecidos pela natureza das relações entre empregados e patrões. (GUERRA *et al.*, 2007, p.20).

Com a consolidação do padrão de industrialização retardatário durante o século XIX, houve surgimento de um mercado próprio de trabalho no interior do circuito das grandes empresas ou vinculadas a elas. Em geral, as condições e relações de trabalho eram superiores às praticadas no interior do mercado de trabalho, e era viabilizado pelo estabelecimento de contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos de trabalhadores industriais e da grande empresa. (GUERRA *et al.*, 2007).

Diante do que foi exposto, cabe considerar o terceiro aspecto que influencia na especificidade da formação e do desenvolvimento do trabalhador urbano. Sobre isso é que se destacam os distintos modelos de incorporação política do trabalhador urbano, pesando, sobretudo, a presença, a continuidade e o grau de avanço do regime democrático em cada país.

Tendo em vista o predomínio da lógica de funcionamento da grande indústria, determinada pela forte pressão na obtenção de crescentes ganhos de produtividade, mereceu relevância a conjunção de interesses entre classes operárias e médias assalariadas. A constituição de regimes políticos amparados na democracia de massa, com presença de partidos nacionais sustentados na agenda de inclusão do trabalhador urbano, somente foi possível com a universalização do voto secreto, superando o estágio pretérito da democracia formal, meramente censitária - com votos não-secretos e somente de homens de expressivo patrimônio e alta renda. (GUERRA *et al.*, 2007, p.23).

Com a chegada da representação operária no poder legislativo e, posteriormente, no executivo, observou-se a aprovação das primeiras legislações trabalhistas, que buscaram generalizar aos ocupados urbanos, as conquistas que anteriormente eram alcançadas pelos grandes empregados das grandes empresas industriais, por intermédio do contrato coletivo de trabalho (GUERRA, *et al.*, 2007).

2.3 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO INDUSTRIAL BRASILEIRO ATÉ OS ANOS 1990

A partir da Revolução de 1930, o país conformou o seu mercado nacional de trabalho movido pelo ciclo da industrialização e da urbanização. Até então, predominava tão-somente a presença de mercados regionais de trabalho, subsumidos pela dinâmica rural primário-exportadora e imigração de mão-de-obra estrangeira, suficiente para deixar à margem a força de trabalho nacional, sobretudo a população negra (POCHMANN, 2004).

De 1930 e 1980, o Brasil deixou de ser uma "grande fazenda de café" para se transformar na oitava economia industrial do mundo, com importante absorção da força de trabalho nacional, especialmente proveniente do campo. Também contribuiu para a ampliação e estruturação do mercado de trabalho a presença de uma regulação pública fundada no assalariamento, cuja Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve, desde 1943, papel fundamental na promoção de menor heterogeneidade nas condições e relações de trabalho no país. "Ainda que incompleta, a tendência de estruturação do mercado de trabalho se deu em função da rápida ampliação dos empregos assalariados, sobretudo daqueles com registros formais, da redução relativa das ocupações por conta própria e sem remuneração e do desemprego" (POCHMANN, 2004, p.24).

Mas, foi a partir segunda metade dos anos 1950 que o mercado de trabalho vivencia uma nova fase. Com o plano de Metas, instituído com intuito de alavancar a produção do país e dirimir os gargalos infraestruturais existentes, grandes empresas transacionais que se instalaram no Brasil passaram a utilizar um número crescente de mão-de-obra com maior qualificação,

geralmente com ensino superior, acompanhada de salários maiores em relação ao dos operários do chão de fábrica. "Tudo isso contribuiu para o aparecimento de um conjunto importante de sinais associados a mobilidade social urbana, ainda que de maneira diferente no interior dos estratos demográficos" (GUERRA, *et al.*, 2006, p.31). No entanto, a industrialização e a urbanização criaram oportunidades generalizadas fundamentalmente a partir de 1955, com a instalação de grandes empreendimentos industriais. Tais empreendimentos e, por consequência, o mercado interno de trabalho contribuíram decisivamente para a elevação da renda urbana, gerando inúmeras oportunidades de negócios de trabalho (GUERRA *et al.*, 2007).

O dinamismo econômico da passagem da década de 1960 para a década de 1970, com estratégia de crescimento pautada no endividamento externo, corroborou para modernizar o parque industrial brasileiro, com a introdução de novos métodos de administração e novas tecnologias, e esse fato ajudou a consolidar também o mercado de trabalho urbano (os setores que mais absorveram mão-de-obra foram a indústria, o comércio e os serviços). A classe média nesse processo, que era formada por ocupações, como: gerentes, profissionais liberais, médios empresários, e etc., foi a mais privilegiada e, assim, pôde desfrutar dos benefícios do crescimento econômico como escoadouro natural da produção industrial de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, dentre outros). Porém, a maioria dos trabalhadores assalariados foi prejudicada por uma política de arrocho salarial que fora intensificada nesse período (SANTANGADA, 1985).

Mas a partir dos anos 1980, o modelo econômico brasileiro pautado no endividamento externo entrou em bancarrota e o país passou a vivenciar um grave problema - fato que foi conhecido na literatura econômica brasileira como "crise da dívida externa - que trouxe implicações negativas no mercado de trabalho. Em face disso, ampliou-se o esvaziamento do segmento organizado do trabalho tendo seus efeitos estendidos por mais de duas décadas. Adicionada à redução na participação relativa de empregos assalariados com registro no total dos assalariados, notou-se também a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana (POCHMANN, 2004).

Nos anos 90 o problema se agrava e a necessidade de flexibilização de custos é colocada na ordem do dia das estratégias gerenciais das relações de contratações da força de trabalho (POCHMANN, 2004). A crise do antigo padrão fordista de estabilidade tecnológica e organizacional cedeu o lugar para um novo contexto marcado pela transformação de fluxos de

produção, pela inovação tecnológica acelerada com base microeletrônica, pela desverticalização do trabalho da produção, focalização de atividades e subcontratação das tarefas não-prioritárias nas novas estratégias competitivas. "Esses elementos criaram uma nova forma de flexibilidade no mercado de trabalho que implicou no crescimento do desemprego, no enfraquecimento das negociações coletivas e dos sistemas de proteção social e um uso mais intensivo da força de trabalho" (CASTRO, 1998, p.189). Nos países centrais esse processo deu lugar a um amplo debate sobre a desregulamentação do trabalho, que tem significado em grande medida um processo de destituição de direitos que estiveram entre as conquistas mais características do moderno estado capitalista de bem estar (CASTRO, 1998). Nesse processo, as empresas mudaram os seus padrões de organização e gerenciamento da produção, passando a ser, assim, indutores de intensa subcontratação e formação de redes interfirmas, de uso de mão de obra temporária ou em jornada parciais de trabalho. Na ausência de uma estrutura de representação política de interesses que interfira legitimamente e de modo eficaz, uma fração do mercado que até aqui se mantivera como um segmento em que dominava a relação de trabalho assalariada, do tipo estruturado, passa a exprimir níveis mais e mais elevados de fragilização (CASTRO, 1998).

2.4 O BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A discussão recente sobre a possível ascensão de uma "nova classe média" no Brasil é bastante oportuna e deve ser incentivada, haja vista as importantes mudanças sociais ocorridas no país nestas últimas décadas. Fazendo uma retrospectiva histórica acerca das transformações sociais ocorridas no Brasil, Pochmann destaca que o país apresentou três dimensões diferenciadas de transformação social em apenas em 50 anos.

A primeira onda de transformação ocorreu de 1960 a 1980, onde houve no país uma forte expansão do ritmo de crescimento da renda *per capita*, com crescimento anual de 4,6% ao ano. Apesar desse crescimento a participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu 11,7%, e o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho aumentou algo em torno de 22% no período supracitado (POCHMANN, 2012).

A segunda onda de transformações também não foi favorável para o conjunto dos trabalhadores. De 1981 a 2003 o quadro geral observado foi demarcado pela estagnação do rendimento do conjunto dos ocupados, com variação anual positiva de somente 0,2% (POCHMANN, 2012). "A situação geral do trabalho regrediu consideravelmente (-14%),

tendo em vista a elevação do desemprego aberto e a proliferação de postos de trabalho de reduzida remuneração e alta informalidade contratual” (POCHMANN, 2012, p.14).

Mas a partir de 2004 se verifica a manifestação de uma “terceira onda” de transformação, onde passaram a ocorrer significativas mudanças nos aspectos sociais no país. Nesse processo se assiste à recuperação do papel do Estado, o que permitiu retornar à luta pela superação do subdesenvolvimento. Concomitante com a maior expansão econômica houve redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, bem como a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional. Em grande medida, a dinâmica da economia nacional passou a estar associada ao comportamento do gasto social, possibilitando o fortalecimento do setor privado na produção de bens e serviços adequados à crescente demanda que decorre do processo de inclusão de enormes segmentos tradicionalmente excluídos (GUERRA *et al.* 2015).“De maneira geral, constata-se que entre 2004 e 2010, a renda per capita dos brasileiros cresceu a uma média anual de 3,3%, ao passo que o índice da situação geral do trabalho cresceu em média 5,5 ao ano” (POCHMANN, 2012, p.16).

Vale ressaltar que tal fato foi auxiliado em grande medida por um conjunto de fatores importantes, dentre os quais podemos destacar a melhoria dos "termos de troca" dos produtos brasileiros no comércio internacional e o aumento das relações comerciais com os países dos BRICS. Ademais, observa-se que nesse processo ocorreu também uma retomada na estruturação da máquina administrativa por meio da abertura de vagas em concursos públicos para a administração federal e autarquias públicas. O setor privado por sua vez, incentivado pelas políticas públicas especialmente pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), passou a investir e ampliar as vagas de emprego na construção civil. Para os setores mais pobres houve incremento nos programas assistenciais, com as transferências de renda, esta que favoreceu o consumo em atividades como comércio e serviços, especialmente nos pequenos municípios em que as transferências da previdência e da assistência social constituem-se em importante fonte de renda. Nesse contexto, o grande aumento na renda das classes C e D causados pelo aumento real do salário mínimo, de aposentadorias e proteção social melhoraram e muito a distribuição de renda no país. Diante do que foi exposto, salienta-se que nos últimos anos passou a ocorrer no Brasil um vigoroso processo de avanço das políticas sociais fato que, inclusive, reverberou positivamente na geração de mais empregos e renda (BRASIL, 2013). Além disso, foram implementadas outras políticas, além

daquelas que foram mencionadas, objetivando corrigir as distorções das desigualdades sociais existente no Brasil, como o Pró-Uni, o sistema de cotas raciais e o FIES.

2.5 NOVOS TEMPOS E A EMERGÊNCIA DE UMA "NOVA CLASSE MÉDIA GLOBAL"

O crescimento econômico das economias emergentes tem recebido muita atenção nos últimos anos. As implicações desse crescimento tem ajudado expandir as oportunidades econômicas além de transformar a paisagem política em alguns dos países mais populosos do mundo (DADUSHI, 2012). Nesses países grupos significativos de pessoas ascenderam verticalmente na pirâmide social, ingressando assim na "nova classe média". Nesse processo o deslocamento da riqueza mundial da Europa para as chamadas “nações periféricas” mostra uma tendência histórica em que a economia global esta se remodelando (SPITZCOVSKY; PEREIRA, 2012). O primeiro fator que permitiu o crescimento desse novo grupo social foi o processo de urbanização. Como consequência disso, a população urbana ultrapassou a população rural mundial pela primeira vez na história da humanidade. Associado a isso, temos o segundo fator: as reformas econômicas aplicadas nessas nações, fato que permitiu um crescimento econômico acima da média, resultando na “nova classe média” (SPITZCOVSKY; PEREIRA, 2012).

Segundo Dadushi (2012) o surgimento de uma classe média global é um fenômeno real. Pela definição mais usada, há uma estimativa de 369 milhões de pessoas em países do G20² que são, atualmente, consideradas de classe média, embora esse número possa ser subestimado. Em comparação, há cerca de 1 bilhão de membros da classe média residentes em países avançados, de acordo com a definição mais utilizada. Ainda conforme o referido autor, o mundo em desenvolvimento, especialmente, é o que tem vivenciando esse processo com mais intensidade. Uma década atrás, 83% da população mundial estava vivendo em países em desenvolvimento, mas era responsável por apenas 18% do consumo privado global. Hoje, essa população é de 85% e a sua quota de consumo privado mundial saltou para quase 30%. O consumo privado nos países em desenvolvimento tem vindo a crescer em cerca de três vezes a taxa dos países avançados, o que se reflete em um rápido crescimento da demanda não apenas

² O G-20 é a união dos países em desenvolvimento. Ele foi criado em 2003, pouco antes da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Primeiramente, o grupo era chamado de G-33, mas teve seu nome substituído por G-22. A denominação decretou-se na reunião de cúpula do Grupo dos Sete (G7) que, atualmente é G8. A reunião que decidiu o nome de G20 foi realizada em 1999, na cidade de Colônia, na Alemanha. Os países que fazem parte do G-20 são: Brasil, Argentina, Arábia Saudita, México, China, Índia, Austrália, Indonésia, Coreia do Sul, África do Sul e a Turquia. Do Grupo dos Sete, mais a Rússia, G8: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Japão e a Rússia

para as necessidades, tais como o trigo, mas também para considerados de luxo, tais como telefones celulares e ar condicionado, por exemplo, (DADUSHI, 2012).

De acordo com MacLennan (2012), o rápido crescimento dessas e de outras economias além de está remodelando a distribuição da renda no mundo está tornando-a significativamente mais igualitária. Ademais, as transformações econômicas raramente deixam de afetar as outras esferas da vida, e as mudanças atuais, provavelmente, não serão exceção. Uma característica dessas mudanças estará no movimento de um mundo com a atividade econômica altamente concentrada na América do Norte, Europa e Japão para uma economia mundial mais equilibrada, com vários mercados regionais significativos:

Além das mudanças entre os países, que começaram a reverter a “Grande Divergência” do Século XX, haverá transformações significativas no ambiente interno, na medida em que as populações mudam da pobreza para uma vida mais afluyente. As demandas políticas e materiais das pessoas de classe média são muito diferentes daquelas dos ricos e pobres, com o potencial de perturbar o equilíbrio institucional em muitas nações. (MACLENNAN, 2012, p.6).

Nesse processo, no centro desta massiva transformação de riqueza presente em riqueza futura está a nova classe média dos BRICS que talvez seja a face humana mais palpável desta revolução (NERI 2011). Os países emergentes conquistam crescente atenção mundial, especialmente depois da recente débacle dos países ricos. Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e agora a África do Sul) e seriam os principais tijolos edificadores da riqueza em 2030. Estes países que juntos abrigam mais da metade dos pobres do mundo hoje, multiplicará até 2050 por sete a sua relação com a renda gerada nos países do G7.

Em um trabalho intitulado “*Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média*”, Marcio Pochmann elaborou um estudo sobre a divisão da classe média no mundo onde aponta que em 2009 havia cerca de $\frac{1}{4}$ da população do planeta na classe média, considerada pelo critério exclusivamente de renda, e que 1,8 bilhões de pessoas têm rendimento médio de entre 10 a 100 dólares diários (PPP). Para o ano de 2020, projeta-se 3,2 bilhões de pessoas identificadas como sendo de classe média:

Entre 1995 e 2009 houve um aumento de 40% na expansão relativa da classe média asiática. Ainda para o mesmo conjunto de indicadores de definição de classe média global por critério de rendimento, registra-se a redivisão no total da renda compreendida pelos segmentos de rendimento intermediário (10 a 100 U\$S). (POCHMANN, 2013, p.166).

Mas, não se pode perder de vista o fato de que está havendo um decréscimo na participação relativa da população de classe média nos países da América do Norte e da Europa³. Tal questão é fruto do processo de desindustrialização que alguns países desses continentes têm enfrentado. Outrora os países da América do Norte e Europa que antes concentrava 2/3 da classe média global, tornaram-se residuais na re-divisão da classe média mundial com cerca de 1/5 do total das pessoas com rendimento familiar per capita entre 10 e 100 dólares (POCHMANN, 2013).

Sobre o declínio da classe média em países ricos Dallinger (2013) observou que esse processo ocorreu pela primeira vez em países como EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Nesses países, o debate sobre o declínio da classe média ocorreu cedo, haja vista o aumento geral das disparidades de renda iniciada a partir dos anos 1970 provocado pela reestruturação produtiva (DALINGER, 2013). Segundo a autora, a maioria dos países europeus experimentaram esse problema mais tarde, pelo fato de possuir regulamentos mais abrangente do mercado de trabalho, além de ser mais aberto a negociação salarial coletiva e ter programas de assistência social, fatos que ajudaram a reter os efeitos nefastos da desregulamentação. Mas a partir do momento em que a desigualdade começou a aumentar na Europa passou-se a estudar o aumento da pobreza e as consequências da desregulamentação no emprego remunerado e na distribuição da renda. Como observa Dalinger (2013), a desregulamentação afetou particularmente grupos com baixas qualificações técnicas e com fraco poder de barganha sindical. Outrora a desregulamentação e a pobreza eram tidos como um perigo que apenas as classes menos afortunadas enfrentariam, e por isso tais questões não eram percebidos como risco para as classes médias. Hoje, no entanto, se reconhece que países como a França e Alemanha mesmo tendo economias de mercado bem coordenadas e com Estado de bem-estar social corporativo as classes médias estão ameaçadas (DALINGER, 2013).

Sobre o debate concernente a emergência de classes médias no continente asiático, Rougier e Clement (2015) destacam que a expansão do referido grupo está associada ao crescimento do consumo e o investimento em capital humano. No que tange ao primeiro aspecto tem grande

³ Nos últimos anos, um debate público começou sobre o encolhimento da classe média em vários países europeus. O aumento das disparidades na distribuição de renda é vista como perigo para a classe média. Assim, o medo é que ele não será apenas os grupos de baixa renda, que serão confrontados com o agravamento das perspectivas de emprego e oportunidades de renda. Então, um debate que começou muito mais cedo nos países de língua Inglês liberais devido a um aumento das desigualdades, que começou a ser observado na década de 1970 já atingiu a Europa continental (KUTMER, 1983; EHRENREICH, 1989; ALDERSON *et al.*, 2005; ATIKSON, 2007).

importância a expansão de uma classe de funcionários localizados nos níveis médios da escala de renda e capaz de consumir bens de industrialização mais diversificada. Por ter um peso demográfico mais elevado do que os grupos de renda mais alta, a classe média pode criar oportunidades de mercado e economias de escala para as empresas nacionais (ROUGIER; CLEMENT, 2015).

O acesso das classes superiores ao consumo de novos bens reduz progressivamente os preços e aumenta conseqüentemente o acesso ao mercado de classes médias, consideradas inferiores. Simultaneamente, a diminuição mais rápida do preço de um bem, assim que as classes de renda intermediária passam a consumi-lo, libera os recursos orçamentários para as classes de rendimento superior que podem, assim, consumir novos produtos e permitir o início do desenvolvimento de um novo setor. Se o tamanho da classe média é muito limitado ou se essa classe média não é muito diferente da classe de rendimento superior, tem-se então que o desenvolvimento de uma produção diferenciada é interrompida e a economia mantém as características dualistas, com os mais ricos consumindo bens de luxo importados e os mais pobres consumindo os produtos de primeira necessidade locais de baixa produtividade. (ROUGIER; CLEMENT, 2015, p. 37).

Sobre o investimento em capital humano o referido autor aponta que a emergência de uma classe média pode igualmente influenciar as mudanças econômicas através do investimento nesse capital. Segundo Rougier e Clement (2015) o fato das famílias pobres se tornarem de classe média as permite reduzir a poupança de precaução e aumentar a capacidade de poupança global da economia.

Mas, o que caracteriza a poupança das classes médias reside provavelmente mais na sua utilização do que em seu nível. Os modelos de “armadilha da pobreza” têm mostrado que as desigualdades de acesso ao financiamento afetam as escolhas ocupacionais e os investimentos em capital humano das famílias dos países em desenvolvimento, condenam os mais pobres à ociosidade ou a empregos muito pouco produtivos. (ROUGIER; CLEMENT, 2015, p.37).

Desse modo, uma maior propensão a poupar das famílias asiáticas poderia permiti-las ultrapassar essas restrições com fortes efeitos positivos sobre a dinâmica agregada da economia, em termos de produtividade e de transformação setorial.

Sobre a temática da nova classe média na América Latina, num relatório elaborado pelo Banco Mundial intitulado “*mobilidade econômica e a ascensão social da classe média latino-americana*” seus autores apontam que nesse continente a classe média cresceu de forma substancial, passando de 100 milhões de pessoas em 2000 para cerca de 150 milhões no final da última década (LOPEZ-CALVA *et al.*, 2013). De acordo com os autores do referido relatório, durante o mesmo período enquanto a renda familiar cresceu e a desigualdade

diminuiu na maioria dos países o percentual de pobres caiu de forma significativa: de 44% para 30%:

Como resultado, as parcelas representativas da classe média e dos pobres na população latino-americana agora são quase iguais. Esses indicadores apresentam um evidente contraste com a situação que prevaleceu (por um longo período) até cerca de 10 anos atrás, quando o percentual de pobres flutuou em torno de 2,5 vezes o da classe média. (LOPEZ-CALVA *et al.*, 2013, p.1).

Segundo o referido estudo, pelo menos 40% das famílias da região ascenderam na pirâmide social entre 1995 e 2010. Ou seja, 50 milhões de latino-americanos escaparam da pobreza durante a década. Porém o relatório aponta que:

A maioria dos pobres que prosperou não ingressou diretamente na classe média, mas passou a fazer parte de um grupo inserido entre os pobres e a classe média, que o relatório chama de segmento vulnerável e que agora constitui a mais ampla camada social na região. (LOPEZ-CALVA *et al.*, 2013, p.5).

Os membros desse grupo vulnerável, que representam 38% da população, apresentaram um melhor desempenho em termos de renda do que os pobres, mas carecem da segurança econômica que a classe média possui, pois a classe vulnerável ganha entre US\$4 e US\$10 *per capita* por dia (BANCO MUNDIAL, 2012). De acordo com Galassi e Gonzalez (2010) o termo "vulnerabilidade" apareceu recentemente na América Latina há algumas décadas. Os estudos sobre vulnerabilidade social ganhou importância em meados dos anos 1990 como uma resposta para o desenvolvimento técnico em relação às novas formas de desigualdade social derivada da instabilidade econômica dos países em desenvolvimento e o avanço da globalização. Além de seu valor teórico, a abordagem concernente a vulnerabilidade social é importante na agenda política, pois o risco que as famílias tem em cair na pobreza, uma vez saído dela, leva os governos a adotarem políticas sociais para impedir que tal fato ocorra novamente. Mas vale ressaltar que embora tais políticas possam produzir resultados a curto prazo, não terão efeito no longo prazo (CEPAL, 2002 *apud* GALASSI; GONZALEZ, 2010).

Segundo o Banco Mundial (2012) durante décadas, a redução da pobreza⁴ e o crescimento da classe média na América Latina e no Caribe (ALC) avançaram em ritmo muito lento, uma vez que o baixo crescimento e a persistente desigualdade detiveram o progresso nesses países.

⁴ Nesse processo dois eventos tiveram papel fundamental para expansão da classe média e redução da pobreza: renda mais elevada e menor desigualdade. No entanto, em termos estatísticos, o crescimento econômico (aumento da renda média *per capita*) desempenhou um papel muito maior e foi responsável por 66% da redução da pobreza e por 74% do crescimento da classe média nos anos 2000 (LOPEZ-CALVA *et al.*, 2013).

Nos últimos dez anos, no entanto, a renda apresentou uma significativa melhora na região devido a mudanças nas políticas governamentais que enfatizaram a criação de programas sociais e a estabilidade econômica:

O resultado final foi que a classe média cresceu 50% e tornou-se 30% por cento da população da região em 2009. Entre os países com melhor desempenho estão o Brasil, que compreendeu cerca de 40% do crescimento de classe média na região; a Colômbia, onde 54% das pessoas melhoraram sua situação econômica no período de 1992 a 2008; e o México, que viu 17% da sua população ingressar na classe média entre 2000 e 2010. Hoje, a classe média e os pobres na América Latina respondem por cerca da mesma parcela da população, segundo o relatório. (BANCO MUNDIAL, 2012, p.1).

O estudo elaborado pelo Banco Mundial concluiu que os principais fatores que favoreceram a mobilidade na América Latina foram: os aumentos dos níveis de escolaridade entre os trabalhadores, o aumento do emprego formal, a urbanização, aumento da participação das mulheres na força de trabalho e diminuição no tamanho médio das famílias. O relatório definiu a classe média em termos da renda como um segmento de indivíduos que ganham entre US\$10 e US\$50 por dia, visto que esse nível de rendimento proporciona um aumento da capacidade de resistência a eventos inesperados e reflete uma menor probabilidade de retorno à pobreza (BANCO MUNDIAL, 2012).

Porém o relatório também constata que, com exceção dos anos de escolaridade, a mobilidade intergeracional permanece limitada. O relatório também identifica três estratégias que os governos poderiam adotar visando obter o apoio da classe média para um contrato social mais justo e legítimo:

1. Incorporar explicitamente o objetivo das oportunidades iguais nas políticas públicas para romper com a percepção de que o sistema tende a favorecer os mais privilegiados.
2. Implantar uma segunda geração de reformas no sistema de proteção social - incluindo assistência social e seguro social - para superar a fragmentação, melhorando a equidade e a eficiência.
3. Romper o ciclo vicioso de baixa tributação e má qualidade dos serviços públicos, investindo uma parte do ganho inesperado com as commodities da região para melhorar a qualidade dos serviços e da administração pública.

O debate concernente a ascensão social proveniente do crescimento econômico que atingiu com mais intensidade a periferia do capitalismo é importante e precisa ser mais aprofundado.

Por está razão, faz-se necessário observar outras metodologias e novos critérios de estratificação econômica que tem sido utilizado.

2.6 NOVAS METODOLOGIAS NO ESTUDO DA "NOVA CLASSE MÉDIA MUNDIAL"

Para muitos autores, nos tempos hodiernos, entre as muitas possibilidades de se interpretar a dinâmica social procurar entendê-la *ipse literis* pelas teorias sociais do passado XIX, como fazem muitos autores e institutos de pesquisa, tornou-se anacrônico. “As categorias e os conceitos que todos nós nos acostumamos a usar, para pensar um mundo que transforma tão rapidamente, não o explicam mais” (SOUZA, 2010, p.19). Assim, as técnicas de definição e mensuração das classes pelo aspecto econômico, especialmente a classe média, passou a ter grande relevância nesse processo. Mensura-la, no entanto, não é tarefa fácil, pois não existe uma definição amplamente aceita do que a constitui e as medidas baseadas na renda comumente usados sofrem de uma série de deficiências (DADUSHI, 2012).

De acordo com Kharas (2010) a classe média é uma classificação social ambígua, mas está amplamente associada a capacidade de levar uma vida confortável. É um "novo consumismo" que define a classe média: a constante "extrapolação das normas de estilo de vida; a difusão de consumo conspícuos, bens superflúos e da concorrência pela aquisição das mesmas; e a crescente desconexão entre os desejos dos consumidores e dos rendimentos.

Muitos autores utilizam vetores investigativos que tem a renda corrente como método de definição de classes econômicas. Mas a maneira como os limites dessa classe são estabelecidos variam muito. A identificação estatística da classe média é baseada, principalmente, na definição de uma faixa de renda onde as famílias estão localizadas dentro dela. Assim, destaca-se o critério investigativo que identifica um conjunto de pessoas que absorvem de modo concentrado uma determinada parcela da renda nacional definida previamente (GUERRA *et al.*, 2007).

Nesse processo, a abordagem relativa define a classe média como a população que está no meio da distribuição de renda.

Essas definições dependem da definição (ad hoc) de fronteiras e, em geral, identificamos cinco grupos principais de definições objetivas: i) definições com base em percentis ii) as definições com base em medidas de tendência central, iii) definições com base em absoluto limiaries, iv) definições com base em medidas mistas, e V) definições endógenos. (LOJA; FARJADO, 2011, p.4).

Assim, segundo Birdisal, uma família é considerada de classe média em cada país quando está situada, literalmente, no meio da distribuição de renda, ou seja, quando auferem renda per capita na faixa de 75% e 125% da média familiar. Essa abordagem permite comparar o tamanho da classe média em todos os países e dentro dos países ao longo do tempo. Mas o problema com esta abordagem é que cada país tem uma renda mediana diferente, de modo que a definição do que é turnos de classe média de um lugar para outro (BIRDISAL, 2012).

Dito isso, uma das grandes questões que está em evidencia sobre o tema da classe média é saber até que ponto uma definição de classe média aplicada a países desenvolvidos pode ser útil a países pobres ou em desenvolvimento (SALATA, 2012). Assim, autores como Ravallion, utilizam duas definições de classe média: a “classe média do mundo em desenvolvimento” e a “classe média ocidental”:

Fariam parte da primeira aqueles que não são considerados pobres de acordo com os padrões medianos do mundo em desenvolvimento, mas que ainda assim são pobres quando vistos através dos padrões dos países desenvolvidos. Aquelles que não podem ser considerados pobres segundo nenhum dos dois padrões se encaixariam dentro da “classe média ocidental. (RAVALLION, 2010 *apud* SALATA, 2012).

De acordo com Rougier (2015), se olharmos para a escala dos países em desenvolvimento ou região geográfica, é importante definir critérios de adesão que permitem a comparação internacional. Neste caso, a abordagem absoluta de limites internacionais expressos em dólares PPP devem ser preferidos.

Assim, para autores como Milanovic e Shlomo estariam na classe média pessoas que auferem diariamente renda situada entre US \$ 10 e US \$ 50 em PPP (DADUSHI, 2014). Já o Banco Mundial define como sendo de classe média o individuo que possui uma renda superior a US \$ 2 por dia ou US \$ 60 dólar por mês a preços norte-americanos em termos de paridade de poder de compra (PPP).

Mas, o critério utilizado pelos autores supracitados, bem como pelo Banco mundial é muito limitado, visto que tais níveis de renda ainda que permita ao individuo comprar artigos de luxo como telefone celular, por exemplo, não é suficiente para permitir que o mesmo tenha acesso a uma fonte de alimentação regular. Assim, esse nível de renda é insuficiente para proporcionar ao indivíduo condições associada aos padrões de classe média dos países avançados (DADUSHI, 2014). Dadushi ainda critica os métodos que objetivam mensurar as classes médias por meio da renda, haja vista tais métodos ser sujeito a arbitrariedades e incoerência, por estarem sujeitos a uma série de problemas de medição:

Em primeiro lugar, eles são baseados em pesquisas domiciliares realizadas com pouca frequência que variam enormemente em qualidade e pode sofrer de vários tipos de erros e distorções, incluindo o fato de que as famílias mais abastadas podem, por muitas razões, subestimar sua renda, enquanto as famílias mais pobres podem exagerar. Em segundo lugar, a renda, mesmo quando medido adequadamente, não reflete diretamente o consumo privado. A parcela de tributação e gastos do governo no PIB varia muito, por exemplo, e as famílias de diferentes países e em diferentes níveis de renda apresentam comportamento de poupança muito diferente. Em terceiro lugar está o enorme desafio de medir a renda a preços comparáveis para chegar ao poder de compra entre os diferentes níveis de desenvolvimento. (DADUSHI, 2014, p. 3).

Já Kharas (2010) define a classe média global pelo consumo, considerando que o indivíduo de classe média é aquela que gasta diariamente entre 10 a 100 dólares em termos de paridade de poder de compra. Já uma família de classe média, para o referido autor, é aquela que tem a capacidade de desfrutar de uma habitação confortável, de possuir oportunidades de conceder aos seus filhos uma boa educação, incluindo faculdade para eles, de desfrutar de uma modesta aposentadoria, além de possuir renda discricionária que possa ser gasta em férias, atividades de lazer e com plano de saúde.

Como pôde ser observado, as novas metodologias desenvolvidas por muitos autores para o estudo da "nova classe média mundial" tem a renda corrente e permanente, além do consumo, como os elementos definidores da condição social de famílias e indivíduos, fato que torna suas abordagens com pouco teor de criticidade. Desse modo, negligenciam elementos da atual conjuntura econômica, onde o consumo de massa, por exemplo, se dá a custa da exploração de um contingente brutal de pessoas - grande parte desse contingente está situado em países muito populosos, como a china e indonésia - onde a força de trabalho é submetida a jornadas diárias escorchantes e em troca de baixos salários.

2.7 "A NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA" E A SUA CONTROVÉRSIA

A melhoria nas condições de vida de muitos brasileiros que integram a base da pirâmide social, associada a uma melhor distribuição de renda ocorrida no país nos últimos anos permitiu a muitos deles "melhorar de vida" bem como mudar seus hábitos de consumo. Segundo Azevedo e Margedan Junior (2009) o aumento no rendimento familiar tem levado as famílias da classe C, juntamente com outros estratos da base da pirâmide a direcionar parte de seus gastos para o consumo de bens considerados supérfluos, tais como sucos prontos, ketchups, massas instantâneas, queijinho *petit suisse*, iogurte, cremes e loções. Além disso, a compra de celulares e produtos de beleza demonstram nitidamente o consumidor de baixa renda está sofisticando as suas compras. (AZEVEDO; MARGEDAN JUNIOR, 2009, p. 24).

De acordo Marcelo Neri (2012), em “*A nova classe média o lado brilhante da base da pirâmide*”, os avanços sociais ocorridos no país permitiu a 40% da população ser incorporada a classe C, sendo que tais avanços beneficiaram, principalmente, os grupos sociais menos favorecidos: mulheres, negros, analfabetos, nordestinos e pessoas com baixa escolaridade. Segundo o referido autor, uma das questões mais importante que contribuiu para formação de uma “nova classe média” nesse processo foi a criação de empregos com carteira assinada.

Um dos fenômenos mais marcantes no mercado de trabalho brasileiro recente é o aumento da taxa de formalização dos postos de trabalho. Discutir uma agenda de políticas para enfrentar a informalidade no Brasil neste momento passa, em primeiro lugar, por compreender o processo recente de formalização dos postos de trabalho e suas previsões. (NERI, 2012, p.186).

Mas, mesmo a classe média à brasileira diferindo da classe média norte-americana e européia ela pode ser considerada também como "uma classe média mundial", uma vez que a distribuição de renda no Brasil está muito próxima da distribuição de renda que vem ocorrendo no mundo. Na metodologia adotada por Neri essa nova classe média engloba quase a metade da população nacional:

Esse grupo do meio que auferia a renda média foi nosso ponto de partida para análise dessa nova classe média relativa. Nossa classe média está compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos (...) A classe média auferem, em média, a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. (NERI, 2012, p.116).

Ademais, nos seus estudos Neri considera que as medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam a sua verdadeira distribuição, pois em um país como nosso este tipo de consideração é de grande importância, visto que a média esconde mais que revela.

O aspecto inovador de nossa metodologia é sua capacidade de olhar para aspectos simbólicos da nova classe média para além do consumo, incorporando elementos ligados à esfera de geração de renda das famílias, tais como carteira assinada de trabalho do marido e da mulher, a entrada do filho na universidade ou na era da informática. (NERI, 2012, p.78 e 80).

Bolívar Lamounier e Amaury de Souza, partindo de uma perspectiva “weberiana” numa versão mais moderna sobre a idéia de classes, elaboraram um estudo sobre a estratificação social no país, destacando elementos de ordem micro-social em suas análises, como empreendedorismo, educação e mobilidade, rumos da política nacional, capital social, atitudes políticas e democracia. Deixando de lado a dinâmica macroeconômica concentraremos nossa

atenção em fatores ligados à motivação e a autocapacitação (denominado fatores weberianos) e na formação de valores sociopolíticos. (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p.158).

Os autores supracitados, analisando a mudança na estratificação do país ao longo das últimas décadas procuram “descortinar a escala da mudança por que passou a sociedade brasileira no curto espaço de duas gerações” (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p.164). Começando por uma retrospectiva histórica acerca das mudanças sociais ocorridas no país, os autores apontaram que houve no Brasil, desde a década de 70, uma ascensão social de uma massa de trabalhadores braçais que ajudaram a preencher as novas vagas criadas na indústria, no comércio e nos serviços urbanos. De acordo com os autores supramencionados essa tendência tornou-se mais forte nos anos 80 e, nessa fase, constatou-se:

A crescente importância da mobilidade circular, baseada na troca de posições ocupacionais, em que a ascensão de alguns indivíduos corresponde ao descenso de outros. Qualificação, competência e educação tornaram-se, assim, requisitos indispensáveis para subir na estrutura social. (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p.165).

Para Lamounier e Souza, a rápida queda da desigualdade de renda na última década abriu espaço para que estratos sociais inteiros ascendessem patamares mais altos, e este é o quadro dentro do qual se deve avaliar a emergência de uma “nova classe média” no Brasil. São de duas ordens as evidências que delineiam esse processo: os movimentos da população ao longo do gradiente de renda, em primeiro lugar; e em segundo o aumento do potencial de consumo:

Comparando-se consumidores nas diferentes classes econômicas, constata-se que a classe C - identificada como a nova classe média brasileira – passou de 36% a 42% da população entre 2003 e 2008. No mesmo período, as classes A e B passaram a totalizar 30%, ao passo que as classes D e E reduziram-se para 28%. (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p.166).

Segundo os autores, esse processo foi impulsionado pelo aumento do emprego e da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, fato que permitiu a milhões de brasileiros aumentar nos últimos anos seu poder de compra e, assim, começar a realizar sonhos de consumo, como a compra da casa nova e automóveis (LAMOUNIER; SOUZA, 2010).

Mas, Lamounier e Souza (2010) apresentam uma questão salutar nesse debate, que diz respeito à vulnerabilidade que os integrantes da “nova classe média” estão sujeitos no processo de distribuição de renda:

Na ascensão da classe C, a questão central é sua sustentabilidade. Se a “nova” classe média resulta, em grande parte, pelo encurtamento de distâncias sociais em função

da difusão do consumo, como irão seus integrantes gerar renda necessária para sustentar os novos padrões? Serão sustentáveis os índices de expansão do que se tem denominado "nova classe média"?.(LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p.157, 158).

Nesse processo, as oscilações da renda familiar geradas por empregos pouco estáveis ou atividades por conta própria sinalizam dificuldades para as faixas de renda mais baixas manterem o perfil de consumo que tanto ambicionam.

Nosso estudo revela ser alta, por qualquer critério, a proporção da classe C que teme perder o padrão de vida atual ou não ter dinheiro suficiente para se aposentar, preocupações que compartilha com pelo menos a metade das famílias de menor renda. Ver-se privado de renda pela falta de trabalho, pela perda do emprego ou pela liquidação do negócio próprio constitui preocupação dominante entre os entrevistados mais pobres. (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p.1).

Sobre a sustentabilidade do processo que fez surgir a “nova classe média” eles apontam três pontos que suscitam dúvidas:

- primeiro: a distribuição de renda no Brasil permanece uma das piores do mundo, mesmo havendo recentemente redução nos índices de desigualdade;
- segundo: a protelação de reformas estruturais, como a trabalhista e tributária, e sem elas o Brasil dificilmente se livrará das barreiras que separam os setores formais e informais da economia da economia;
- terceiro: o fato de a mobilidade recente do Brasil ter dependido amplamente do consumo, e não dos novos padrões de organização ou desempenho na produção.

Desse modo, Lamounier e Souza apontam que a sustentação do processo de mobilidade social dependerá de três fatores que são fundamentais:

- 1) Fatores econômicos começando pelo ritmo e composição do crescimento e processos estruturais que deles decorrem diretamente;
- 2) Recursos “weberianos”: melhoria na qualidade da educação, atuações que conceda viabilidade ao empreendedorismo, atitudes em relação ao trabalho;
- 3) Recursos políticos, muito além do peso numérico que a classe média obviamente tem, significando capacidade de articular seus interesses, de pressionar o sistema político e, no limite, de projetar uma visão de sociedade consentânea como seus objetivos.

Ainda sobre a questão da "nova classe média brasileira" a Fundação Getulio Vargas, em sua metodologia para estratificar as classes, adotou um conjunto de informações da PNAD concernente a evolução do estoque de ativos das famílias, onde a riqueza de dados é traduzida

em termos de classificação de classes econômicas, agrupados por duas perspectivas: a do consumidor e a do produtor:

A primeira identifica o potencial de consumo exercido pelas famílias através do acesso a bens de consumo, acesso a serviços públicos, condições de moradia (financiamento, número de cômodos, banheiros) e tipo de família. Já na segunda identificamos o potencial de geração de renda familiar através da inserção produtiva e nível educacional de diferentes membros do domicílio, bem como investimentos em capital físico (previdência pública e privada; uso de tecnologia de informação e comunicação), capital social (sindicatos; estrutura familiar) e capital humano (frequência dos filhos em escolas públicas e privadas de forma a captar a sustentabilidade das rendas percebidas. (NERI, 2011, p.10).

Ademais, para a FGV há algumas considerações que devem ser observados sobre a definição e o uso do critério referente à renda no processo de definição de classes sociais. Em primeiro lugar, o conceito de classes sociais se refere à família e não aos indivíduos. Em segundo, deve-se levar em consideração na análise o critério de bem estar social, tendo a renda per capita e não a renda total da família como elemento mais importante. Com esse critério, por exemplo, uma família que tem renda total de R\$ 2200,00 mensais divididos entre 15 membros, terá renda per capita de R\$147,00 mensais. Assim, deverá se dedicar exclusivamente à subsistência de seus membros e será, portanto, considerada pobre, enquanto outra família composta de duas pessoas terá a condição de comprar até mesmo bens supérfluos. Dito isso, “se usássemos o conceito de renda total da unidade estaríamos tratando de maneira igual pessoas em condições de vida bastante distinta” (NERI, 2011, p. 28). Em terceiro lugar, não se utiliza faixas de salário mínimo pelo menos por duas razões. O poder de compra do salário mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo e o uso do salário mínimo não vem em geral acompanhado de diferenciadores do custo de vida regional como é utilizado nos índices de classes econômicas e de pobreza da FGV (NERI, 2011).

No calor do debate sobre classes a Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), órgão ligado ao governo federal, criou uma comissão para definir o que seria a "nova classe média brasileira". O uso da terminologia “nova classe média” foi cunhada pela SAE com a finalidade de orientar a análise das mudanças recentes nas condições de vida das famílias sem intenção de construir um conceito teórico sobre o referido tema (KHAMAKURA; MAZZON, 2013). Em sua análise a referida instituição privilegiou um critério unidimensional baseado na renda corrente, por considerar que essa variável é de fácil utilização. Destarte, para definir a classe média a SAE adotou o critério de vulnerabilidade a fim de definir os cortes referentes aos limites superiores e inferiores da classe média, tendo em vista seu interesse na formulação de políticas públicas direcionadas, especificamente, para

esse macro-seguimento (BRASIL, 2012). O grau de vulnerabilidade foi definido como sendo a probabilidade de retornar a pobreza em algum momento nos próximos cinco anos. Esta probabilidade foi obtida a partir da observação empírica dos movimentos de ascensão e queda de renda da população brasileira nos últimos anos (BRASIL, 2012).

Nesse processo a SAE dividiu a população brasileira em cem segmentos de acordo com a renda domiciliar per capita, colocando, assim, cem segmentos na ordem da menor para maior renda. “Para cada um desses segmentos, temos associada uma probabilidade de retorno à condição da pobreza. A probabilidade de retorno (ou permanência) à pobreza é mais alta para os níveis de renda mais baixos e vai diminuindo conforme a renda vai aumentando” (BRASIL, 2012, p.5). Nesse processo foi aplicado o chamado “método de polarização”, onde foram geradas três classes (baixa, média, alta). Esse exercício estatístico resultou nos cortes estatísticos 34° e 82°. “Assim, temos que a classe baixa termina no 34°, a classe média se situa entre o 34° e 82° e a classe alta, do 82° em diante” (BRASIL, 2012, p.6). A partir das classes geradas pela polarização, a classe baixa foi subdividida em três grupos, a classe média também em 3 grupos e a classe alta em 2 grupos. Desse modo, a SAE chegou aos seguintes estratos: os extremamente pobres, os pobres, os vulneráveis, aqueles que estão acima da linha de pobreza e abaixo da linha de classe média.

Já a Associação Brasileira de Empresas (ABEP) utiliza o novo "Critério Brasil" de classificação econômica - para estratificar a sociedade brasileira - com intuito de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, sem a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais. Este critério tem como objetivos:

- a) criar um sistema de pontuação padronizado que seja um eficiente estimador da capacidade de consumo das pessoas e famílias;
- b) discriminar grandes grupos de acordo com sua capacidade de consumo de produtos e serviços acessíveis a uma parte significativa da população. Tal sistema de pontos assume o pressuposto de que a classificação estabelecida é uma característica familiar, fazendo uso de informações objetivas.

O novo "Critério Brasil" é uma evolução do indicador criado pela Associação Brasileira de Anunciantes, no final da década de 1960, para definir uma segmentação mais apropriada da população em classes econômicas para fins relacionados ao consumo – como a avaliação do

poder de compra de grupos homogêneos de pessoas para a determinação de públicos-alvo mais fiéis para os diferentes mercados de produtos de massa e dos preços de anúncios em veículos de mídia (ABEP, 2015). Dentre as principais diferenças que há entre o critério antigo e o novo, pode se destacar a substituição da renda declarada por variáveis indicadoras de renda permanente. No novo modelo proposto pela ABEP são usadas 35 variáveis indicadoras de renda permanente (como educação, condições de moradia, acesso a serviços públicos, posse de bens duráveis e ativos financeiros e não financeiros) para determinar o potencial de consumo das famílias.

Figura 1- Classificação das classes econômicas ABEP

Posse de itens		Quantidade de Itens				
		0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores		0	1	2	3	4
Rádio		0	1	2	3	4
Banheiro		0	4	5	6	7
Automóvel		0	4	7	9	9
Empregada mensalista		0	3	4	4	4
Máquina de lavar		0	2	2	2	2
Videocassete e/ou DVD		0	2	2	2	2
Geladeira		0	4	4	4	4
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)		0	2	2	2	2

Grau de Instrução do chefe de família		
Nomenclatura Antiga	Nomenclatura Atual	
Analfabeto/ Primário incompleto	Analfabeto/ Até 3ª série Fundamental/ Até 3ª série 1º. Grau	0
Primário completo/ Ginásial incompleto	Até 4ª série Fundamental / Até 4ª série 1º. Grau	1
Ginásial completo/ Colegial incompleto	Fundamental completo/ 1º. Grau completo	2
Colegial completo/ Superior incompleto	Médio completo/ 2º. Grau completo	4
Superior completo	Superior completo	8

Fonte - ABEP, 2013

Mas, apontando haver limitações metodológicas e um posicionamento acrítico nos critérios e análises dos autores até então apresentados, outros autores passaram a fazer sérias críticas e a questionar também a tese da “nova classe média brasileira”.

Assim, no livro “*os sentidos do lulismo reforma gradual e pacto conservador*”, André Singer tece serias críticas a tese da “nova classe média brasileira”, embora destaque os avanços sociais ocorridos no país no governo Lula. Para o referido os avanços ocorridos no Brasil nesse processo foram provenientes das políticas sociais focadas na população mais carentes, através de programas sociais como: bolsa família, crédito consignado e valorização real do salário mínimo. Porém, o autor supracitado descarta a tese de que temos no país uma “nova classe média”, visto que o país está longe de um processo de distribuição de renda pleno. Para Singer (2012) o que há no país hoje é um novo proletariado ou subproletariado, visto que não somente os ricos ficaram mais ricos, mas setores importantes das classes médias altas

continuam consumindo produtos muito distintos dos trabalhadores, estes que, em grande medida, ainda ganham muito mal (SINGER, 2012). Na visão do referido autor:

As classes médias de todo modo parece haver crescido um pouco – o que seria atestado, por exemplo, pelo aumento do poder de compra de carros e uma larga expansão do mercado imobiliário –, mas não de forma generalizada e na proporção suposta pelos estudos orientados pela perspectiva da estratificação, visando classificar toda a população simplesmente em termos do consumo (aliás, operação neste momento de cunho global e fundamental para a reprodução do capitalismo, com seu padrão de consumo concentrado em cima, em cada país, e extensivo, globalmente): é antes a expansão da classe trabalhadora formalizada e seu poder de consumo o que se testemunha hoje no Brasil. (SINGER, 2012, p.12).

Ademais, o que houve no país para Singer (2012) foi um “reformismo fraco”, pois ao mesmo tempo em que o governo implementou uma importante política de combate aos problemas sociais, manteve políticas macroeconômicas conservadoras, como o “tripé macroeconômico”: superávit fiscal, juros altos, e o regime de metas de inflação e não implementou reformas estruturais no país, como a reforma política, tributária e etc.

Nesse mesmo viés, Marcio Pochmann em: a “*nova classe média*”? “*O trabalho na base da pirâmide social brasileira*”, embora aponte que tenha havido um importante processo de expansão na geração de emprego no país, também rejeita a hipótese de que temos uma “nova classe média”. O ponto mais importante da pesquisa de Pochmann é a tese de que todo o desenvolvimento positivo da pirâmide social brasileira, na primeira década do século XXI, envolveu apenas postos de trabalho que estão na sua base. Nesse contexto, os movimentos mais importantes indicam a criação de quase dois milhões de ocupações abertas anualmente, em média, para os trabalhadores com remuneração de 1,5 salários mínimos e de 616 mil postos de trabalhos anuais para parcela de ocupados pertencentes à faixa de rendimento entre 1,5 e 3 salários.

No caso dos trabalhadores com remuneração de até 1,5 salários mínimos mensal, registra-se que as profissões em maior expansão na década de 2000 foram os serviços (6,1 milhões de novos postos de trabalho que respondem por 31% da ocupação total). Na sequência, aparecem trabalhadores do comércio (2,1 milhões), na construção civil (2 milhões), de escriturários (1,6 milhão), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhões) e do atendimento público (1,3 milhões). Somente essas seis profissões compreendem 14,4 milhões de novos postos de trabalho, o que equivaleu a 72,4% de todas as ocupações com remuneração de 1,5 salário mínimo mensal. (POCHMANN, 2012, p.32).

Segundo Pochmann (2012), o adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, esta que é erroneamente classificada de “nova classe média”. Assim, para o autor, a concepção de que há o surgimento de uma “nova classe média”

resulta, em consequência, no apelo a reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil.

Entende-se que não se trata da emergência de uma “nova classe média”. O que há de fato é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social. (POCHMANN, 2012, p.8).

Nesse processo, crítica ainda mais radical e consistente à tese da "nova classe média brasileira" é aquela feita por Jessé de Souza em “*Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*”? Em suas análises, o autor enfatiza que ao encararmos os “emergentes” como sendo a “nova classe média” estamos considerando que o Brasil está se tornando um país desenvolvido tal como é a Alemanha, França, Estados Unidos, em que as classes médias e não os pobres, trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social (SOUZA, 2010). Por conta de tal fato o autor declara que:

O que complica a situação é que as mentiras sociais são sempre ‘meias-verdades’, do contrário não convenceria ninguém. Assim ninguém ‘nega’, na verdade, que existam classes sociais. Em um país tão desigual como o Brasil isso seria um disparate. O que o liberalismo economicista dominante faz é ‘dizer’ que existem classes e nega, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular classe a renda. É isso que faz com que os liberais digam que os emergentes são ‘nova classe média’ por ser um estrato com relativo poder de consumo (...) o economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas “economicamente (...) isso equivale a esconder todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. (SOUZA, 2010, p.22, 23).

A crítica feita pelo autor ao que ele chama de economicismo liberal e marxista, não consiste apenas às questões metodológicas das correntes de pensamento supracitadas, mas também ao fato de elas negligenciarem a questão da transferência de valores imateriais, ou capital cultural, no processo de reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo (SOUZA, 2010). Segundo Souza (2010) é através da socialização familiar herdada de forma inconsciente dos pais pelos filhos que as classes se formam, bem como são mantidas e reproduzidas suas prerrogativas. Na sua visão o capital cultural é fundamental para o processo de diferenciação entre as classes, até mesmo entre pessoas das classes abonadas:

Algum capital cultural é também necessário para não confundir com o ‘rico bronco’, que não é levado a sério por seus pares, ainda que esse capital cultural seja, muito frequentemente, mero adorno e culto de aparência (...). Essa herança da classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista ‘universalista’ os pressupostos da classe média para todas as classes

inferiores, como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas. (SOUZA, 2010, p. 24).

Sobre o processo de modernização brasileiro, o autor destaca que tal fato não constitui apenas as novas classes sociais que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Contempla também uma classe inteira de indivíduos que além de ser desprovida desses é também desprovida das precondições sociais, morais e culturais que permitem sua apropriação (SOUZA, 2010). Uma fração expressiva dessa classe social é chamada pelo autor provocativamente de “ralé estrutural”. A “ralé” é um grupo social que sempre é esquecido como classe e só é percebido no debate público como um conjunto de indivíduos carentes ou perigosos, além de ser também tratados de forma fragmentaria e por temas superficiais (SOUZA, 2010). O traço típico da ralé é a família monoparental chefiada por uma mulher, onde também ocorre, frequentemente, mudança do consorte no lar, aliada a ocorrência de outro problema grave que são a incidência de abusos sexuais sistemáticos em famílias com essa característica (SOUZA, 2010).

Em contraposição a idéia de “nova classe média, Jessé de Souza chama o grupo emergente dessas últimas décadas de “os batalhadores”, sendo que vários “batalhadores⁵” são oriundos da “ralé”, para a qual os fatores destrutivos puderam ser compensados de algum modo eficaz, mas a duras penas, pela ascensão material e pelo reconhecimento social (SOUZA, 2010). Além disso, o núcleo duro desse “capital familiar” se consubstancia na transmissão efetiva de uma “ética do trabalho”.

Dito isso, é importante observar, então, a diferença entre a “ética do trabalho” dos batalhadores e a “ética do estudo” da classe média tradicional. Os batalhadores, em sua maior parte, não possuem o privilégio de ter vivido entre a brincadeira e o estudo, como os membros da classe alta, pois a necessidade de trabalhar para obter o sustento da família foi imposta a eles desde muito cedo e, por isso, o estudo passa a ser percebido como atividade secundária.

⁵ Esse estrato social é o grande responsável pelo extraordinário desenvolvimento econômico brasileiro dos últimos anos que se deu, fundamentalmente, pela perspectiva do mercado interno. Foi esse estrato que dinamizou a economia brasileira na última década e estimulou o mercado de consumo de bens duráveis antes de impossível acesso a grandes parcelas da população. Especialmente no Nordeste, a região mais dinâmica e de grande número de “batalhadores” nesta última década, foi o Bolsa Família que ajudou a irrigar, com alguma economia monetária, rincões secularmente esquecidos. A nova demanda criada foi um dos elementos que permitiu surgir uma classe de pequenos empreendedores no interior do Nordeste, vários dos quais compoem a assim chamada “batalhadora” (SOUZA, 2011).

Nesse processo, resta aos batalhadores trabalhar bastante - muitos deles, inclusive, têm uma jornada de trabalho diária extensa, entre 10 e 14 - e, por isso, não possuem o recurso mais típico das classes do privilégio que é o “tempo” para incorporação de conhecimento valorizado e altamente concorrido. Essas características estruturais implicam em “condução de vida” e “percepção do mundo” - as duas características mais importantes para conhecermos a especificidade do pertencimento de classe - muito distinta das classes médias estabelecidas entre nós (SOUZA, 2011).

Já classe média estabelecida é uma classe dominante porque se forma pela apropriação privilegiada de capital cultural, seja técnico e especializado, seja literário e especulativo, o qual é indispensável para o funcionamento do mercado e do Estado. Ainda que não exista acesso privilegiado a volume significativo de capital econômico, como nas classes altas, o acesso a este conhecimento altamente valorizado socialmente cria toda uma “condução da vida” em todas as dimensões que permite, quase sempre, manter o privilégio para as gerações seguintes (SOUZA, 2011). Dito isso, o acesso aos capitais pessoais e aos capitais econômico e cultural, que são a base de todo privilégio social, é restrito e limitado as classes média e alta.

2.7.1 Conclusão do capítulo

Nessa conjuntura do capitalismo, que é a fase da financeirização⁶, a emergência de classes médias nos continentes mais pobres foi propiciada em grande medida pela maior abertura dos mercados - fruto do processo de expansão da globalização - e também pela inserção da China no comércio mundial como grande demandante de "commodities". A intensificação das relações comerciais com a China e as vantagens daí advindas permitiu ao Brasil adotar importantes políticas de distribuição de renda, estas que por sua vez contribuíram para elevar milhares de pessoas da base da pirâmide social a estratos superiores de renda. Tais fatos também contribuíram para que o país pudesse ampliar a malha de proteção social aos mais pobres - por meio de programas sociais como bolsa família, por exemplo - a expandir o crédito ao consumo para estes e a adotar políticas de valorização sistemática do salário

⁶ Com o advento da financeirização, pessoas físicas e jurídicas realizam aplicações financeiras em títulos como é o caso da dívida pública, por exemplo, com intuito de auferir somas gigantescas de dinheiro sem realizar investimento produtivo de qualquer natureza. Vale ressaltar que o Brasil é a nação que aplica a maior taxa de juros do mundo, fato que contribui para desestimular investimentos produtivos, uma vez que a juros mais altos os capitalistas optarão pelo "rentismo", em detrimento do aumento da capacidade produtiva da economia.

mínimo. Nesse processo, a demanda interna de bens de consumo duráveis aumentou significativamente, favorecendo, inclusive, o investimento produtivo, a criação de novos empregos e a promoção de um ciclo virtuoso na economia.

Mas, a mobilidade econômica de um contingente expressivo da população ao longo do governo Lula (2003-2010) levantou um debate sobre o impacto desse fenômeno na estrutura de classes da sociedade brasileira: cresceram as classes médias, a ponto de se tornarem demograficamente majoritárias? Terá se alterado a constituição das classes sociais – com o surgimento de uma ‘nova classe média’ - ou apenas a composição entre as classes trabalhadoras e médias? Ou nem isso, o movimento de ascensão se deu, sobretudo, dentro das próprias classes já existentes, apenas transformando-as internamente? (VENTURI *et al.*, 2013).

3 O "ELO PERDIDO"⁷ NA "RMS DE TODOS O POBRES"

Introdução ao capítulo

As transformações que o modo de produção capitalista vivencia no tempo e no espaço impacta de modo diferente países - até mesmo regiões específicas - e com intensidades cada vez mais profundas. Assim, fatos econômicos ocorridos no centro do capitalismo têm reverberações profundas na periferia desse sistema, produzindo efeitos adversos como desemprego em massa, flutuações econômicas, empobrecimento de estratos sociais inteiro, aumento do abismo social entre classes, dentre outros.

No advento da globalização nenhuma região em particular está imune a tais efeitos. O mesmo pode ser dito sobre a RMS. Marcada por profundas desigualdades sociais, a referida região ainda convive com problemas graves de um recente passado - passado este que nem mesmo os projetos infraestruturantes implementados a partir dos anos 1950, no intuito de superar seu atraso social e econômico foram capazes de suplantar - além de não apontar para eles um horizonte de relativa mudança. Cortiços, mocambos, além de massivo desemprego e miséria, continuam latentes em pleno século XXI, fazendo com que a RMS seja projetada como uma das regiões mais desiguais do país. Dito isso, a intensificação das contradições do modo de produção capitalista, particularmente em Salvador, põe na ordem do dia uma dicotomia histórica: a Salvador de pouquíssimos ricos e a de muitos pobres e miseráveis.

Nesse contexto, o termo "cidade alta" e "cidade baixa" não é apenas uma designação geográfica de como Salvador é formada. Antes, retrata que a referida cidade é bastante desigual também do ponto de vista socioeconômico. Desse modo, a desigualdade de rendimento per capita entre as famílias da orla marítima de Salvador em relação àquelas do subúrbio ferroviário, por exemplo, evidencia o profundo abismo social existente entre as classes sociais na "Bahia". Como se não bastasse, os problemas da RMS não param por aí. O fenômeno da violência urbana, que ceifa diariamente a vida de centenas de jovens da periferia e que apresenta a RMS como a região mais violenta do Brasil, constitui-se hoje como um dos maiores problemas sociais a ser resolvido pelas autoridades.

⁷ Esse título faz alusão a dois clássicos da literatura econômica que aborda a questão da pobreza na RMS bem como o processo de formação das classes sociais na Bahia.

Dito isso, neste capítulo abordaremos sobre o processo histórico de estruturação social da RMS. Tal fato nos permitirá, inclusive, elucidar importantes indagações feitas no início desse trabalho, além de pavimentar o caminho para realização de comparações entre a RMS do passado com a do presente observando, assim, as possíveis mudanças ocorridas na estratificação social da referida região.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

A Região Metropolitana de Salvador ocupa uma posição de destaque no cenário metropolitano nacional: é a 8ª região metropolitana brasileira em população, como pode ser visto na tabela abaixo:

Quadro 1: população das RMs

Cidades	População
RM SÃO PAULO	19.683.975
RM RIO DE JANEIRO	11.835.708
RM BELO HORIZONTE	4.883.970
RM PORTO ALEGRE	3.978.470
RM RECIFE	3.870.004
RM D.FEDERAL	3.724.181
RM FORTALEZA	3.615.767
RM SALVADOR	3.573.973
RM CURITIBA	3.223.836
RM CAMPINAS	2.797.137

Elaboração própria, 2016, com base em SILVA *et al.*, 2012

Já Salvador, de acordo com Fernandes e Guimarães (2014), é a terceira cidade mais populosa do país e comanda a sexta região metropolitana brasileira em termos demográficos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Tamanho populacional das cidades

Cidades	População
São Paulo-SP	11.152.344
Rio de Janeiro - RJ	6.32.044
Salvador -BA	2.674.922
Brasília - DF	2.482.210
Fortaleza - CE	2.375.151
Belo horizonte - MG	1.792.881
Manaus - AM	1.792.881
Curitiba - PR	1.751.907
Recife - PE	1.573.704
Porto Alegre - RS	1.409.351

Elaboração própria, 2016, com base com base em SILVA *et al.*, 2012

Com relação ao Produto Interno per capita, de acordo com Silva e outros (2012), a Região Metropolitana de Salvador coloca-se também em 8º lugar, superando Recife e Fortaleza:

Quadro 3: PIB das RMs do país

Cidades	PIB per capita
São Paulo-SP	3.5656
Rio de Janeiro - RJ	2.3251
Salvador -BA	4.3020
Brasília - DF	2.7844
Fortaleza - CE	2.4741
Belo horizonte - MG	3.5209
Manaus - AM	2.9466
Curitiba - PR	2.1155
Recife - PE	1.6271
Porto Alegre - RS	1.3996

Elaboração própria, 2016, com base com base em SILVA *et al.*, 2012

No que tange aos 13 municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Salvador, observa-se que eles têm dinâmicas populacionais diferentes, mas sempre com taxas médias de

crescimento positivas e densidades demográficas elevadas em relação à média do Estado. A participação de Salvador no total da população residente da Bahia vem crescendo de tempos em tempos. A população residente na RMS que representava 22% do total da população residente no estado da Bahia em 1991 ultrapassou os 25% em 2010, fato que representa um incremento superior a um milhão de pessoas residentes na metrópole:

A capital Salvador sempre concentrou população e economia do estado, representando o que se pode chamar de uma “macrocefalia” entre os municípios da Bahia: em 2010, o município de Salvador tinha 2,7 milhões de habitantes, enquanto o segundo maior município, Feira de Santana, distante apenas 116 km da capital, tinha pouco mais de 20% da população da capital (557 mil habitantes), seguido de Vitória da Conquista, no sul do estado, com 307 mil habitantes, e Camaçari, dentro da RMS, com 243 mil habitantes. Além desses três, apenas mais 12 municípios, entre os 417 do estado, tinham mais de 100 mil habitantes, sendo dois deles também parte da RMS (Lauro de Freitas, com 163 mil, e Simões Filho, com 118 mil habitantes). (FERNANDES; GUIMARÃES, 2014, p.54).

Outrora a referida região era composta por dez municípios: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Com o Estatuto das Cidades de 2001, e o posterior surgimento do Ministério das Cidades em 2003, começaram a ser desenvolvidas políticas públicas específicas para as cidades brasileiras, especialmente para as regiões metropolitanas. Para ter acesso a investimentos, além de fundos de financiamento e garantir o desenvolvimento do entorno das grandes metrópoles, houve, assim, um estímulo à inclusão formal de municípios já integrados à dinâmica urbana das metrópoles. Dito isso, foi aprovada pela Assembléia Legislativa da Bahia, em dezembro de 2007 e sancionada pelo governo estadual em janeiro de 2008 a Lei complementar estadual n° 30, que incluiu Mata de São João e São Sebastião do Passé na RMS. Em 22 de janeiro do ano seguinte a inclusão de Pojuca foi sancionada pelo governo através da Lei complementar estadual n° 32 (FERNANDES, 2010). Desse modo, já em 2010, a RMS tinha a seguinte composição segundo o censo do IBGE:

Quadro 4 – Municípios da RMS

	ÁREA em km²	IDHM	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Camaçari	764,5	0,694	242.970	317,83
Candeias	264,18	0,691	83.158	314,47
Dias D'Ávila	211,24	0,696	66.440	314,21
Itaparica	26,69	0,670	20.725	777,82
Lauro de Freitas	61,2	0,754	163.449	2670,6
Madre de Deus	3,69	0,708	17.376	4711,11
Mata de S. João	681,24	0,688	40.183	59,02
Pojuca	288,04	0,666	33.066	114,79
Salvador	319,86	0,759	2.697.659	8368,05
S. F. do Conde	194,2	0,674	33.183	170,81
S. S. do Passé	550,23	0,657	42.153	76,61
Simões Filho	194,35	0,675	118.04	607,25
Vera Cruz	176,4	0,645	37.567	213,08

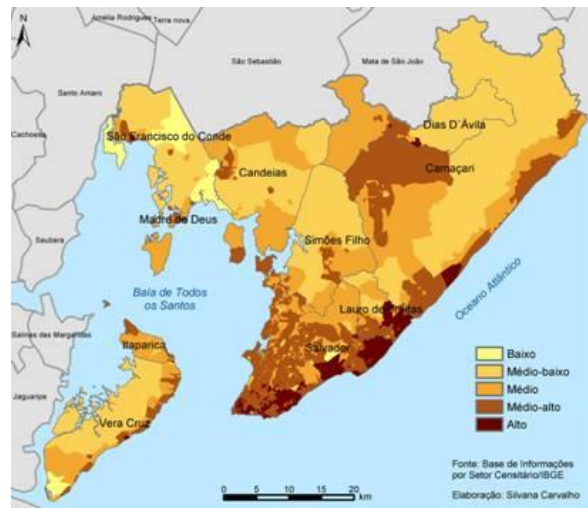
Fonte: Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PNUD, 2014

Além disso, com um Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) de 0,573, a Região Metropolitana de Salvador ficou em uma posição intermediária em termos de bem estar urbano em 2010, inferior à de metrópoles como Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e São Paulo, mas superior à de outras como Recife, Manaus e Belém (PEREIRA *et al.*, 2013). Entre os municípios que integram a RMS, apenas Madre de Deus e Pojuca podem ser considerados como municípios que apresentam um bom índice de bem estar urbano. São Francisco do Conde, Candeias, Camaçari, São Sebastião do Passé, Salvador e Lauro de Freitas apresentam condições intermediárias, e Simões Filho, Dias D'Ávila, Mata de São João, Vera Cruz e Itaparica, com um IBEU inferior a 0,701, podem ser classificados como em condições ruins (PEREIRA *et al.*, 2013).

A maioria dos municípios que compõem a RMS apresentava uma boa condição no indicador mobilidade urbana ou uma condição intermediária a esse respeito, principalmente porque se trata de áreas urbanas de menor porte e onde os deslocamentos se efetuam predominantemente no âmbito dos seus centros. Mas, Salvador constitui a grande exceção

nesse quadro, em decorrência do tamanho do seu território e da sua população, da concentração das oportunidades de trabalho em alguns poucos pontos desse território e da precariedade do sistema de transporte público (CARVALHO *et al.*, 2013). Como os indicadores do atendimento de serviços coletivos urbanos se reportam a itens básicos como água, esgoto, energia e coleta de lixo, os números relativos a esta dimensão do índice foram um pouco mais positivos em Salvador. Nesse processo, Pojuca, Madre de Deus e Candeias encontravam-se também em boas condições. Já Lauro de Freitas, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, Camaçari e Simões Filho apresentava condições intermediárias a esse respeito. Mas a situação de Dias D'Ávila, Mata de São João e Itaparica era ruim e a de Vera Cruz muito ruim (CARVALHO *et al.*, 2013).

Figura 2- Mapa da RMS



Fonte - CARVALHO, 2008

No que concerne à infraestrutura urbana, a RMS apresenta um panorama adverso. Entre os seus municípios, aquele melhor colocado apresentava apenas condição intermediária.

Oito deles (Pojuca, São Francisco do Conde, Camaçari, Salvador, São Sebastião do Passé, Lauro de Freitas, Simões Filho e Candeias) tinham condições ruins e os quatro últimos colocados (Dias D'Ávila, Mata de São João, Itaparica e Vera Cruz) condições muito ruins na dimensão da infraestrutura urbana. (PEREIRA *et al.*, 2013, p.2).

Entre as 12 principais cidades brasileiras, Salvador ocupa, atualmente, o 8º lugar em IDH, e possui um dos maiores índices de desempregos do país. A pobreza urbana tem formas próprias de manifestação e concentração na cidade contemporânea, e sempre se evidencia associada à desigualdade do desenvolvimento econômico, que exclui uma grande parcela da

população. Em Salvador a pobreza se materializa no espaço urbano através do improvisado das formas de moradia e das maneiras de ocupar os espaços da cidade (SOARES, 2009). “Salvador, uma das cidades mais carismáticas do país, é também uma das mais cruéis, pelo menos para um grande número de moradores que sofrem as mais duras privações e que se submetem a terríveis situações cotidianas”. (ESPINHEIRA, 1999 *apud* BENEVIDES, 2009, p.1).

Diante do exposto, de acordo com Castro e Barreto (1998), a realidade da RMS aparece como um espaço privilegiado de observação, por dois motivos fundamentais: em primeiro lugar, por se tratar da mais negra dentre as metrópoles nacionais. Em segundo, por ser pobre e desigual, apesar das suas virtudes culturais:

Salvador dos cortiços, das casas dos cômodos e dos alagados aparece como pano de fundo de um cenário de praia e de sol, de acarajés, moquecas e manifestações culturais. O carnaval de miçangas e mortalhas, as festas de largo, o trio elétrico, o futebol descalço da praia retratam, sem dúvida, uma pobreza mais senhora de si mesma, mais alegre, menos triste. Salvador do trabalho diário e estafante, do subemprego, dos monumentos vários de auge econômico e das prolongadas crises de estagnação, da produção de riquezas e, principalmente, da pobreza cotidiana e difícil. (FARIA, 1980, p.10).

Além disso, a persistência de significativos indicadores de pobreza fazia-se exatamente numa das metrópoles mais profundamente atingidas pelo recente crescimento industrial brasileiro. "De fato, inúmeros estudos indicam que a RMS teve lugar mais exitoso experimento de reconversão produtiva de uma economia regional, dentre os que foram levados a cabo nas últimas três décadas no Brasil" (CASTRO; AZEVEDO, 1998, p.29).

3.2 PROCESSO DE CRESCIMENTO DA RMS

Fundada no período colonial, com funções político-administrativas e mercantis, Salvador foi sede do governo geral até 1763. Porém com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, o declínio da base agroexportadora local e, posteriormente, a constituição de um mercado unificado nacionalmente além da concentração industrial do centro-sul, a cidade foi afetada negativamente, atravessando um longo período de estagnação econômica e populacional que foi revertido somente a partir da década de 1940 do século passado (CARVALHO; SOUZA, 1980).

De acordo com Carvalho e outros (2004) nos primórdios da cidade a segregação de classes sociais se definia, mais acentuadamente, no interior do domicílio e no âmbito da edificação,

com a separação de escravos e agregados, quase sempre nos andares inferiores dos sobrados das famílias mais abastadas. Em termos de inserção urbana, os primeiros sinais de segregação por estratificação de renda no espaço construído se manifestaram nas franjas da ocupação contínua, com as novas habitações edificadas no final do século XIX para famílias ricas, partindo do que era então o centro da cidade, na direção sul (Campo Grande, Vitória e Graça) e de famílias pobres na direção norte (Lapinha, Soledade e Barbalho). Essa apropriação diferenciada do espaço urbano se delineia com maior nitidez, primeiramente por contingências da proximidade dos operários junto às primeiras fábricas nos arredores da cidade e, em segunda, por indução da legislação urbanista que entra em vigor através do Código de Posturas Municipais de 1920 e 1926, que introduziram as primeiras normas que condicionaram a localização das habitações para as camadas de baixa renda (CARVALHO *et al.*, 2004).

Segundo Carvalho e Pereira (2008) entre 1940 e 1950, a cidade de Salvador experimentou um importante crescimento demográfico. Esse crescimento ocorreu em parte pelas migrações e, nesse período, a estrutura espacial de Salvador já se modificava em função, por exemplo, da reestruturação do centro da cidade, que ia tendo suas funções residenciais substituídas. Ainda conforme os autores supracitados, nessa década, o crescimento de Salvador levou à contratação do escritório do engenheiro Mário Leal Ferreira e à elaboração do código de urbanismo de 1948:

Áreas vazias começaram a ser ocupadas pelos moradores de baixa renda, ocorrendo em 1946, a primeira invasão de terras para a construção de habitações: a invasão do Corta Braço, hoje bairro de Pero Vaz. Na década de sessenta se deu a abertura das avenidas de vale, previstas no plano de Ferreira, quando a expansão do sistema viário incorporou novos espaços ao tecido urbano, aumentando o valor das áreas próximas a essas avenidas. (CARVALHO, 2008, p.89).

Nesse processo a expansão e modernização econômica incidiram sobre uma região urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade praticamente estagnada ao longo de várias décadas, exigindo sua transformação. Isto se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana e de uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia:

Comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas através da Lei da Reforma Urbana, em 1968. Promoveu uma ampliação substancial do sistema viário com a abertura das avenidas de vale, extirpando do tecido urbano mais valorizado

um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador, enquanto as classes médias e altas residiam nas suas cumeadas. Além disso, erradicou invasões populares localizadas na orla marítima, área reservada ao turismo, outro componente da estratégia de crescimento e modernização da cidade. (BRANDÃO, 1981 *apud* PEREIRA *et al.*, 2004).

Na década de 1980, consolidou-se um novo centro urbano, impulsionado por grandes empreendimentos públicos e privados realizados na década anterior, destacando-se a construção da Av. Paralela, do Centro Administrativo da Bahia, da nova Estação Rodoviária e do Shopping Iguatemi. Essa nova centralidade não apenas direcionou a expansão urbana no sentido da orla norte, como teve impacto na dinâmica do centro tradicional na área antiga da cidade, contribuindo para o seu gradativo esvaziamento (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Essas intervenções, associadas à realização de investimentos complementares, pesados e seletivos, centrados na infra-estrutura e no projeto industrial, interferiram decisivamente na conformação de um novo padrão de produção do espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a Orla Marítima norte, o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos.

O primeiro constitui a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses da produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p.85).

De acordo com Carvalho e outros (2004) Camaçari nesse processo se tornou um centro industrial muito importante haja vista a implantação do Pólo Petroquímico e de várias empresas, como a Ford e a Monsanto, estas que foram instaladas mais recentemente. Candeias, dinamizada a partir da exploração do petróleo, sedia algumas indústrias, assim como Simões Filho, em que uma numerosa população de baixa renda vem buscando menores custos de moradia. Madre de Deus, com uma área de apenas 11 km, sedia um terminal marítimo da Petrobrás, além de ser uma área de veraneio, pesca e mariscagem. Com uma população e uma densidade demográfica reduzidas, Vera Cruz e Itaparica vivem da pesca, mariscagem e turismo. Em São Francisco do Conde, está localizada a Refinaria Landulfo

Alves, a única do Nordeste. Dias D'Ávila, antiga estância hidromineral, perdeu essa função em consequência dos efeitos ambientais nefastos provocados pelo Pólo, transformando-se numa cidade dormitório. Finalmente, Lauro de Freitas⁸ tem registrado um intenso crescimento populacional e econômico nas últimas décadas, ao concentrar o aeroporto internacional de Salvador, algumas atividades de transformação, um comércio e serviços dinâmicos e condomínios de alta renda, conurbando-se com Salvador (CARVALHO, 2004).

Só nos anos 2000 começa um novo tipo de metropolização, a de natureza turística no Litoral Norte da Bahia e na Baía de Todos os Santos, embora as raízes sejam anteriores (Club Med na ilha de Itaparica, desde 1976, Estrada do Coco até Guarajuba, em 1975, Linha Verde, em 1993). Mas é na primeira década deste século que este processo vai ganhar uma grande intensidade. O marco inicial é, significativamente, a inauguração do Resort Costa do Sauípe, no ano 2000 (SILVA *et al.*, 2012).

3.3 CRESCIMENTO POPULACIONAL DINÂMICO DA RMS

Em "Bahia de todos os pobres", clássico da literatura dos anos 1980, os autores realizaram um importante estudo sobre diversos aspectos relacionados às condições socioeconômicas da população de Salvador e região metropolitana. Neste momento, destacaremos sucintamente uma questão que talvez seja uma das mais importantes no processo histórico da referida região: o fluxo de migração que ocorreu nos anos 1940, haja vista seus profundos impactos sobre a referida região.

Diante disso, um dos aspectos proeminentes do desenvolvimento recente de Salvador, de acordo com Souza (1980), foi a acelerada urbanização do município e de sua área metropolitana, devido, em boa parte, à importância das migrações rurais que para aí se dirigiram. Com efeito, as migrações rurais contribuíram para o processo de expansão

⁸ De acordo com Carvalho e Pereira (2008) *apud* Dias (2005) a partir da década de sessenta, a nova dinâmica econômica e urbana da cidade incrementou a ocupação da orla pelas classes médias e altas, remetendo a população de baixa renda para áreas distantes e desequipadas do Miolo, dos Subúrbios ou de Lauro de Freitas e Simões Filho, junto aos limites de Salvador. Em Lauro de Freitas, município com cerca de 10.000 habitantes em 1970, que sobreviviam basicamente da produção e comercialização de hortigranjeiros e de pesca, começou a haver uma enorme proliferação de loteamentos populares no distrito de Itinga, vizinho a São Cristóvão, bairro popular já urbanizado de Salvador, situado no final da Avenida Paralela e próximo ao aeroporto, onde já circulavam algumas linhas de transporte coletivo. Naquela área, então ocupada por chácaras e pequenas fazendas, dado o baixo preço das terras e às reduzidas exigências e fiscalização do poder público municipal, diversos incorporadores passaram a vender pequenos lotes, literalmente "no meio do mato", sem arruamento, água, transporte ou luz, que podiam ser pagos em até 60 meses.

demográfica da cidade e para a alimentação permanente de uma abundante mão de obra urbana de trabalho, principalmente depois de 1940.

O significado social e econômico de tal contribuição, porém, ainda não tinha sido compreendido e, por esta razão, frequentemente se enfatizam as migrações rurais como uma das causas mais diretas do subemprego urbano. Embora essa percepção seja equivocada, as migrações rurais para Salvador podem ser consideradas como um mecanismo do desenvolvimento que o alimentou, contribuindo para a sobrevivência ou reprodução das atividades organizadas de modo não capitalista na cidade (SOUZA, 1980).

Segundo Souza (1980), desde fins do século XIX até as primeiras décadas do século passado, Salvador foi duramente afetada pela decadência secular das culturas tradicionais de exportação (cana e fumo), sobre as quais estava alicerçada a sua economia e sua região circundante, o Recôncavo baiano. Esse processo de decadência não se fez acompanhar pela emergência de atividades produtivas substitutas capazes de redinamizar a economia regional. Por isso, até 1940, Salvador estava imersa numa estagnação que se refletia na própria dinâmica da sua população. Entre 1920 e 1940, a taxa de crescimento demográfico da cidade era quase nula, sugerindo mesmo a existência de uma emigração líquida, fato não improvável de ter ocorrido, uma vez que essa foi a fase de mais aguda estagnação de Salvador. Em outras palavras: "Se nessa fase chegaram a afluir à capital significativo contingente de imigrante rurais, principalmente originários do Recôncavo, onde foi mais amplo o processo de retração da agroindústria açucareira e fumageira, tal afluxo era mais compensando por uma emigração, de modo a gerar um saldo migratório negativo". (SOUZA, 1980, p.104).

Ainda conforme o autor supracitado, por volta desse período, intensificou-se os fluxos de imigrantes nordestinos para o centro-sul, especialmente para São Paulo, onde se estruturava o que veio a se constituir no principal pólo industrial do país. Possivelmente, alguns fluxos com origem rural na Bahia para aí se dirigiram, tendo Salvador como uma etapa necessária de sua trajetória.

Mas, a partir de 1940 alguns fatores favoráveis aliviaram as condições econômicas da Bahia e, particularmente, de Salvador, e dentre esses fatores destacam-se:

- a) as condições conjunturais do mercado internacional, as quais propiciaram o aumento das exportações de produtos agrícolas da Bahia e a colocação, no mercado mundial, de novos produtos primários baianos;
- b) a ampliação da demanda do Centro-Sul por produtos agrícolas baianos;
- c) a expansão das atividades estatais, ampliando as perspectivas de emprego e de elevação da renda para indivíduos dos estratos médios e altos.

Esses fatores contribuíram para o crescimento da produção agrícola baiana e certo aumento da renda pessoal no período. A partir de 1940, constata-se uma reversão na tendência de crescimento demográfico observado em Salvador e a cidade, assim, passou a apresentar uma rápida expansão populacional, tendo as migrações influencia preponderante nesse processo.

3.4 CLASSES SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO DE CLASSES NA BAHIA

De acordo com Bacelar (1994) a partir da década de 50, ocorreu a uma completa transformação na RMS. A nova industrialização, uma extensão do desenvolvimento industrial do Sudoeste, provocou profundas mudanças na cidade e no seu espaço. As modernas empresas instaladas no Centro Industrial de Aratu e posteriormente no Complexo Petroquímico de Camaçari, com grande concentração de capitais e voltados para a produção de bens intermediários, tornaram-se o pólo-dinâmico da economia regional. Com o desenvolvimento industrial, moderno, demandante de superabundância de força de trabalho, transforma-se de forma radical a demografia da cidade, com o afluxo de grandes contingentes da zona rural. A cidade estrutura-se em classes, com uma burguesia local identificada com interesses nacionais e internacionais; as classes médias e a nova classe operária (vinculada ao pólo dinâmico da economia) relacionadas com a perspectiva da ascensão social e econômica; e as classes trabalhadoras urbanas, não incorporadas ao pólo afluente da economia, nutridas por um sentimento e prática de pertencimento a um grupo de co-habitantes de uma região social, ou seja, a condição de trabalhadores pobres (BACELAR, 1994).

Sobre a estrutura social em classes na Bahia Antonio Sergio Guimarães em "Estrutura e formação de classes na Bahia", com base nos estudos realizados por Thales de Azevedo, apontou que a sociedade baiana em 1940 e 1950 era estruturada em castas, onde:

No topo da economia agroexportadora, os banqueiros, os grandes comerciantes exportadores e importadores, seguidos dos barões do açúcar, dos oligarcas latifundiários, dos grandes atacadistas e dos grandes industriais (do fumo, do cacau,

da construção civil). Abaixo desse topo, podia-se delinear uma pequena camada de pequenos e médios proprietários rurais, de comerciantes, de profissionais liberais e, principalmente, de funcionários públicos, sendo o estado a principal fonte de renda e de arrimo de toda uma camada de pessoas ligadas por laços familiares ou de clientela às classes dominantes. Além desses, podia-se também distinguir uma camada relativamente ampla de camponeses, de artesãos e operários qualificados, empregados por conta própria, gente que se auto-denominava de remediados. Finalmente, havia os operários não-qualificados, os diaristas, os biscateiros e os desempregados. (AZEVEDO, 1956 *apud* GUIMARÃES, 1987).

Ainda de acordo com o autor supracitado, Thales de Azevedo descreve essa estrutura de classes para sugerir três teses:

1. A Bahia dos anos 50 não concluíra ainda a sua passagem de uma sociedade de status para uma sociedade exclusiva ou predominantemente de classes;
2. Essa sociedade de status estava dividida em dois grupos - ricos e pobres - correlacionados estreitamente com os grupos de cor - brancos e pretos;
3. A formação das classes sociais na Bahia ocorre, portanto, sobreposta àqueles grupos de prestígio e dentro dos limites dados por eles;

Assim, segundo Guimarães, na classe alta Thales de Azevedo identificava-se três estratos - famílias tradicionais, famílias ricas e novos-ricos (fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, altos funcionários públicos, professores universitários, diretores de banco, políticos e industriais). Ao lado da burguesia propriamente dita, Azevedo enumera grupamentos que possuem apenas talentos credenciados (professores universitários e os profissionais liberais) e grupamentos que possuem apenas meios de administração - como os políticos e os altos funcionários públicos (AZEVEDO, 1956 *apud* GUIMARÃES, 1987).

A partir de 1950 ocorreram mudanças na estrutura social da Bahia e no Recôncavo, sendo que elas resultaram da implementação das atividades de exploração do petróleo com a Petrobrás que passou a vigorar no recôncavo baiano a partir de então. Vale ressaltar que, de acordo com Oliveira (2003), a massa de investimentos da Petrobrás não tem paralelo na história econômica do estado: entre 1955 e 1959, o total desses investimentos correspondeu a 1% até 7,4% da renda total e de 8,1% a 66,9% da renda interna industrial do estado da Bahia. A massa de salários pagos pela Petrobrás despejada na economia baiana cresceu à razão anual de 18% reais. Do lado dos *inputs* demandados pela Petrobrás, os *linkages* que se estabelecem dão lugar, sobretudo, a uma forte dinâmica da construção civil. Conforme Souza e Carvalho (1987, p.77):

Criando 13.000 empregos diretos, pagando altos salários, demandando por construção civil e por obras de infra-estrutura, a empresa influenciou fortemente para o aumento do mercado micro-regional de Salvador e para expansão dos serviços, principalmente. Surgiram algumas indústrias complementares à atividade da empresa a partir de então, o que implicou expansão dos ramos químico e metalúrgico, com mudança na sua própria composição interna. A expansão da construção civil, incentivada pela implantação da empresa e pela urbanização de Salvador, por seu turno, estimulou o surgimento de várias empresas no ramo de minerais metálicos (...). As indústrias dinâmicas que comandaram a criação de empregos nesse período, a despeito do seu caráter intensivo.

A Petrobrás e o complexo de Camaçari corroboraram para criar de forma direta e indireta um mercado de trabalho em Salvador para profissionais de alta qualificação técnica e científica, muito embora os impactos sobre a criação de empregos diretos tenha sido de pequena expressão:

Em 1960 tão-somente 2.200 pessoas achavam-se ocupadas como trabalhadores na extração e exploração de petróleo e gás natural, número que em 1970 sub 2.572. Entretanto, a criação de empregos não-operários foi bem maior: 7.595 em 1970, compreendendo-se nesses totais pessoal técnico (engenheiro, geólogos, químicos, gerentes, supervisores) e pessoal de escritório. A criação de empregos indiretos foi expressivamente maior; a relação entre emprego no secundário e emprego no terciário, de 2,6% em Salvador, é uma aproximação válida para a influencia da Petrobrás sobre empregos indiretos. (OLIVEIRA, 2003, p.58).

Deve-se destacar que o processo de industrialização que Salvador vivenciou ocorreu sob o signo de uma forte concentração de renda. Tal fato resultou do modelo acumulação que financiou os investimentos na capital baiana, a saber, concentracionista por definição: “os enormes subsídios fiscais levaram para uma região com uma oferta abundante de mão de obra, processos tecnológicos economizadores de trabalho em tudo semelhantes ao que se passa no Centro-Sul”. (OLIVEIRA, 2003). Ademais, a complexa relação técnico-econômica que preside a industrialização na capital baiana põe em jogo uma rotatividade da mão de obra operária que é um dos aspectos da constituição de um “exercito de reserva”. De acordo com Carvalho e Barreto (2009) essas transformações incidiram sobre um mercado de trabalho marcado por uma super oferta de mão-de-obra de baixa qualificação, reforçada pela atração de intensos fluxos migratórios para Salvador e por uma oferta restrita de postos de qualidade, com salários mais elevados e possibilidades de ascensão profissional.

Segundo Faria (1980) o surgimento de um parque industrial na RMS criou novos empregos a despeito da tecnologia avançada usada nas indústrias emergentes. Entre as razões para criação de novos empregos no setor secundário esta a inexistência de um setor manufatureiro intensivo em mão-de-obra:

Contudo é preciso ter presente a que essa expansão do emprego secundário deu-se ao mesmo que persistiam as funções de Salvador como pólo comercial e de serviços para extensas áreas do Nordeste. Essa expansão acoplou-se ao crescimento das atividades ligadas ao turismo na área. Consequentemente, as razões de emprego terciário/secundário, embora apresente uma tendência em direção à razão de emprego características do país como um todo, ainda são mais altas que esta última. (FARIA, 1980, p.37).

Do ponto de vista da estrutura social, as atividades da Petrobrás instauraram a existência de novos grupos sociais bem demarcados em relação à estrutura social preexistente em Salvador e Recôncavo. Formou, assim, um novo grupo operário isolado contraditoriamente pela novidade de sua existência na estrutura social do Recôncavo e de Salvador, ao lado dos outros "irmãos de classe" empregados ainda em industriais tecnicamente atrasadas. Criou também outro grupo social, dos funcionários não operários, heterogêneo do ponto de vista de suas ocupações e dos seus níveis de salário (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Oliveira (2003) a projeção da situação de inserção na divisão social do trabalho no plano de representação de classes será influenciada, em grande medida, pelos fatores que se seguem: pequenos números de operários, número maior de não-operários e uma marcada diferenciação salarial no interior do que se poderia chamar de a "classe operária na Bahia". Esse conjunto de determinações de ordem material será, entretanto, superdeterminado pela condição de 'operário' ou 'trabalhador' da Petrobrás (OLIVEIRA, 2003).

Vale destacar, em suma, que a representação dos novos grupos sociais⁹ criados pelas atividades da Petrobrás será, a rigor, uma não representação de classe. Assim, a nova classe operária, formada a partir da industrialização subsidiada na região, não tem consciência de classe, seja devido a sua rotatividade, relacionada com a imensa oferta de mão-de-obra, seja devido ao nacionalismo ligado ao problema do monopólio do petróleo, seja devido ao discurso "nordestino" e à ideologia da "baianidade", que obscurecem os conflitos de classe (OLIVEIRA, 2003).

⁹ De acordo com Bresser-Pereira há em o "Elo perdido" análise coerente do surgimento das classes médias a partir da desespecialização do operário e do empresário, há a demonstração de como as "classes médias" burocráticas ou tecnoburocráticas surgem explosivamente, de um dia para outro, no Nordeste; há o reconhecimento de que se trata de uma classe, e que não pode ser confundida nem com os operários (já que não há trabalho abstrato) nem com os empresários; há a observação de que "as outras classes" vêm a burocracia e a tecnoburocracia como agentes políticos por excelência, bodes expiatórios de sua impotência de representação (BRESSER-PEREIRA, 2010).

3.5 DE 1970 AO FIM DO SÉCULO XX

Segundo Santos (1994) foi com base nas diretrizes do II PND, na metade dos anos 1970, em plena urgência do Brasil grande potencia do regime militar, que se assistiu a consolidação definitiva do complexo petroquímico de Camaçari (COPEC), que passou a funcionar a partir de 1978. "A implantação do COPEC representou uma operação complexa, com participação conjunta do Estado, de empresas privadas, internacionais e de empresas privadas nacionais" (SANTOS, 1994, p.2). Neste modelo, as multinacionais tiveram uma participação importante na incorporação de tecnologia e o Estado, tanto como principal investidor direto, através da PETROBRAS e subsidiárias, como pela implementação e controle de algumas formas privilegiadas de incentivos financeiros e fiscais:

A magnitude dos incentivos fiscais para o complexo petroquímico pode ser constado, de forma indireta, pelas informações baseadas na pesquisa feita pela SUDENE/BNB, em 1978, portanto, no primeiro ano de efetivo funcionamento do complexo, na qual 48,5% do total dos investimentos fixos realizados pelas indústrias incentivadas no Nordeste estavam concentradas na RMS. Por outro lado, a indústria química, fundamentalmente representada pelos novos projetos petroquímicos, participou, neste mesmo ano, com cerca de 40% do volume das inversões. (SANTOS, 1994, p.3).

De acordo com Carvalho (2004) dos anos 70 para os 80, os esforços desenvolvimentistas do governo federal para complementar a matriz industrial brasileira – com a produção de insumos básicos e bens intermediários – aproveitaram vantagens locais existentes para a implementação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que se converteu no foco dinâmico da economia regional, comandando a expansão e a diversificação da sua estrutura produtiva, e do Complexo do Cobre:

Esses e outros investimentos tiveram um impacto extraordinário sobre a velha capital baiana, ampliando, inclusive, suas articulações espaciais com os municípios vizinhos de Simões Filho, Candeias e Camaçari, que sediam as novas indústrias, e dando início à formação da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Composta por 10 municípios bem distintos em termos de área, população e condições socioeconômicas, mas com uma integração e uma complementaridade que se superpõem à sua diferenciação, a RMS, tornou-se responsável por mais de 80% da indústria de transformação e mais da metade da produção e da riqueza estadual. (CARVALHO, 2009, p.119).

Mas, a década de 1980 foi particularmente difícil para a sociedade brasileira, que conviveu com oscilantes taxas de crescimento com a deterioração da qualidade e quantidade dos serviços públicos e com o fantasma do desemprego. A crise econômica instalou-se logo em 1980 e, ao final desse ano, foi adotada no país uma série de medidas recessivas, visando conter a inflação. "Em 1981, pela primeira vez desde 1930, o país apresentou crescimento

negativo do PIB e ao longo de 1982 e 1983, o processo intensificou-se, provocando a queda no nível de emprego na maioria das regiões brasileiras”. (CASTRO; BARRETO, 1998).

O mesmo, porém não aconteceu na RMS; nela somente em 1983 iniciou-se a queda do nível de emprego. Isso porque a segunda metade da década de 1970 caracteriza-se pelo intenso crescimento econômico liderado pela implantação do II Pólo petroquímico brasileiro, em Camaçari. Esse complexo industrial alterou sensivelmente estrutura produtiva e social da Bahia (CASTRO; BARRETO, 1998, p.43). O PIB baiano, que sempre tinha sustentado pela agropecuária, modificou a sua composição interna, passando a indústria de transformação, já em 1980, a ser responsável por 20% da formação do mesmo. O seu crescimento foi quase o dobro verificado nacionalmente de sorte que, em 1980, os ramos dinâmicos já representaram 80% do produto industrial baiano:

A década de 80 iniciou-se, assim, sob o impacto dessas transformações. Por isso mesmo, quando a recessão era uma realidade no restante do país, a economia baiana ainda crescia, beneficiada pelos efeitos da maturação dos investimentos do pólo-petroquímico, perceptíveis não apenas no setor industrial, mas também no comércio e nos serviços, aí incluídos os de infra-estrutura e os de intermediação financeira. (CASTRO; BARRETO, 1998, p.43)

Após três anos de intensa recessão, o país retomou, em 1984, o ritmo de crescimento econômico, com sensível recuperação do nível de emprego, principalmente no Sudeste. Nesse ano, contudo, a Bahia teve a sua crise aprofundada; o índice de emprego caiu, uma vez mais, contrariando o movimento que ocorria no resto do país. Porém, em já em 1985, a atividade econômica baiana experimentou uma lenta recuperação que se estendeu em meados de 1986.

Ela resultou, por um lado, da reconversão da produção industrial moderna para o mercado internacional e, por outro, do investimento público, que mantém no período os seus elevados índices. Essas iniciativas minimizaram sem, contudo, eliminar os efeitos da crise na Bahia; persistiu, ainda assim, algum descompasso entre os índices de emprego nacionais e locais. (CASTRO; BARRETO, 1998, p.44).

Só na segunda metade de 1980 passaram a convergir as tendências locais e nacionais. Mesmo assim, na RMS, o crescimento do emprego se fez com maior lentidão, razão pela qual se ampliou a defasagem em relação às tendências nacionais. Nesse processo:

A estabilidade tomou conta do ano de 1987, sendo apenas rompida ao seu final com a retomada do crescimento, tanto local como nacional, numa tendência que se prolonga pelo ano de 1988. A partir daí, estabeleceu-se um novo período um novo período de instabilidade dos níveis nacionais do emprego, cujo impacto, todavia menos significativo na RMS, prevalecendo a tendência à estabilização. Vemos, assim, que os anos 80 findam consagrando a aproximação gradual entre as tendências locais do emprego, sem que, entretanto, Bahia ou Brasil apresentaram

nem de longe a pujança do crescimento vivenciado nos anos 70. (CASTRO; BARRETO, 1998, p.45).

Conforme Carvalho e Barreto (2007) nos anos 1990 ocorreu um dos mais intensos processos de retração das oportunidades de trabalho. A reestruturação produtiva pela qual passou a economia brasileira reforçou os efeitos deletérios sobre a capital baiana, na medida em que ocasionou redução expressiva do emprego na indústria, interrupção da tendência à reestruturação do mercado de trabalho, restrição dos postos em todos os setores, além de gerar um lento crescimento dos vínculos formais de trabalho, com proteção e os direitos que lhes são associados, além de corroborar para o aumento das ocupações precárias e do desemprego:

Na região metropolitana, onde Salvador concentra 80% da população, os empregados representavam apenas 53,5% dos ocupados e a proporção daqueles com carteira assinada não ia além de 67,2%. A precariedade ocupacional e a vulnerabilidade social se expressavam, igualmente, por meio do peso dos ocupados por conta própria (23,2%) e empregados domésticos (10,5%), de taxas de desemprego superiores às verificadas nas demais metrópoles nacionais, do nível de rendimento dos trabalhadores e da frequência de pobres na população. (IBGE, 2005, *apud* CARVALHO; BARRETO, 2007, p.4).

De acordo com Almeida e Damasceno (2005) *apud* Carvalho e Pereira (2006), a RMS apresentava, em 1999, um dos piores índices de desigualdade entre dez das mais importantes regiões metropolitanas do país. Ademais, o rendimento médio da população da RMS era bem inferior ao verificado nas capitais do Sudeste e Sul do país. Essa situação não se alterou nos primeiros anos do século XXI. Pelo contrário, os rendimentos médios e medianos mensais da população de Salvador voltaram a cair, entre o final dos anos 1990 e o início da década seguinte, quando atingiram, respectivamente, os níveis de R\$ 798,5 e R\$ 401,00.

Em 1991, do total da população residente em Salvador, 59,58% dos chefes do domicílio tinham rendimento até 3 SM e 70,9%, até 5 SM, enquanto apenas 3,88% percebiam mais de 20 SM e 6,69% encontravam-se sem rendimento. Ainda que, em 2000, os índices até 3 e até 5 SM tenham diminuído, respectivamente para 49,31% e 61,68%, mantendo-se índices próximos nas faixas imediatamente superiores, aumentos significativos ocorreram na faixa mais de 20 SM e, sobretudo, na categoria sem rendimento, passando para 4,59% e 13,47%, respectivamente. (CARVALHO *et al.*, 2004, p. 10).

Vale ressaltar que tanto a evolução histórica como as transformações dos últimos anos contribuíram para a conformação de uma metrópole periférica e bastante desigual, com ilhas de afluência em um mar de pobreza. Ademais, a estrutura social de Região Metropolitana de Salvador era feita de uma pequena elite de maior renda, composta pelos grandes empregadores locais, por dirigentes do setor público e privado e por profissionais autônomos ou empregados de nível superior; setores médios e pequenos empregadores com um peso mais

reduzido que em outras metrópoles brasileiras; um contingente expressivo de trabalhadores em atividades terciárias, e um proletariado secundário, no qual a participação da indústria de transformação é especialmente restrita (CARVALHO; PEREIRA, 2009). Ainda no começo dos anos 2000 os baianos sobreviviam por meio de atividades precárias e desprotegidas. Nesse momento continuava a persistir em Salvador altas taxas de desemprego e, sobretudo, a taxa de subemprego estava entre as maiores das regiões metropolitanas do Brasil (CASTRO; BARRETO, 1998).

3.6 CONCLUSÃO DO CAPITULO

Como já foi descrito, a RMS além de ser uma região repleta de problemas sociais sérios, como favelização, mendicância e etc., apresentava, pelo menos até o início do século XXI, um elevado índice de desocupação da sua de trabalho, fato que a fez conhecida como "capital nacional do desemprego". Mas, com as recentes mudanças ocorridas no Brasil recentemente, fruto do crescimento econômico e das políticas expansionistas daí advindas, a referida região passou apresentar melhora significativa em muitos indicadores sócio-ocupacionais. Diante do que foi exposto, procurar-se-á analisar nos próximos capítulos a magnitude e o impacto de tais transformações sobre as questões sócio-ocupacionais na Região Metropolitana de Salvador.

4 ASPECTOS GERAIS DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL NA RMS

Antes de apresentarmos o capítulo mais importante do presente trabalho, será apresentado preliminarmente o panorama sócio-ocupacional da RMS, evidenciando as mudanças cruciais que ocorreram nos aspectos sociais e ocupacionais no período compreendido entre 2003-2010. Para tanto, utilizaremos o mesmo banco de dados adotado para elaboração do último capítulo, que é o da Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED).

4.1 SITUAÇÃO OCUPACIONAL NA RMS

Durante décadas a fio a marca mais expressiva da configuração do mercado de trabalho na RMS foi a persistência de altas taxas de desemprego aliadas ao enorme contingente de trabalhadores com inserção precária. Mas, a partir de 2003 os dados da PED registraram um importante crescimento da taxa de ocupação na RMS e, conseqüente, queda da taxa de pessoas desempregadas, tanto na categoria desemprego aberto, precário e desalento. Observa-se que no ano de 2010 em relação a 2003, a taxa de ocupação cresceu 4,6% e a taxa de desemprego aberto teve uma queda de 3,4%. Observa-se ainda que em 2009, ano da crise internacional, a taxa de ocupações teve uma ligeira queda (-0,2%), mas voltou a crescer em 2010 com percentual mais significativo quando comparado a qualquer outro período da análise em questão. Deve-se destacar também que o crescimento do número de ocupações na RMS está em conformidade com que ocorreu no país ao longo desses anos, como pode ser visto na Tabela 5:

Tabela 5 - Situação ocupacional na RMS

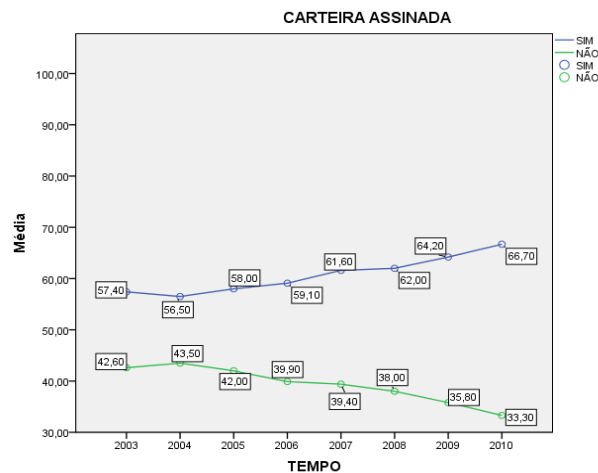
	Des. com tr. precário	Des. aberto	Des. dasalento	Ocupado	Inativo com trab.excep.	Inativo puro	Menores de 10 anos
2003	4,0%	9,0%	1,8%	38,0%	0,9%	30,4%	15,9%
2004	4,0%	7,8%	1,6%	39,0%	1,0%	31,3%	15,3%
2005	3,8%	7,4%	1,4%	39,2%	0,9%	32,1%	15,2%
2006	3,4%	7,8%	1,1%	39,7%	0,6%	33,1%	14,4%
2007	3,3%	7,3%	0,9%	41,3%	0,5%	32,9%	13,9%
2008	3,0%	6,3%	1,2%	41,3%	0,8%	33,7%	13,6%
2009	2,6%	6,2%	1,1%	41,1%	0,4%	35,8%	12,8%
2010	2,0%	5,6%	0,9%	42,6%	0,5%	36,1%	12,3%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados PED, 2003 a 2010

Como já foi visto nos capítulos anteriores, o direcionamento dado a economia para promoção do crescimento econômico, através de políticas monetárias e fiscais expansivas, ajudou a impulsionar o aumento das ocupações no mercado de trabalho. Além disso, o crescimento

econômico vivenciado pelo país contribuiu para a ocorrência de um importante processo de formalização dos contratos de trabalho na RMS. De 2004 a 2010 a taxa de pessoas ocupadas com carteira assinada na referida região apresentou um crescimento significativo (10,2%) como pode ser observado no Gráfico 3:

Gráfico 1 - Pessoas com carteira assinada

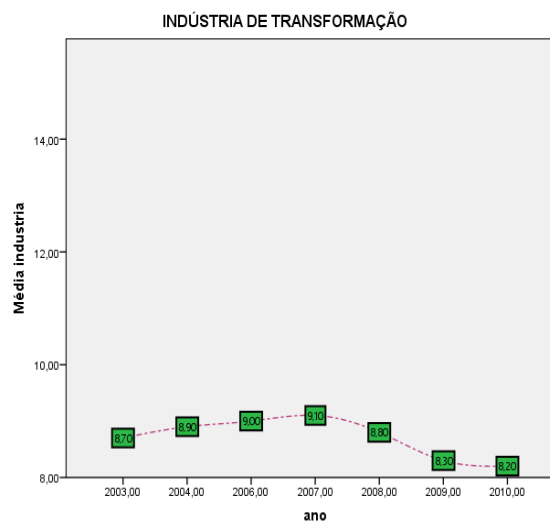


Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED. 2003 a 2010, Software spss 22

4.1.2 Setor de atividade

Analisando o setor de atividade observa-se que a indústria de transformação além de ter diminuta participação em termos de pessoas ocupadas tem também declinado seu percentual ao longo desses anos. Assim, o peso da indústria de transformação na ocupação total da RMS permanece restrito (8,2% em 2010), sendo maior apenas que o setor da construção civil.

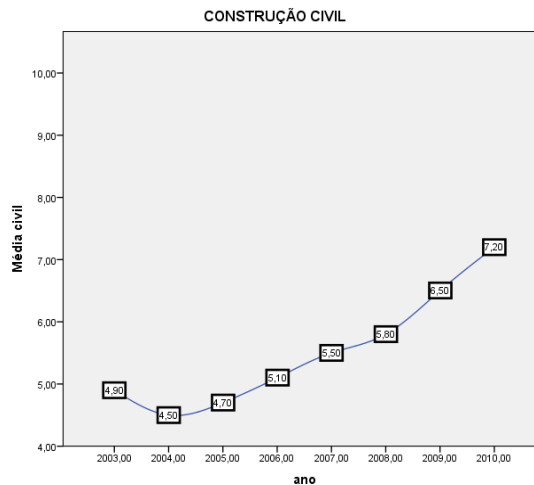
Gráfico 2 - Ocupados na indústria de transformação



Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED. 2003 a 2010, Software spss 22

O setor de atividade que apresentou maior taxa de crescimento em termos de ocupações entre 2003 e 2010 na RMS foi o setor da construção civil, como pode ser visto no Gráfico 5:

Gráfico 3 – Ocupados na construção civil

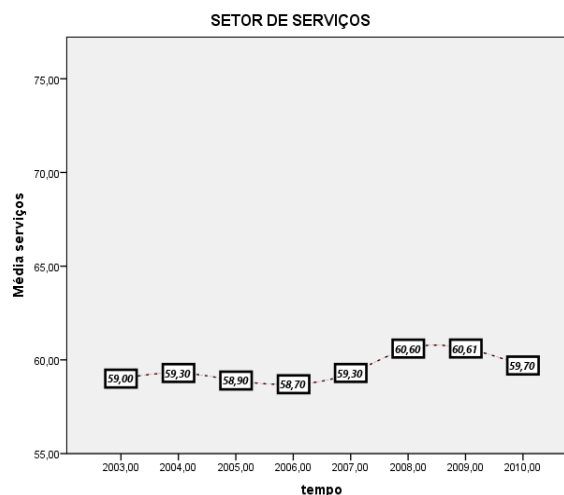


Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010. Software spss 22

No referido setor ocorreu um crescimento de 2,3% ao longo dos oito anos observados. Pode-se ainda observar que em 2009, ano onde os efeitos da crise internacional se fizeram sentir no Brasil, a taxa de ocupação no setor da construção civil continuou apresentando um importante crescimento na referida região.

Ainda sobre o setor de atividade, observa-se que a maior parte da força de trabalho da RMS está ocupada no setor de serviços, como pode ser visto no Gráfico 6:

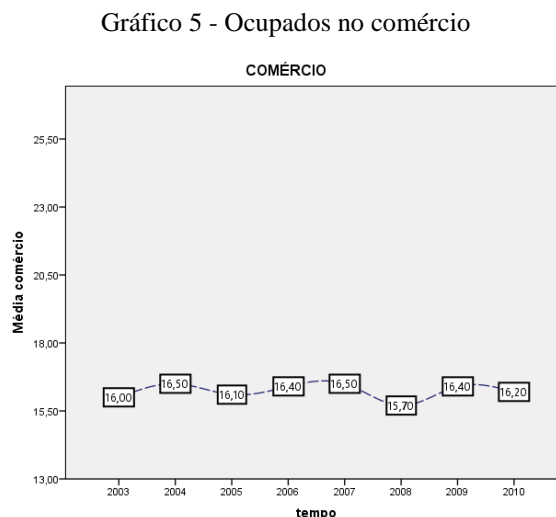
Gráfico 4 - Ocupados no setor de serviços



Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010. Software spss 22

A taxa de pessoas ocupadas no referido setor apresentou um comportamento cíclico ao longo dessas anos, mas em 2010 apresentou um crescimento relativamente modesto em relação ao início a 2003. Além disso, vale salientar que o setor de serviços na RMS é caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao tamanho da empresa, à remuneração média e a intensidade no uso de tecnologia. São atividades diversas em empreendimentos como: salão de beleza, bares, restaurantes, lanchonetes, consertos, manutenção e assistência técnica, telemarketing, corretagem de imóveis, T.I dentre outros.

Quanto ao crescimento ocupacional no ramo do comércio, setor em que aparece em segundo lugar no ranking de pessoas ocupadas, nesse setor ocorreu constante oscilação ao longo de todo período, ocorrendo também um crescimento modesto em 2010 comparado a 2003, como pode verificado no Gráfico 7:



Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010. Software spss 22

Observa-se ainda que a grande maioria dos ocupados estão vinculados ao setor de serviços e ao comércio, setores que nessa região, em geral, não se destacam pela geração de postos de trabalho mais qualificados¹⁰.

4.1.3 Posição na ocupação

No que tange a posição na ocupação a única categoria que apresentou crescimento nesse período na RMS foi a categoria empregados, enquanto as demais categorias registraram

¹⁰ Os dados da PED também apontam que no ano de 2010 a taxa de trabalhadores sem carteira assinada permaneceu alta em alguns setores a despeito do processo de formalização. Enquanto grande parte dos trabalhadores da indústria de transformação trabalhava com carteira assinada (82,4%), apenas 55,2% dos trabalhadores empregados no setor da construção civil tinha carteira assinada. No comércio 62,6% eram formalizados e no setor de serviços esse número era de 71,4%.

queda, com destaque para os autônomos. Esse fato nos permite concluir que o processo de crescimento econômico vivenciado pelo Brasil e, conseqüentemente, pela RMS nesse período contribuiu para aumentar o número de empregos formais, embora a taxa de pessoas na condição de autônomos ainda continua alta. Dito isso, verifica-se que há muitos indivíduos exercendo ainda atividades laborais informais e muitas delas em condições precárias, atividades estas que, inclusive, podem ser vista diariamente em Salvador e Região Metropolitana. São atividades do tipo: vendedores ambulantes, vendedores de jornais, de frutas, de doces e bugigangas em ônibus ou em vias públicas (os "baleiros"), além de pessoas que prestam serviços na condição de condutores de transportes alternativos ("kombeiros", "topiqueiros"), motorista particular, reparadores de roupas (costureiras, por exemplo), além de borracheiros, mecânicos, faxineiros, manicure, dentre outros.

Ademais, a taxa de pessoas na condição de empregador não apresentou evolução significativa ao longo desse processo e o número de pessoas atuando como na condição de trabalhador liberal, na média, também não apresentou crescimento, como pode ser visto no quadro abaixo (TABELA 6):

Tabela 6 - Posição na ocupação

	EMPREGADO	AUTÔNOMO	EMPREGADOR	PROF. LIBERAL	Outros
2003	72,30%	21,60%	3,80%	0,60%	1,60%
2004	71,40%	22,00%	4,10%	0,80%	1,80%
2005	72,60%	21,50%	3,90%	0,60%	1,40%
2006	73,10%	21,00%	3,80%	0,70%	1,40%
2007	74,00%	20,10%	3,50%	0,70%	1,70%
2008	73,40%	21,10%	3,30%	0,50%	1,80%
2009	74,00%	21,30%	2,70%	0,40%	1,20%
2010	75,10%	19,70%	3,10%	0,50%	1,60%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

4.1.4 Tipo de empregado

Os dados da PED relacionado ao tipo de emprego na RMS também nos mostram um fato importante: o número de trabalhadores assalariados, ou seja, que recebem rendimentos fixos com prazo legal de reajuste cresceu na referida região no período em questão, com destaque para os assalariados com comissão. Tal fato, como já foi dito, é reflexo da expansão da atividade econômica, esta que contribuiu para aumentar as contratações formais no mercado de trabalho. A taxa em percentual de trabalhadores na categoria "ganha em espécie" e na categoria militar religioso (capelão) permaneceu praticamente estática ao longo desses anos.

Já a categoria de trabalhadores que ganha por produção apresentou diminuição de 1,2%. Mas vale destacar a evolução ocorrida no universo do trabalho doméstico, este que registrou uma queda de 4,4%, conforme os dados da Tabela 7:

Tabela 7 - tipo de empregado

	Ass. com comissão	Ass. sem comissão	Ganha em espécie	Mil, Rel	Por produção	Dom. mes	Outros
2003	81,5%	2,4%	0,1%	0,1%	2,0%	12,1%	1,9%
2004	81,9%	2,0%	0,1%	0,1%	2,2%	12,0%	1,6%
2005	82,9%	2,2%	0,0%	0,1%	1,7%	11,4%	1,5%
2006	83,5%	2,5%	0,0%	0,2%	1,1%	11,1%	1,6%
2007	83,8%	2,8%	0,1%	0,1%	1,4%	10,1%	1,6%
2008	83,7%	3,4%	0,1%	0,2%	1,4%	9,4%	1,8%
2009	85,6%	3,0%	0,1%	0,1%	0,8%	8,4%	2,1%
2010	86,3%	3,0%	0,1%	0,1%	0,8%	7,7%	2,0%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

A mudança na situação do trabalhador doméstico ocorrida nesse período, além de ter sido provocada por conta da expansão do emprego em outros setores da economia está também relacionada com a melhoria ocorrida no nível educacional desses trabalhadores e no investimento pessoal em qualificação técnica. O número de trabalhadores domésticos que tem o primeiro grau completo apenas, juntamente com aqueles que nunca frequentou a escola, apresentou uma diminuição considerável nesse período, enquanto o nível daqueles que possuem segundo grau completo aumentou significativamente, como é possível ver na Tabela 8:

Tabela 8 - Escolaridade dos que trabalham como empregados domésticos

	1°	2°	3°	Ñ fr. a escola
2003	68,9%	22,5%	0,1%	8,5%
2004	68,3%	24,1%	0,1%	7,5%
2005	67,0%	26,7%	0,1%	6,2%
2006	62,9%	30,2%	0,3%	6,6%
2007	64,6%	29,4%	0,2%	5,7%
2008	61,4%	33,3%	0,3%	5,0%
2009	38,9%	35,6%	0,5%	4,9%
2010	58,7%	37,7%	0,4%	3,2%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010.

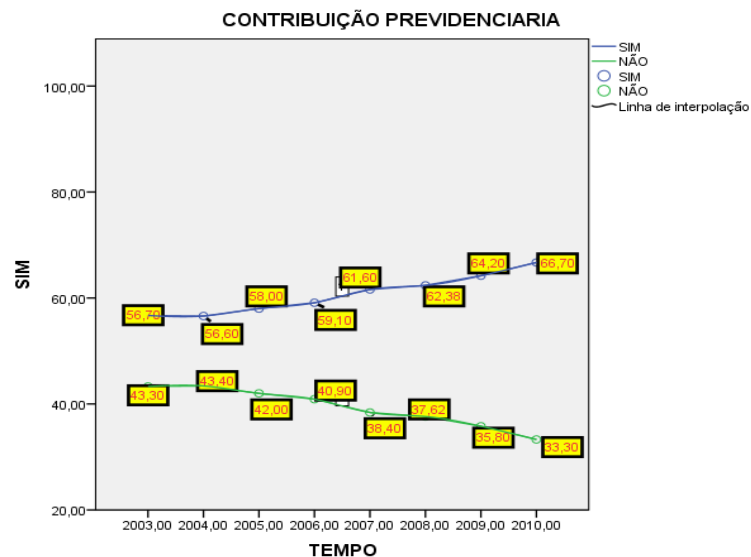
Observar ainda que a taxa de trabalhadores na condição de domésticos com terceiro grau completo apresentou um importante crescimento ao longo desses anos. Pode-se inferir que tal

fato está relacionado com as políticas de inclusão sociais e afirmativas desenvolvidas nesse processo, a exemplo do Prouni, FIES e o sistema de cotas em universidades públicas. Além disso, deve-se observar também que a taxa de pessoas que nunca frequentaram a escola apresentou uma importante diminuição, caindo de 8,5% para 3,2%. Embora tenha sido havido um importante processo de formalização no mercado de trabalho, os serviços domésticos mantêm a posição de atividade com grau mais elevado de "desproteção" dos que nela atuam, pois os dados da PED apontam que 64,1% dos trabalhadores domésticos não eram formalizados no ano de 2010.

4.1.5 Contribuição previdenciária

O número de pessoas que passaram a contribuir para previdência social aumentou significativamente ao longo desses anos (um aumento de 10% entre 2003 e 2010). Alguns fatores não só tiveram influencia, mas foram determinantes para sua ocorrência, como é o caso da formalização no mercado de trabalho e a geração de empregos formais. Tal fato gerou um aumento significativo do número de contribuintes na RMS, como é percebido no Gráfico 8.

Gráfico 6- Contribuição previdenciária



Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED. 2003 a 2010, Software spss 22

4.1.6 Tipo de inatividade

No que tange a inatividade, nesse processo a taxa de pessoas inativas apresentou um comportamento bastante complexo. As categoriais "estudantes" e "vive de ajuda" diminuiram

em percentual e a categoria "encostado na caixa" apresentou um comportamento bastante cíclico nesse processo por razões não muito claras. Já os inativos que vivem de renda mantiveram seu percentual constante; a categoria dos que vivem de ajuda também apresentou diminuição, e a categoria "outros" apresentou modesto crescimento em 2010 em relação a 2003 (ver TABELA 9).

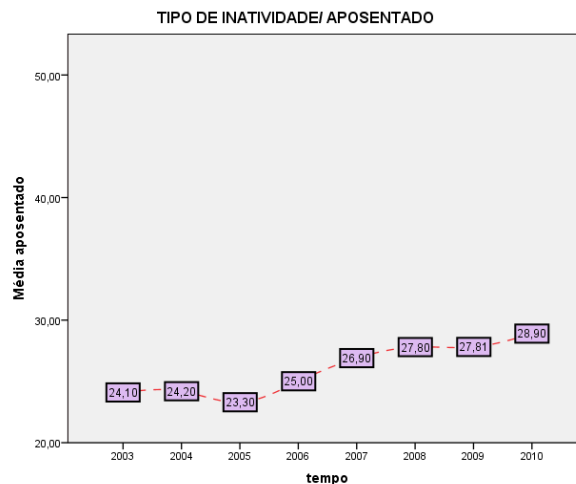
Tabela 9 - Tipo de inatividade

	Enc. na caixa	A. domésticos	Estudante	Vive de renda	Vive de ajuda	Outra
2003	1,5%	19,9%	43,3%	0,7%	10,1%	0,7%
2004	2,0%	19,6%	42,7%	0,7%	10,2%	0,7%
2005	2,7%	19,9%	42,0%	0,6%	10,8%	0,7%
2006	2,3%	19,6%	40,5%	0,7%	11,2%	0,7%
2007	2,6%	19,0%	31,9%	0,8%	10,5%	1,1%
2008	2,4%	20,4%	39,1%	0,8%	8,2%	1,3%
2009	2,2%	19,6%	39,9%	0,7%	8,8%	1,1%
2010	1,6%	20,9%	38,1%	0,6%	8,7%	1,1%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Mas, a categoria aposentados foi aquela que registrou evolução mais significativa no período em questão em relação as demais categorias, como é possível ver no Gráfico 9:

Gráfico 7 - Evolução do percentual dos aposentados na RMS



Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED. 2003 a 2010, Software spss 22

Esse processo foi mais significativo a partir de 2005, na medida em que aumentou de 23,3% de para 28,9% o número de aposentados, perfazendo assim um crescimento de 5,6%.

4.1.7 Pobreza na RM de Salvador

As transformações ocorridas na RMS e sua contribuição para as mudanças observadas nos aspectos sócio-ocupacionais são, em grande medida, parecidas com aquelas observadas em outras regiões do país. Apesar de ter ocorrido um importante processo de melhoria nas condições de vida da população há ainda na RMS um número expressivo de famílias que auferem renda familiar de 1/2 salário, sendo que tal contingente é superior a população que sobrevive com apenas um salário mínimo. Desse modo, pode-se inferir que as mudanças sociais que foram fruto de um importante processo de distribuição de renda ocorridas na RM de Salvador, não foram suficientes para alterar o quadro de pobreza existente na referida, como pode ser visto na Tabela 10:

Tabela 10 - Ganha 1/2 e 1 salário mínimo

	1 salário mínimo	1/2 salário mínimo
2003	8,7%	29,9%
2004	8,9%	30,4%
2005	10,0%	29,0%
2006	10,2%	28,7%
2007	8,9%	28,8%
2008	8,7%	26,1%
2009	9,8%	29,6%
2010	9,9%	26,9%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

4.2 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Como foi observado nesse capítulo, a RMS de Salvador logrou mudanças significativas em muito de seus aspectos sócio-ocupacionais no período em questão (2003-2010). Nesse processo percebe-se, por exemplo, que houve uma importante diminuição do quantitativo de pessoas desocupadas, além ter ocorrido também um importante crescimento do número de pessoas que passaram a contribuir com o sistema previdenciário. Porém, ocorreu também uma expressiva redução da quantidade de pessoal ocupado no setor da indústria de transformação, este setor que é considerado o mais dinâmico da economia haja vista a sua capacidade de gerar melhores empregos e produtos de maior valor agregado. Vale ressaltar também que embora tenha havido uma importante redução do contingente de pessoas extremamente pobres na RMS, este ainda continua elevado, o que nos leva a inferir que as políticas sociais adotadas no Brasil não foram suficientes para mitigar a pobreza e seus efeitos na RMS.

5 METODOLOGIA E DADOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de compreender melhor o tema referente a classes socioeconômicas, optou-se em realizar uma pesquisa descritiva. As pesquisas descritivas têm como principal objetivo descrever determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre as variáveis, além de estudar as características de grupos sociais, tais como: Nível de escolaridade, aspectos familiares, posição social, sexo, dentre outros (GIL, 1999).

5.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

No âmbito das metodologias concernente as classes socioeconômicas podem ser identificados dois vetores investigativos principais. O primeiro deles, mais utilizada em função da sua simplicidade, é o da medição da classe média a partir da renda individual ou familiar auferida a partir de faixas de renda, que geralmente estabelecem de modo arbitrário os parâmetros inferiores e superiores (LANGONI, 1973 *apud* GUERRA *et al.*, 2006). Desse modo, são obtidos os critérios que normalmente são utilizadas em pesquisas de opinião pública ou de consumo, tais como as classes A, B, C, D e E, por exemplo. Trata-se simplesmente de uma subdivisão efetuada no interior da pirâmide distributiva de cada país (GUERRA *et al.*, 2006).

O segundo vetor investigativo se detém mais na compreensão da classe média, a partir dos indivíduos em função de critérios sócio-ocupacionais (GUERRA *et al.*, 2006). Dessa forma, ao contrário da definição de classe média baseada no critério de diferencial de rendimento ou participação na renda nacional, há uma possibilidade concreta de perceber a manifestação de distintas trajetórias ocupacionais que delimitam a classe média, bem como a dinâmica de sua manifestação ao longo do tempo. Nesse vetor investigativo, há também uma segunda dimensão metodológica que possibilita o tratamento da estrutura ocupacional familiar e não somente de critérios sócio-ocupacionais. Em conformidade com a divisão do trabalho em cada espaço territorial, pode-se chegar à constituição dos segmentos sociais identificados como classe média. Nesse processo a estrutura sócio-ocupacional, por estar diretamente relacionada à divisão do trabalho, sofre as consequências decorrentes das transformações sociais na dinâmica capitalista.

Para o presente trabalho, julga-se mais adequado utilizarmos o critério que estratifica as classes sociais na Região Metropolitana de Salvador pela renda mensal familiar. Os anos

escolhidos para tanto foram os anos governo lula (2003 a 2010), haja vista ser considerado um marco divisor de águas na história recente do Brasil, pois nesse período, como já foi dito outrora, observou-se uma progressiva reativação do mercado de trabalho formal associado a melhoria em outras questões socioeconômicas.

Para melhor compreendermos as mudanças ocorridas na estrutura social da RMS, utilizamos a metodologia comumente empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estratifica as classes com base na renda familiar auferida em termos de salário mínimo. Não obstante, consideraremos as classes A, B, C, D e E, como sendo, respectivamente, a classe alta, média, batalhadora, pobre e a ralé, de modo a termos uma abordagem sociológica e mais crítica. Desse modo temos:

Quadro 11 - Faixas de renda

Classes	Número de Salários Mínimos
Classe alta (classe A)	Acima de 20 SM
Classe média (classe B)	10 a 20 SM
Batalhadores (classe C)	4 a 10 SM
Pobres (classe D)	2 a 4 SM
Ralé (classe E)	Até 2 SM

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base no IBGE, 2015

Vale ressaltar que a distribuição dos ocupados por faixas de rendimentos em salários mínimos fornece elementos para compreender as transformações em cursos no mercado de trabalho metropolitano além das condições sócio-ocupacionais das famílias nas suas respectivas classes sociais.

5.3 BASE DE DADOS

A PED tem como unidade amostral o domicílio da área urbana que a compõem. A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os setores censitários sorteados dentro de cada Zona de interpolação e os domicílios dentro de cada SC. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). A Pesquisa coleta informações mensalmente, através de entrevistas com moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia, ao privilegiar a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho

estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro e por extensão da RMS (DIEESE, 2009).

Em cada unidade domiciliar amostrada, são pesquisados - por meio de entrevistas diretamente realizadas - todos os indivíduos residentes, independentemente da sua posição no domicílio. Os dados inicialmente são sujeitos a um processo de verificação cuidadoso que envolve a checagem de uma amostra de 20% do número total de domicílios realizados, além da verificação, caso a caso, de todos aqueles que apresentavam problemas em qualquer das etapas de crítica dos questionários. O questionário se estrutura, para fim de recuperação da informação, em três grandes partes que funcionam como sub-arquivos independente, mas relacionáveis. A primeira sintetiza características gerais do domicílio pesquisado (como localização, número de membros, de famílias, sexo dos membros e identificação dos maiores e menos de 10 anos). A segunda apresenta as características individuais de todos os menores de 10 anos presente nos domicílios (como idade, escolaridade, condição migratória, posição na família e domicílios). A terceira faz o mesmo para a PIA; ademais, no que diz respeito à PIA, o questionário se desdobra numa longa e ricas série de perguntas que abre um enorme elenco de alternativas para o estudo da ocupação (segundo setor de atividade, tamanho da empresa, localização desta, ocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas, etc.) e do desemprego (em múltiplas formas: desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário e pelo desalento, novidades de mensuração introduzidas pela metodologia do Dieese). Tal como desenhado, o questionário oferece grandes possibilidades para análise do emprego e desemprego na sua relação com a procura de trabalho (CASTRO; BARRETO, 1998).

Ademais, a PED Julga que é preciso qualificar e ampliar esses conceitos para que alcancem a captação não só das situações claramente definidas de ocupação e desemprego, mas também daqueles intermediários que as pesquisas tradicionais desconsideram e incluem nas condições de inatividade ou de ocupação. Ao definir os conceitos de trabalho e de desemprego, a PED reelaborou as definições de ocupados e desempregados e por conseqüência, as de população economicamente - PEA e de população inativa. Nesse processo, há algumas variáveis utilizadas pela PED que, inclusive, foram incorporadas ao presente trabalho que estão abaixo explicitadas conforme Dieese (2009):

- **Ocupados** - São os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham

procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

- **Família** - Conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consangüinidade, adoção ou afinidade), podendo ainda ser integrado por outros indivíduos não parentes entre si, assim como a pessoa que vive só ou qualquer grupo de no máximo cinco pessoas não aparentadas que residem no mesmo domicílio. A identificação de uma ou mais famílias em um domicílio é obtida a partir da ordenação das relações nucleares (casal), relações primárias (pai, mãe, filho, irmão) e relações secundárias (tio, sobrinho, primo, etc.).
- **Inativos (de dez anos e mais)** - Parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.
- **Posição no Domicílio e na Família:** Cada indivíduo possui uma posição no domicílio ou na família, segundo sua relação com o chefe do domicílio e da família: 1) chefe do domicílio e da família: morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pelo domicílio (ou pela família); 2) cônjuge: morador que vive conjugalmente com o chefe, independentemente do reconhecimento legal deste vínculo; 3) filho: morador(a) filho(a), filho(a) adotivo(a), enteado(a) ou de criação do chefe e/ou do seu cônjuge; 4) outro parente: morador com algum laço de parentesco com o chefe ou com seu cônjuge; 5) agregado: morador que não é parente do chefe ou do seu cônjuge e que não paga pensão; 6) pensionista: morador não parente que paga hospedagem; 7) empregado doméstico: morador que presta serviços de forma remunerada à família do chefe e que dorme no domicílio; 8) parente do empregado doméstico: morador que tem laços de parentesco com o empregado doméstico e que não presta serviço remunerado à família com a qual reside.
- **Situação de Trabalho** - A situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não-remunerado no período de referência, excetuando o trabalho excepcional.
- **Tipo de empregado:**

Empregado assalariado: é o indivíduo que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa – sob a forma de salário, ordenado ou soldo que pode incluir adicionais de tempo de serviço, cargos de chefia, por insalubridade, periculosidade. Em alguns casos, essa remuneração pode ser composta de duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho, e outra variável, sob a forma de comissão que pode ser paga pelo empregador, cliente ou por ambos. Esta categoria inclui, também, o militar de carreira e o professor cujo salário é calculado por hora/aula, mas que tem um número predeterminado de aulas fixado pela escola;

Empregado que recebe exclusivamente em espécie/benefício: são os empregados que, em troca de seu trabalho, só recebem alojamento, alimentação, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício, como, por exemplo, servente de escola que recebe como pagamento pelos seus serviços os estudos para um filho;

Empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração: são os indivíduos que prestam serviço militar obrigatório e os padres, freiras, pastores, etc. que recebem salário, bem como as pessoas que fazem algum tipo de serviço assistencial recebendo, por isso, uma remuneração em dinheiro;

Empregado que ganha exclusivamente por produção: é o trabalhador cujo vínculo empregatício é formalizado em contrato de autônomo, havendo apenas o compromisso de entregar a produção no prazo determinado. Portanto, só recebe pagamento por unidade ou produto ou serviço executado e não tem jornada de trabalho prefixada. O indivíduo nesta situação é classificado como autônomo para uma empresa;

Empregado doméstico: é o indivíduo que trabalha em casa de família contratado para realizar serviços domésticos. Tanto pode ser mensalista, diarista ou receber só em espécie/benefícios. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último, agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família tendo como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício.

6 CLASSES SOCIAIS NA RMS E SEUS ASPECTOS GERAIS

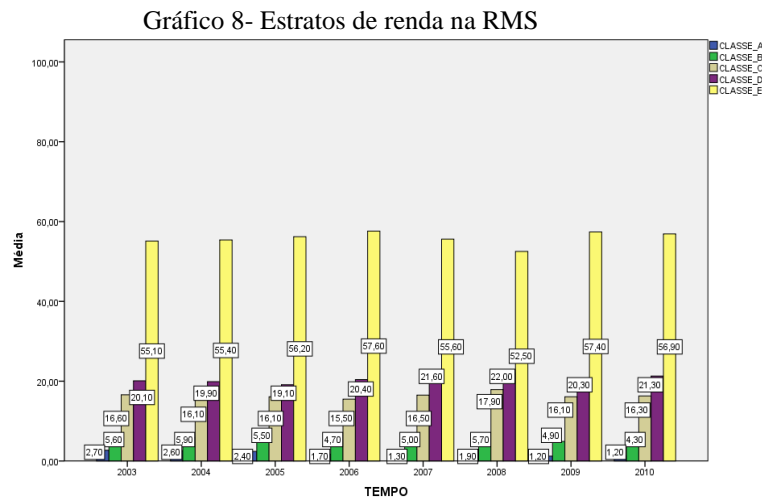
Para melhor entendermos o perfil das classes sociais na RMS entre 2003 e 2010, visto que a renda familiar, segundo Souza (2010) não retrata concretamente a realidade social delas, observaremos o “universo” das famílias por meio dos aspectos sócio-ocupacionais (como nível de escolaridade, tipo de ocupação, grau de instrução do chefe de família, dentre outros). Desse modo, percebemos que as famílias bem mais dotadas dos recursos que estão associados ao conceito de “capital cultural” - como elevado nível de escolaridade, por exemplo – são as que estão situadas no topo da pirâmide social. Dito isso, vale ressaltar que no sistema capitalista a posse desse ativo é de suma importância para assegurar as classes que o detêm suas prerrogativas. Ademais, a capacidade financeira de poder "comprar o tempo dos seus filhos", para que estes possam dedicar-se plenamente aos estudos, permite as classes altas ocupar os melhores postos no mercado de trabalho tanto na esfera pública bem como a privada. Enquanto às famílias da base da pirâmide, sobretudo as da "ralé", em face de possuir exíguo capital cultural tendem a realizar principalmente tarefas braçais ou de baixíssima qualificação técnica, atividades que, de modo geral, exige elevado esforço físico para sua realização.

6.1 MOBILIDADE NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA RMS

Diferentemente do que mostra os estudos afirmativos sobre a existência de uma "nova classe média" na RMS, onde pelo menos metade da população encontrar-se-ia na classe C, as informações aqui apresentadas com base no na PED de 2003 a 2010, mostra que esse percentual é apenas ligeiramente superior 1/6 da população. Além disso, esses dados nos mostra também que, na média, o percentual de pessoas que estão no referido grupo social permaneceu quase inalterado ao longo desse período. Os dados evidenciam também que mais da metade da população da RMS, desde 2003, é composta por famílias de classe E (ou da "ralé"), visto que auferem renda mensal de 0 a 2 salários mínimos.

O grupo que ocupa o segundo lugar em termos de maior representatividade na pirâmide social é os “pobres”, este que por sinal apresentou um comportamento bastante instável em ao longo do período em questão. Já as classes B e A encolheram em termos percentuais, com maior destaque para a segunda. Esse fato evidencia duas coisas importantes: primeiro, o encolhimento das classes A e B nos mostra que houve um processo de retração da atividade econômica nos setores mais dinâmicos da economia na RMS, setores que inclusive requer

maior qualificação técnica da sua força de trabalho e que concede maior remuneração aos trabalhadores nele ocupado. Segundo, o encolhimento da classe alta é indicativo de que um número bastante pequeno de famílias tem se apropriado da renda gerada na região, fato que configura um processo de (re)concentração de renda na RMS.



Fonte - Elaboração própria, 2016, Dados da PED, 2003 a 2010. Software spss 22

6.1.1 Composição racial das classes socioeconômicas na RMS

Os dados da PED nos mostram que a RM de Salvador ainda continua conservando aspectos sociais de um recente passado de fortes contradições sociais, configurando-se, assim, como uma cidade onde os negros continuam tendo baixa representatividade social nas classes mais abonadas, além de sua participação nelas diminuir período após período, como pode ser visto na Tabela 12:

Tabela 12- Composição racial da classe A

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	37,8%	54,1%	8,1%
2004	38,7%	55,5%	5,9%
2005	40,7%	51,8%	7,5%
2006	39,1%	53,9%	6,9%
2007	38,8%	52,3%	8,9%
2008	43,3%	50,1%	6,2%
2009	43,5%	50,4%	6,2%
2010	42,4%	53,6%	4,0%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Além disso, o percentual de negros na classe B também registrou queda no período em questão, mas o percentual de brancos apresentou importante crescimento no período

(crescimento de 4,6% no ano de 2010 em relação a 2003). Já o percentual de pardos apresentou pequeno decréscimo no ano de 2010 em relação a 2003 (ver TABELA 13).

Tabela 13 - Composição racial da classe B

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	29,2%	59,3%	11,4%
2004	27,7%	61,3%	10,9%
2005	30,7%	57,9%	11,3%
2006	29,0%	61,0%	9,8%
2007	34,1%	53,9%	12,0%
2008	35,5%	52,8%	11,7%
2009	34,1%	56,0%	9,9%
2010	29,3%	62,3%	8,4%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

A classe C desde 2003 era composta majoritariamente por pardos (era 65,3% em 2010), seguido por negros (16,4% em 2010) e brancos (18,3% em 2010), como pode ser observado na Tabela 14:

Tabela 14 - Composição racial da classe C

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	16,6%	63,9%	19,3%
2004	16,0%	64,7%	19,3%
2005	17,0%	62,8%	20,2%
2006	18,4%	62,8%	18,8%
2007	16,6%	61,0%	22,4%
2008	19,9%	59,6%	20,5%
2009	18,6%	64,3%	17,1%
2010	18,3%	65,3%	16,4%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

A classe D (os pobres) na RMS é também composta principalmente de pardos, sendo que o seu percentual registrou significativo aumento no ano de 2010 em relação a 2003 (aumento de 10,3%). Nessa mesma classe, os pretos vêm em seguida com 18,0%, mas seu percentual apresentou significativo decréscimo no período supracitado (diminuição de 11,9%), e os brancos em 2010 representavam 10,5% do total na classe D, como pode ser visto na Tabela 15:

Tabela 15 - Composição racial da classe D

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	9,0%	61,1%	29,9%
2004	8,4%	63,8%	27,8%
2005	9,9%	61,2%	28,8%
2006	9,9%	63,0%	27,1%
2007	9,9%	62,6%	27,5%
2008	11,0%	62,3%	26,7%
2009	9,9%	67,0%	23,1%
2010	10,5%	71,4%	18,0%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Na classe E, desde 2003, o percentual de brancos era pequeno em relação aos demais grupos étnicos (era de apenas 9,6% em 2010). Já o percentual de pardos era mais expressivo na classe E (71,0% em 2010), seguido pelos pretos (19,3% em 2010). Diante do exposto, podemos inferir com base nos dados da Tabela 14, que a raça na RMS além de parda é também preta, fato nos revela que a o fenômeno da desigualdade entre as classe é também um problema racial (ver TABELA 16).

Tabela 16 - Composição racial da classe E

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	10,6%	61,1%	28,1%
2004	10,6%	60,5%	28,9%
2005	9,9%	61,1%	29,0%
2006	9,2%	61,9%	28,6%
2007	11,0%	59,3%	29,6%
2008	11,4%	60,6%	27,6%
2009	10,1%	65,4%	23,9%
2010	9,6%	71,0%	19,3%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

6.1.2 Setor de atividade por classes no mercado de trabalho da RMS

Como se pode observar na Tabela 17, as classes socioeconômicas na RMS estão ocupados majoritariamente no setor de serviços. As classes A e B são as que apresentam o maior percentual da força de trabalho ocupada nesse setor, seguida pelas classes C, D e E, nessa ordem:

Tabela 17 - Ocupados no setor de serviços por classe

	A	B	C	D	E
2003	70,00%	68,60%	65,2%	57,0%	54,9%
2004	72,80%	71,10%	65,9%	55,8%	55,1%
2005	74,10%	69,60%	66,2%	56,3%	54,4%
2006	71,80%	71,90%	66,3%	57,3%	54,1%
2007	74,70%	73,30%	66,6%	57,9%	54,5%
2008	73,60%	74,30%	66,5%	58,9%	55,0%
2009	71,10%	73,80%	67,8%	58,1%	55,5%
2010	73,00%	75,00%	66,9%	57,4%	55,7%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Sobre o setor de comércio, observa-se que este é o setor onde está congregado o maior número de pessoas das classes C, D e E, seguida pelo setor de serviços, como pode ser visto na Tabela 18:

Tabela 18 - Ocupados setor do comércio por classe

	A	B	C	D	E
2003	8,30%	11,80%	15,4%	17,2%	17,1%
2004	7,30%	10,90%	15,6%	17,7%	17,9%
2005	7,50%	10,70%	15,3%	16,4%	17,7%
2006	7,40%	10,10%	15,9%	17,2%	17,6%
2007	5,90%	10,40%	15,0%	17,9%	17,7%
2008	8,00%	9,90%	15,1%	16,0%	17,3%
2009	8,70%	9,80%	15,5%	17,4%	17,4%
2010	10,60%	10,60%	15,6%	18,0%	17,1%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

No que tange ao setor industrial, entre 2003 a 2010, a taxa de participação da força de trabalho nesse setor oscilou bastante em todas as classes. Mas, em 2010 em relação a 2009, apenas a classe C apresentou crescimento da força de trabalho no referido setor (TABELA 19):

Tabela 19 - Ocupados na indústria de transformação por classe

	A	B	C	D	E
2003	8,80%	10,70%	10,4%	9,0%	7,7%
2004	9,40%	10,40%	9,7%	8,8%	7,6%
2005	10,30%	12,00%	10,5%	9,9%	8,0%
2006	10,10%	11,70%	9,9%	9,6%	7,6%
2007	10,80%	10,00%	9,8%	8,9%	8,7%
2008	9,30%	10,40%	10,2%	8,5%	8,0%
2009	11,00%	10,30%	8,9%	8,7%	7,5%
2010	7,50%	7,40%	9,7%	8,7%	7,5%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Da força de trabalho ocupada na construção civil, as classes D e E são aquelas que apresentam maior contingente como pode ser visto na Tabela 20:

Tabela 20 - Ocupados no setor da construção civil por classe

	A	B	C	D	E
2003	2,60%	2,10%	3,3%	6,0%	5,7%
2004	2,61%	2,20%	3,0%	5,6%	5,3%
2005	1,40%	2,30%	3,1%	5,9%	5,5%
2006	1,41%	2,00%	3,2%	5,7%	6,5%
2007	2,40%	2,41%	3,8%	5,7%	6,6%
2008	3,40%	2,50%	3,9%	6,5%	7,1%
2009	3,10%	2,60%	4,4%	6,8%	8,0%
2010	3,40%	3,90%	4,2%	8,0%	8,8%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

De 2003 a 2006, a taxa de participação da força de trabalho no setor da construção civil oscilou em todos os setores, passando a crescer de forma ininterrupta e em todas as classes a partir de 2007. A classe socioeconômica que registra maior participação da força de trabalho no referido setor foi a classe E, seguida pela classe D.

6.1.3 Níveis de escolaridade nas classes socioeconômicas

Os dados da PED mostram que o nível de escolaridade na RMS aumentou consideravelmente ao longo dos anos em análise, em todos os estratos, principalmente nas classes que compõem a base da pirâmide social, como é possível ver nas Tabelas 21 e 22:

Tabela 21 - 1º grau completo

	A	B	C	D	E
2003	21,5%	25,5%	39,0%	57,0%	58,0%
2004	18,8%	24,1%	37,9%	55,6%	57,0%
2005	16,4%	22,8%	36,9%	52,5%	56,7%
2006	17,1%	19,9%	33,0%	50,5%	54,4%
2007	14,7%	19,8%	33,4%	48,3%	52,4%
2008	11,7%	19,0%	31,5%	46,3%	52,5%
2009	9,6%	16,9%	28,5%	44,8%	59,1%
2010	10,0%	16,8%	26,9%	43,1%	48,8%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Tabela 22 - 2º grau completo

	A	B	C	D	E
2003	26,6%	39,6%	45,9%	35,6%	29,0%
2004	26,1%	40,1%	46,2%	39,6%	29,9%
2005	25,7%	37,8%	46,2%	39,2%	30,4%
2006	23,4%	36,8%	46,4%	40,5%	32,1%
2007	25,6%	37,4%	46,2%	42,6%	33,6%
2008	27,5%	34,7%	47,0%	43,3%	34,6%
2009	24,0%	34,9%	47,6%	44,8%	36,6%
2010	25,9%	34,4%	48,0%	45,8%	37,3%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Observa-se também que o número de pessoas que passaram a cursar o ensino superior na RMS apresentou um crescimento significativo ao longo desse período e em todos os estratos de renda. Porém, como é possível observar na Tabela 23, um maior acesso a níveis de escolarização elevado ainda é um privilégio das classes mais abonadas,

Tabela 23 - 3º grau completo

	A	B	C	D	E
2003	51,20%	33,80%	12,60%	3,10%	7,50%
2004	54,40%	34,70%	13,90%	3,40%	8,00%
2005	57,50%	38,70%	15,20%	4,60%	8,50%
2006	59,20%	42,70%	18,80%	5,20%	8,50%
2007	58,70%	42,00%	18,70%	5,80%	9,70%
2008	60,10%	45,40%	19,80%	6,80%	8,50%
2009	65,60%	47,50%	22,50%	7,40%	9,30%
2010	63,70%	47,90%	23,70%	8,10%	10,30%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

6.1.4 Chefes de família

Na RM de Salvador, assim como em grande parte das regiões metropolitanas, o percentual de lares chefiados por mulheres aumentou em todas as classes, se esse processo mais enfático nos estratos composto por famílias de baixa renda, como pode ser visto nas Tabelas 24 e 24:

Tabela 24 - Lares chefiados por homens

	A	B	C	D	E
2003	81,90%	75,30%	71,60%	71,70%	63,60%
2004	81,20%	73,80%	69,70%	70,30%	61,70%
2005	85,20%	77,60%	71,20%	72,90%	63,20%
2006	84,00%	75,00%	72,00%	72,70%	63,10%
2007	77,40%	73,60%	71,00%	72,00%	62,30%
2008	82,70%	74,90%	70,00%	68,90%	58,20%
2009	86,20%	73,00%	68,70%	68,20%	59,20%
2010	80,00%	73,30%	70,20%	69,20%	59,30%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Tabela 25 - Lares chefiados por mulheres

	A	B	C	D	E
2003	18,1%	24,7%	28,4%	28,3%	36,4%
2004	18,8%	26,2%	30,3%	29,7%	38,3%
2005	14,8%	22,4%	28,8%	27,1%	36,8%
2006	16,0%	24,1%	28,0%	27,3%	36,9%
2007	22,6%	26,4%	29,0%	28,0%	37,7%
2008	17,3%	25,1%	30,0%	31,1%	41,8%
2009	13,8%	27,0%	31,3%	31,8%	40,8%
2010	20,0%	26,7%	29,8%	30,8%	40,7%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Nesse processo, inferisse que o crescimento do número de lares chefiados por mulheres na RMS está relacionado aos problemas sociais que os membros dessas classes estão mais expostos diariamente em relação as demais classes, como a pobreza e a violência urbana.

6.1.5 Escolaridade do chefe de família

Já os dados concernentes ao nível de educação fundamental dos chefes de família da RMS nos mostra que houve um importante processo de evolução em todas as classes, muito embora a quantidade de chefes de família que se encontram nas classes D e E com apenas o primeiro grau completo ainda seja bastante elevada, como pode ser observado na Tabela 26:

Tabela 26 - Escolaridade do chefe de família (1º Grau completo)

	A	B	C	D	E
2003	8,00%	14,50%	32,00%	53,30%	54,70%
2004	5,20%	13,10%	32,40%	51,00%	53,30%
2005	4,60%	13,30%	31,00%	47,70%	54,10%
2006	5,10%	11,60%	27,50%	47,00%	51,30%
2007	6,00%	11,70%	29,60%	44,00%	49,40%
2008	6,80%	10,20%	27,10%	41,30%	49,70%
2009	3,30%	10,00%	23,30%	40,60%	46,90%
2010	4,90%	9,50%	22,70%	38,30%	46,40%

Fonte - elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Evolução importante também diz respeito ao aumento do número de chefes de família com nível médio completo em todas as classes, com destaque para o movimento ocorrido no seio das classes D e E, estas que apresentaram crescimento de 12,1% e 10,4%, respectivamente (ver TABELA 27).

Tabela 27 - Escolaridade do chefe de família (2º grau completo)

	A	B	C	D	E
2003	25,20%	39,60%	46,70%	35,80%	28,40%
2004	24,50%	40,10%	45,90%	37,90%	29,40%
2005	23,00%	36,80%	46,10%	40,80%	29,60%
2006	22,90%	36,50%	48,30%	40,90%	31,90%
2007	28,60%	39,00%	46,20%	43,80%	34,10%
2008	24,10%	35,80%	48,10%	45,10%	35,20%
2009	25,70%	38,40%	49,70%	47,00%	37,70%
2010	26,50%	37,40%	48,80%	48,10%	38,80%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Os dados da PED ainda nos mostra que houve um importante processo de crescimento na taxa de chefes de família que passaram a ter nível superior, sendo que esse processo ocorreu mais intensamente nas classes B, C e D quando comparado o primeiro ano em questão com o último.

Tabela 28- Escolaridade do chefe de família (3º grau completo)

	A	B	C	D	E
2003	68,50%	45,50%	18,80%	4,40%	8,20%
2004	69,90%	46,40%	19,70%	5,00%	8,60%
2005	72,40%	49,50%	21,00%	5,30%	9,10%
2006	72,00%	51,60%	22,80%	6,80%	9,50%
2007	65,50%	49,00%	22,80%	7,50%	9,60%
2008	69,10%	53,60%	22,90%	8,40%	8,30%
2009	71,00%	51,30%	25,30%	8,00%	8,70%
2010	68,10%	52,10%	27,10%	9,70%	9,20%

Fonte - Elaboração própria, 2016, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

6.2 CONCLUSÃO DO CAPITULO

Como foi observado nesse capítulo, a importante evolução ocorrida nos principais aspectos sociais e ocupacionais da RMS, não foram suficiente para alterar a sua estrutura social. Além disso, outras questões graves se aguçaram nesse processo e com maior ênfase nas classes menos prestigiadas, a exemplo do aumento de lares monoparentais chefiados por mulheres.

Vale ressaltar que o problema da desigualdade entre as classes na RM de Salvador, além de ser econômico é também racial, visto que maior parte das famílias "pobres" e da "ralé" é formada essencialmente por negros, enquanto a elite econômica é formada basicamente por pardos e brancos. Ademais, observou-se que o "capital cultural" ainda é um privilégio de classe, visto que as classes A e B (ou classe alta e classe média) é que se apropriam desse ativo com maior intensidade em relação às demais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo econômico que passou a vigorar no país com o advento da industrialização entre os anos 1930 a 1980, embora tenha contribuído para alterar a fisionomia produtiva da economia brasileira foi excludente por definição. Ademais, com a aplicação do receituário neoliberal que fora proposto pelo consenso de Washington para Brasil nos anos 1990, o mercado de trabalho passou a apresentar expressiva regressão ocupacional, além da destruição um número considerável de postos de trabalho. Tal fato corroborou para agravar ainda mais o adverso quadro social existente no país.

A questão social no país só foi efetivamente posta como uma pauta importante a partir de 2003, com a ascensão de uma nova maioria política ao poder. Nesse processo, uma série de políticas sociais foram implementadas com intuito de reduzir a pobreza e de impulsionar o crescimento econômico. Dentre tais medidas, destacam-se a expansão do crédito para o consumo, a política de valorização do salário mínimo, e etc., fatores que contribuíram, inclusive, para tornar mais acessível o consumo de bens e serviços considerados "supérfluos" aos mais pobres. Vale ressaltar ainda que a adoção de tais políticas sociais contribuíram para aumentar o crescimento da produção agregada, está que entre os anos 2003 a 2010 apresentou crescimento médio de 4,5%. A partir de então, passou-se a observar no país uma melhora substancial em muitos aspectos sócio-ocupacionais, como o crescimento do trabalho assalariado formal, o aumento do número de contribuintes com a previdência social, dentre outros questões importante.

Nesse contexto, a Região Metropolitana de Salvador apresentou melhorias significativas em muitos aspectos sócio-ocupacionais. Como já foi discutido outrora, os efeitos da reestruturação produtiva ocorrida no capitalismo mundial nos anos 1970, com repercussões mais intensas no Brasil na década de 1990, aprofundou o quadro social de desigualdade, pobreza e miséria sobre a região, além de provocar uma forte crise no mercado de trabalho. Apesar de ter ocorrido avanços sociais na referida região fruto das políticas de distribuição de renda, essas políticas não foram suficientes para alterar o adverso quadro social descrito, visto que a RMS ainda conserva antigos problemas sociais, como a pobreza que afeta parcela expressiva da população.

Ademais, observou-se também que o número de lares chefiados por mulheres nas classes que compõe a base da pirâmide social cresceu sistematicamente e o grau de escolaridade dos

chefes de família nessas classes embora tenha aumentado ainda continua muito baixo, fato que nos leva inferir que estas classes tenderão a reproduzir o ciclo geracional da pobreza.

Nesse estudo, observou-se também que a representatividade dos negros nas classes mais abastadas ainda continua pouco expressiva, além de ter diminuído em 2010 em comparação a 2003. Diante do que foi exposto, observa-se que as classes mais aquinhoadas da RMS continuam sendo compostas basicamente de brancos, evidenciando, desse modo, que as desigualdades entre as classes na RMS é também uma fenômeno racial. Um fato que também chama a atenção nesse processo é a diminuição de trabalhadores ocupados no setor industrial e aumento nos demais setores (comércio, serviços e construção civil). Pode-se perceber com isso que a maioria das vagas criadas na RMS ao longo desses anos se caracterizam pela ocorrência de atividades de baixa qualificação, fato que é coerente com expansão do setor de comércio e serviços, além de outros setores pouco dinâmicos na economia.

Diferentemente do que apontam os estudos realizados sobre a "nova classe média" na RMS, onde se destaca que metade da população é da classe C, este grupo social na referida região era de apenas 16,00% em 2010. Esse percentual, inclusive, permaneceu relativamente imóvel entre 2003 e 2010, ou seja, quase não apresentou alterações. Nesse processo, observou-se também que houve um encolhimento do tamanho das classes A e B na RM de Salvador, sendo a ocorrência desse processo mais intensa na primeira. Tal fato, como já foi dito, está diretamente relacionado à diminuição dos postos de trabalho gerados no setor industrial, este que é responsável pela geração de empregos melhores que melhor remuneram a força de trabalho. Além disso, pôde-se observar que a maior parte da população na RMS ainda é composta basicamente de pessoas "pobres e da ralé", e não de classe C (ou nova classe "média") como tem sugeridos outros estudos.

Assim, pode-se afirmar que o processo de ascensão social ocorrido na pirâmide social na Região Metropolitana de Salvador foi praticamente estático no período em questão a despeito dos avanços sociais nela ocorridos. Desse modo, a referida região se apresenta como uma "atípiã" em relação ao próprio país, visto que as mudanças ocorridas no período em questão não foram suficientes para promover um processo pleno de mobilidade social dos mais pobres.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jeferson. O negro em Salvador: os atalhos raciais. **R. História**, São Paulo, n. 129-131, p. 53-05, ago.-dez.1993/1994.

BANCO MUNDIAL. **Novo relatório do Banco Mundial mostra um aumento de 50% na classe média da América e do Caribe na última década**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2012/11/13/new-world-bank-report-finds-fifty-percent-increase-middle-class-latin-america-over-last-decade>>. Acesso em: 14 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretária de Assuntos Estratégicos. **Perguntas e respostas sobre a definição da classe média**. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00002810.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República . Secretária de Assuntos Estratégicos. **Vozes da classe média**. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Revista-Vozes-da-Classe-M%C3%A9dia-Novembro-2012.pdf>>. Acesso em: 10 nov.2014.

BIDIRSAL, Nancy. Economists in confused search for the middle class in the developing world, 2012. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/oops-economists-confused-search-middle-class-developing-world>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS - ABEP. **Critério Brasil 2015**. Disponível em: <<http://www.abep.org/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

AZEVEDO, Marcelo Rocha; MARGEDAN JUNIOR, Eliseu. **O consumidor de baixa renda**. São Paulo: Elsevier, 2009. 146 p.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p.11-20, 1995.

BENEVIDES, S. **Salvador na sola do pé**. Disponível em: <<http://salvadornasoladope.blogspot.com.br/2009/03/salvador-cidade-das-desigualdades.html>>. Acesso: 14 mar. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As classes sociais e o capitalismo tecnoburocrático**. São Paulo: EAESP/FGV. jul. 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2014/329-Classes_sociais_e_capitalismo_tecnoburocr%C3%A1tico.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Les trois états du capital culturel**. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654>. Acesso em: 12 out. 2016.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana?** 2. ed. Salvador: UFBA, 2008. 228 p.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso; FERNANDES, Claudia Monteiro. **Desigualdade e bem estar urbano na região Metropolitana de Salvador**.

Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/ibeu_salvador.pdf>. Acesso em: 05 nov.2015.

_____. **Território, coesão social e governança democrática**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 262 p.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, VANDA, Sá Barreto. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. **Cadernos Metr6pole 18**, Salvador, n.18 número, p. 251-273, 2007.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de, GUARACI; Adeodato Alves de Souza. Produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: FARIA, Vilmar Souza (Org.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 71-102. 214 p.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ÂNGELA, Gordilho de Souza; PEREIRA, Guaraci C. Polarização e segregação socioespacial em uma metr6pole periférica. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n. 41, p. 281-297, 2004.

CASTRO, Nadia Araújo; Barreto, Vanda sá. **Trabalho e desigualdades raciais. Negros e brancos no mercado de trabalho de Salvador**. Salvador: Anablume, 1998. 228 p.

CHAUÍ, Marilena; **Classes? Que classes? Ciclo de debates sobre classes**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. 224 p.

CLEMENT, Matthieu; ROUGIER, Éric. Classes moyennes et émergence en asie de l'est: Mesures et enjeux. De Boeck Supérieur . **Mondes en Développement**, Paris, v.1, n.169, p.31-45, 2015.

DADUSHI, Uri; SHIMELSE, Ali. **In search of the global middle class a new Index**. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2012/07/23/in-search-of-global-middle-class-new-index>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012, 404 p.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador, p. 23-40. In: FARIA, Vilmar Souza. (Org.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. 214 p.

FARJADO, Johana; LORA, Eduardo. Latin American Middle Classes: The Distance between Perception and Reality. **Department of research and chief economist**. Washington, DC, Inter-American Development Bank, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008. 253 p.

FENANDES, Claudia Monteiro. **Dinâmica demográfica: Região Metropolitana de Salvador**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/Censo2010_RMS.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

FERNANDES, Cláudia Monteiro; GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **A Região Metropolitana de Salvador na transição demográfica brasileira**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 264 p.

FREITAS, Eduardo. **Algumas notas sobre as teorias das classes**. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224257319D1uND8mq6XI66OE0.pdf>>. Acesso em: 10 out.2016.

GALASSI, Gabriela Liliana; GONZÁLEZ, Leandro Mariano. Factores de vulnerabilidad de la clase media: Evidencias para Argentina y México luego de las crisis de los años noventa. **Frontera Norte**, México, v.24, n.47, ene-jun. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 199 p.

GUERRA, Alexandre *et al.* **Classe média desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006. 143 p.

_____. **Trabalhadores urbanos ocupação e queda na renda**. São Paulo: Cortez, 2007. 143 p.

_____. **Atlas da exclusão social volume 2. Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2015. 525 p.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Araujo. **Estrutura e formação das classes sociais em Salvador**. Disponível em:< www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1539&article...>. Acesso em: 12 maio 2015.

KHAMAKURA, Wagner.A; MAZZON, José Afonso. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2013. 286 p.

KHARAS, Homi. **The emerging middle class in developing countries**. OECD Development centre, 2010. (Working paper, n. 285).

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amaury de. **A classe média brasileira ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier , 2010. 174 p.

LIPIETZ, Alan. Audácia: uma alternativa para o século XXI. **Revista de Economia Política**, v.13, n.4 , p.150-157, out.-dez.1993.

LOPEZ-CALVA; MESSINA, J.; RIGOLINI, J.; F. FERREIRA; F. H. G.; LUGOS; M. A.; VAKIS, R. **Economic mobility and the rise of the Latin American middle class**. Washington, DC.: World Bank, 2013.

MACLNENNAN, Michael. Uma universalidade complexa: a furtividade do conceito de classe média. **Porvety in Infocus**, 2014. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCPovertyInFocus26.pdf>>. Acesso: 12 dez. 2014.

MARX, Karl; ELGELS, Friederich. **Manifesto comunista**. São Paulo: José Luis e Rosa Sudermann, 2003. 68 p.

MILANOVIC, Branko; YITZHAKI, Shlomo. Decomposing word income distribution: does the word have a middle class? **Review of Home and Weath**, Series 48, n.2, jun. 2002.

NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. 312 p.

_____. **Os emergentes dos emergentes**: reflexões globais e ações globais para a nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011. 101 p.

_____. **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. 121 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido classe e identidade de classes na Bahia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 115 p.

QUADROS, W. J.; GIIMENEZ, D. M.; ANTUNES, D. J. N. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 32-42.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base social da pirâmide**. São Paulo: Boitempo, 2012. 127 p.

_____. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, D. D. (Org.). **Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2013. p.156-167.

_____. Economia solidária no Brasil: limites e disponibilidades. **Nota Técnica Ipea Mercado de Trabalho**, n.24, p.23-34, ago.2004.

PINHO, Osmundo de Araújo. A formação do vínculo de raça e classe em Salvador. **Teoria e Pesquisa**, n. 42 e 43, jan.-jul.2003.

ROUGIER, Ursula. The endangered middle class? a comparative analysis of the role played by income redistribution. **Journal of European Social Policy**, v. 23, n.1, 2015.

SALATA, André. **Notas sobre a tese da nova classe média brasileira**. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/texto_andre_salata_classe_media.pdf>. Acesso em: 10 jan.2016.

SATANGADA, Salvatore. A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p.121-143, 1985.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna, p. 21-49. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). **Salvador, transformação na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 264 p.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 280 p.

SOARES, Antonio Mateus de C. Soares. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Geografias**, Belo Horizonte, p.83-96, jan.-jun. 2009.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. **Interesse Nacional**, n. 27, p.35- 57, out.-dez. 2014.

SPITZCOVSKY, Jaime; PEREIRA, Bruno. **A nova e a velha classe média global.**

Disponível em:

<http://casadosaber.com.br/sp/media/mediauploader//a/n/anovaeavelhaclassemediaglobal_aula1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Ligia Gonçalves; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 472 p.

VICENTE, Eliana. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, D. D. (Org.). **Nova classe média: um delírio coletivo?** Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2013. p. 81-91.

WEBER, Max. **Fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UNB, 2004. 584 p.

VENTURI, Gustavo; RISCAL, José Reinaldo; BOKANY, Vilma. Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora. IN: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (Org.). **Classes? que classes? ciclo de debates sobre classes sociais.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 39-51.